

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 23 de Março de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1111 • Director: Carlos Brito

Encerramento no sábado com **Carlos Carvalho** Debate com o País para uma nova política **PCP**

Reunião do Comité Central do PCP Págs. 4 e 5

É possível alcançar VIRAGEM DEMOCRÁTICA!

Carlos Carvalho no encontro-convívio de Lisboa

Reforçar a CDU para derrotar a direita

Pág. 19



Neocorporativismo e participação: o discurso e a realidade

• Artigo de Luís Sá

Pág. 18

O Islão e a crise

Henri Alleg



Em entrevista por Lígia Calapez Centrais



A campanha dos 150 mil contos esteve presente no encerramento dos Debates com o País no Algarve

RESUMO

15
Quarta-feira

Ocorre um debate sobre sindicalismo promovido pela CGTP-IP com a presença de Mário Soares ■ Cavaco Silva classifica os conflitos entre o PSD e o Presidente da República como «arrufo de namorados» ■ A Direcção-Geral de Contribuições e Impostos iliba Duarte Lima de parte das acusações relacionadas com o seu património ■ Um naufrágio ao sul do Porto de uma embarcação piscatória provoca a morte de dois homens ■ É anunciado que os líderes timorenses estão a preparar uma cimeira sobre a reestruturação da resistência, a realizar em Lisboa ■ O pescador espanhol Estai é libertado sob fiança pelo Canadá ■ Cerca de 50 mil pessoas manifestam-se, em Vigo, contra a atitude do Canadá na «guerra da palmeta» ■ O primeiro-ministro italiano pede um voto de confiança ao Parlamento para fazer aprovar a reforma económica ■ A polícia mexicana descobre que o cardeal Posadas Ocampo foi deliberadamente assassinado.

16
Quinta-feira

Os trabalhadores da Renault de Setúbal entram em greve e cortam o trânsito da cidade ■ A Quercus revela que foram instalados junto a Fátima 500 toneladas de resíduos perigosos da área da Expo-98 ■ O Ministério Público acusa 25 elementos da PSP do Porto de dezenas de crimes ■ A Polícia Judiciária apreende, no Algarve, 1500 quilos de cocaína ■ Procurando evitar novos confrontos, as autoridades turcas adoptam excepcionais medidas de segurança em todo o país ■ Lambero Dini obtém o voto de confiança dos deputados italianos e a aprovação do programa orçamental do Governo.

17
Sexta-feira

A CGTP reage com desconfiança ao programa de incentivos de emprego anunciado por Cavaco Silva ■ A Indonésia volta a excluir a hipótese de criação de um estatuto particular para Timor ■ O Comité Central da Fatah avaliza a continuação das negociações com Israel ■ No México, os zapatistas aceitam dialogar «por escrito» com o governo mexicano ■ Gerry Adams, o líder do Sinn Féin, é recebido por Bill Clinton, em Washington ■ Verificam-se mais cinco atentados em Istambul.

18
Sábado

Em Faro, Carlos Carvalhas participa no encerramento distrital do «Debate com o País» ■ Álvaro Cunhal inaugura um novo centro de trabalho do PCP, na Brandoa ■ A CGTP organiza um colóquio antirracista, em Lisboa ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros

da UE discutem, em reunião, a sua relação com a Rússia ■ O parlamento da península da Crimeia, afecta à Ucrânia, pede o apoio de Boris Ieltsin numa divergência institucional com Kiev.

19
Domingo

O BCP anuncia que vai pagar a OPA sobre o BPA no dia 30 ■ Os ministros dos Estrangeiros da União Europeia propõem a criação de uma zona euro-mediterrânica de comércio livre, em 15 anos ■ O Sinn Féin anuncia que as suas negociações com a Grã-Bretanha sobre o futuro da Irlanda do Norte podem começar brevemente ■ As forças presidenciais afeças conquistam o quartel-general dos «estudantes da religião» ■ Na Bósnia, os ataques dos sérvios aumentam ■ No Burundi, 17 pessoas são chacinadas ■ Na Finlândia, os sociais-democratas vencem as eleições legislativas.

20
Segunda-feira

Os médicos entram em greve nacional, registando-se 90 por cento de adesão ■ A Fenprof inicia uma semana de luta, que incluirá uma manifestação junto ao Ministério da Educação ■ Começa no Tribunal de Matosinhos um julgamento de um agente da PSP, acusado de homicídio ■ O Presidente brasileiro confirma que virá a Lisboa, em Maio, para participar numa cimeira com Portugal ■ No Japão, um gaz letal é lançado em vários pontos do metro de Tóquio, provocando seis mortes ■ 35 mil soldados turcos entram no Iraque, numa ofensiva contra os curdos ■ O exército muçulmano rompe as tréguas em vigor na Bósnia, lançando uma ofensiva em várias frentes ■ O primeiro ministro francês apela à criação de uma defesa comum europeia ■ O Governo angolano e a UNITA garantem à ONU que estão asseguradas as condições mínimas para a chegada de «capacetes azuis».

21
Terça-feira

O PCP reúne o Comité Central para analisar a situação política ■ O Procurador-Geral da República anunciou não ter detectado «relevância criminal» no comunicado do PSD que motivou um nota de protesto da Presidência da República ■ A ONU decreta o Dia Internacional contra a Discriminação Social ■ O BCP anuncia que vai emitir um empréstimo de 50 milhões para pagar a OPA sobre o BPA ■ Cabrita Neto anuncia que se recandidata à liderança da distrital de Faro do PSD contra o outro candidato, Mendes Bota ■ A ofensiva turca contra as bases do PKK no norte do Iraque parece estar a colocar em graves dificuldades os separatistas curdos ■ O Ministério Público francês pede 18 meses de prisão para Bernard Tapie, acusado de suborno de equipas de futebol.

Factores da viragem

O Comité Central do PCP dedicou uma especial atenção, na sua reunião da passada terça-feira, à grande batalha política do ano, que são as eleições para a Assembleia da República.

Neste sentido, foi claramente salientado no comunicado da reunião que «o reforço da votação na CDU e a ampliação da representação parlamentar do PCP, são os factores determinantes para a derrota do PSD e da direita e para a conquista de uma nova política e de uma alternativa democrática, vinculadas aos ideais e valores de esquerda.»

O Comité Central trabalhou arduamente na definição de orientações, posicionamentos tácticos, linhas de força de propaganda, propostas, réplicas e iniciativas de dinamização do PCP e da CDU com vista à preparação da pré-campanha e campanha eleitorais.

O manancial de ideias adquiridas nestes trabalhos do órgão máximo do PCP entre Congressos vai ser levado agora à discussão e apreciação das organizações partidárias num processo que culminará no Encontro Nacional sobre as eleições legislativas, que terá lugar no próximo dia 6 de Maio.

Entretanto, prosseguirão os trabalhos de elaboração do Programa eleitoral do PCP, sob o lema «uma nova política, uma política de esquerda», cujas ideias básicas estarão presentes no Encontro Nacional e que será oportunamente apresentado.

Deve referir-se, também, a atenção que foi conferida à necessidade de desmascarar e dar firme combate às diferentes manobras e falsificações eleitoralistas que visam perturbar e condicionar a escolha livre do eleitorado, quer as que partem do Governo e do PSD e utilizam os poderes e os recursos do Estado e a manipulação da comunicação social, quer as que partem do PS em torno da ilusão do chamado «voto útil», quer as que partem de ambos «acirrando» uma inexistente bipolarização PSD-PS, que realmente são cada vez mais semelhantes nas políticas de direita que prezonizam.

De sublinhar, ainda, a grande importância que foi atribuída ao amplo contacto directo com os eleitores na pré-campanha e na campanha eleitorais, à abordagem muito concreta dos maiores problemas e aspirações populares, bem como à apresentação clara das propostas de solução para os grandes problemas nacionais, que o PCP e a CDU, com a sua visão de esquerda, estão em condições de fazer melhor do que qualquer outra força política.

a melhor atenção do Comité Central como se reflecte no comunicado divulgado.

O Comité Central do PCP não podia deixar de se pronunciar sobre esse «elemento de excepcional importância e de sérias consequências no panorama político-partidário» que é a confirmação de que «o PS está profundamente empenhado num projecto político e numa proposta eleitoral caracterizados pelo prosseguimento, nos aspectos fundamentais e determinantes, da política de direita desenvolvida nos últimos dez anos pelo Governo do PSD.»

Para quem tivesse dúvidas, os chamados «estados gerais» e o seu «contrato de legislatura» aí estão a confirmar que a propagandeada «nova maioria» (de papel) é «um projecto de mera alternância, sem política alternativa», como o Comité Central do PCP bem sublinha.

Mas é curioso que depois deste autodesmascaramento, que aconteceu no Coliseu, da natureza direitista do actual projecto do PS, o seu Secretário-Geral, que também reconhece que se converteu ao liberalismo em matéria económica, ainda tenha o descaramento de apelar ao «voto útil» da esquerda e até dos comunistas.

Mas «voto útil» para quem? Seguramente para a política de direita que com o projecto político sustentado por Guterres teria assegurada a sua continuidade, para benefício e gozo de todos os privilegiados, incluindo os potentados económicos do tempo da ditadura fascista, que, como Champalimad, já imperam de novo, com a benção diligente do próprio PS.

Veja-se um caso recente e concreto, à laia de *post scriptum*.

Na passada quarta-feira, foi a grande promessa da transparência repetidamente proclamada pelo PS que acabou por estar em exame na Assembleia da República.

Tratou-se do financiamento dos partidos, mais precisamente do projecto do PCP que visa a proibição dos partidos serem financiados pelas empresas, que é actualmente um dos principais veículos de corrupção política.

Não admira que o PSD para quem não há fronteiras entre os negócios e a política esteja contra a proposta comunista.

Mas que o PS se abstenha é que só pode ser entendido como a preferência pela política de águas turvas, lodosas, inquinadas, com a qual não pode haver viragem nem alternativa democráticas na vida do país.

Preparando desta forma confiante e rigorosa a próxima batalha eleitoral, o Comité Central enquadrando-a naturalmente num exame actualizado da situação política, económica e social, donde extraiu a conclusão de que há «uma situação nova» e de que ela «torna real a possibilidade de afastar o PSD e a direita do poder e alcançar uma viragem democrática na política nacional.»

É claro que esta situação nova tem que ver, muito especialmente, com o fracasso da política de direita que não resolveu nenhum dos grandes problemas nacionais, antes agravou praticamente todos, e o falhanço da governação do PSD atolada no lodaçal dos escândalos financeiros, no clientelismo e na corrupção, tudo, aliás, como que assumido na renúncia de Cavaco Silva, que equivale ao reconhecimento da derrota política e à fuga à derro-

Os principais factores da viragem são, por sua vez, o reforço da votação da CDU e a ampliação da representação parlamentar do PCP, bem como o desenvolvimento da luta popular e dos movimentos unitários de massas e o fortalecimento orgânico do PCP, especialmente entre os trabalhadores

ta eleitoral. Mas tem que ver igualmente com a generalização do descontentamento, da resistência e da luta numa vasta frente social que pode dar base de apoio a uma nova política, baseada em valores e opções de esquerda.

Os principais factores da viragem são, por sua vez, o reforço da votação da CDU e a ampliação da representação parlamentar do PCP, bem como o desenvolvimento da luta popular e dos movimentos unitários de massas e o fortalecimento orgânico do PCP, especialmente entre os trabalhadores.

Por isso mesmo, a importância decisiva das lutas sociais e a necessidade da sua intensificação, por um lado, e o desenvolvimento da dinâmica partidária, nas principais vertentes onde se verifica — «Debate com o país», assembleias de organização e iniciativas do aniversário do Partido — por outro lado, voltaram a merecer

Uma alternativa ao paleolítico?

O que espera o Governo para decidir em matéria de medidas de emergência de salvaguarda das gravuras rupestres de Foz Côa?

Há duas ordens de medidas que foram adiantadas pelo PCP, em Conferência de imprensa, a 17 de Fevereiro, e que disfrutam hoje de unanimidade entre as forças políticas da oposição, a comunidade científica nacional, os movimentos de opinião pública e que são, também, preconizadas nos principais relatórios dos especialistas internacionais chamados a pronunciar-se sobre a matéria.

Referimo-nos tanto à suspensão das obras da barragem do rio Côa para que, sem maiores riscos, se realizem todos os estudos indispensáveis à conservação das gravuras, como à solicitação à Unesco, por parte do Governo português, da inscrição da arte rupestre de Foz Côa na lista do património mundial em perigo.

O Governo adia, não faz nem uma coisa nem outra, a pretexto de que «o problema é global com diversas valências» e que a decisão «nunca deve ser apressada, nunca deve ser precipitada», pede mais relatórios, pareceres, consultas. Agora «foi feita uma consulta para todo o mundo sobre o número de empresas que dominam novas tecnologias!»,

segundo revelou o Subsecretário de Estado da Cultura, Manuel Frexes, na Assembleia da República, na sessão de perguntas do passado dia 3 de Março.

Ganha terreno a ideia de que o Governo tal como ocultou, enquanto pôde, a descoberta das gravuras, continua a apostar numa situação de facto consumado que torne impossível qualquer alternativa que assegure plenamente a sua salvaguarda e valorização, como é indeclinável obrigação do nosso país.

Ou como dizem outros, o Governo está tão comprometido com a barragem, no modelo que aprovou, que o que está a procurar é uma alternativa ao paleolítico.

Boas almas laranja censuram os homens de há vinte mil anos por não terem feito as gravuras noutra local, que não implicasse com a barragem.

É este sentimento que aflora nas palavras do deputado Carlos Pereira, do PSD, quando perguntava, na mesma sessão parlamentar: «será que a forma de preservar este património é mantê-lo no seu habitat natural? Será que não passa também por soluções alternativas?»

O pior é o que Manuel Frexes desvendou, em relação aos propósitos governamen-

tais de afogamento das gravuras, quando no cansaço do final da sessão deixou cair: «há vestígios tanto na zona que vai ser inundada como na zona que o não vai ser» e ainda insistiu: «porque também há vestígios fora da zona que vai ser inundada.»

Não somos dos que simplificam a questão. Sabemos que o projecto da construção da barragem criou expectativas locais e regionais que exigem que se procurem e se assegurem alternativas para o desenvolvimento da região.

A primeira passa, seguramente, pela conservação das gravuras e a sua valorização, o que acontecerá tanto mais rapidamente quanto mais célere for a sua inscrição como património mundial, com os consequentes apoios financeiros e técnicos, que tal qualidade traz consigo.

O que não podemos declinar, em caso nenhum, é a obrigação de salvaguardar bens culturais da humanidade, únicos e insubstituíveis, como são unanimemente reconhecidos, que, por serem encontrados no território nacional, estão acima de tudo à nossa guarda.

■ Carlos Brito

O meu desafio

Estamos na era do desafio. O desafio transformou-se num veículo de intervenção partidária privilegiado, numa das mais utilizadas armas do vasto arsenal da intervenção política mediatizada, num instrumento de caça à simpatia, à influência e ao voto, no caminho seguido por quem quer esconder bem escondidos os caminhos que realmente segue. Falo quer obviamente do desafio sistemático, torrencial. Partidos há que quase reduziram a sua actividade política à prática do desafio: desafiar o adversário, ou o pretensão adversário, tantas vezes quantas as necessidades para que ele não tenha hipóteses de responder a nenhum dos desafios lançados é técnica muito em voga, aliás cheia de modernidade e de chique europeísta. É claro que estes desafios têm sempre impacto mediático - o impacto mediático desejado e que é a sua razão de ser essencial - além de que dão do desafio uma imagem de coragem e valentia que, mesmo não correspondendo a nenhuma realidade, lhes serve de conforto e refúgio sabe-se lá para que escondidas cobardias.

O desafio sistemático é ridículo e medíocre, na proporção directa do ridículo e da mediocridade que povoa a generalidade da comunicação social portuguesa. Não é por acaso que ao lermos a maior parte das notícias anunciando os valiosos desafios nos vêm à memória os duelos de há um século quando a luva substituía a comunicação social: aldeia global era, então, expressão desconhecida e o método era o de «ora toma lá com a luva na face direita, ora toma lá com a dita na face esquerda e agora escolhe as armas». Os duelos terminavam como terminam os de agora: mal uma gotinha de sangue assomava no dedo mínimo de um dos contendores. Mas a honra de ambos os duelistas, essa, estava salva.

PS e PSD são os mais frequentes utilizadores desta arma política mas é da mais elementar justiça reconhecer que o partido de António Guterres ultrapassa largamente o do Governo na frequência da sua utilização e na sonoridade com que a maneja.

Com efeito, quase não passa um dia sem que Guterres, ou Gama ou qualquer outro responsável do PS lance o tradicional desafio aos seus congéneres laranja. Razões para desafios há-as aos molhos, como se ouve e se lê.

O PS não está interessado em dizer mais do que generalidades generosas sobre os grandes problemas do País? Sai um desafio para um debate sobre não importa o quê.

O PS não está interessado em que se fale das causas desses problemas? Sai um desafio para um duelo de garnisés de cristas eriçadas cujo vencedor conquistará o almejado poleiro.

O PS não está interessado em que a política de direita praticada pelo PSD seja identificada com a política que o PS, de facto, defende? Sai um desafio a pretexto de qualquer magna ninharia.

E já que estamos na era dos desafios, não resisto à tentação de, também eu, fazer o meu desafio ao PS. A António Guterres.

Desafio o Secretário-Geral do PS a demarcar-se clara e frontalmente da política de direita e a assumir com igual clareza e frontalidade o compromisso do empenho do seu partido na derrota dessa política e na sua substituição por uma política de esquerda.

■ José Casanova

O professor de sindicalismo

Não é todos os dias que entre nós se observa um professor, sob a auréola da sua cátedra, escrever sobre o movimento sindical (*). E muito menos dedicar o seu labor, não à investigação histórica ou sociológica das complexas (e concretas) organizações dos trabalhadores, mas tão-só à tentativa, afinal bem política e pessoal, de transformar as suas próprias convicções em linhas de «renovação necessária».

Porque é de política obviamente que se trata quando o professor Boaventura Sousa Santos, sem disfarçada intencionalidade, reclama «um sindicalismo menos partidário e mais político» ou quando afirma «não haver qualquer justificação para um movimento sindical dividido» «na luta (sic) por um capitalismo civilizado».

Porque é política, também, a concepção que assume de um sindicalismo - IPSS, «capaz de absorver funções tradicionais do Estado em vários domínios da assistência» e por isso credor de «que o Estado transfira para os sindicatos os recursos necessários ao desempenho adequado a estas actividades». Ou ainda, quando na mesma linha de privilegiar os sindicatos como instrumentos integradores dos trabalhadores no sistema (capitalista) e respeitadores da sua lógica, sustenta que «uma parte das receitas sindicais seja obrigatoriamente afectada a fundos de solidariedade» «para iniciativas de reconversão da actividade profissional, de apoio aos jovens, aos idosos, aos desempregados».

Porque é de política que se trata quando, a respeito da formação dos sindicalistas, o pro-

fessor estabelece uma (inexistente) oposição entre «a ideia da solidariedade concreta para com trabalhadores concretos» e a «ideia abstracta (sic) do patrão como inimigo», que seria, segundo as suas palavras, «inviável na prática e psicologicamente inibidora» (sic).

Ou ainda quando, num tempo de flexibilização e de ataque grave aos direitos dos trabalhadores, desenvolve a surpreendente tese de que «a flexibilização é uma via de dois sentidos e (que) os sindicatos têm de ser tão selectivos face aos empresários e gestores, tal como estes o são em relação aos trabalhadores». Alice no país das maravilhas... do capitalismo civilizado.

E porque é ainda de política que se trata quando o professor, com o pretexto de que «é preciso substituir uma cultura obrei-

rista que associa progresso a crescimento do PIB» (e que nada tem a ver com as melhores tradições do movimento sindical português - de classe, unitário, revolucionário e de massas), vem sustentar, de forma algo dogmática, que «a cultura sindical terá que mudar».

Numa afirmação convergimos porém plenamente: «a vitalidade do sindicalismo aferir-se-á pela capacidade para se autotransformar, por iniciativa própria e não a reboque da iniciativa dos outros».

A começar pela iniciativa e pelos pontos de vista políticos do professor Boaventura Sousa Santos, acrescentamos nós.

(*) «A renovação necessária do movimento sindical» - Público, de 16.03.95

■ Edgar Correia

COPENHAGUE O capitalismo no banco dos réus

Vale a pena insistir na importância da Cimeira de Copenhague sobre o Desenvolvimento Social. Primeiro pela extraordinária actualidade do tema: «Pobreza, Desemprego, Marginalização Social». Segundo, pela amplitude e nível da participação - 184 países e 121 chefes de Estado e de Governo; as ausências particularmente notadas de Clinton e Ieltsin, (para não falar já da escandalosamente baixa representatividade da delegação portuguesa)

tem paradoxalmente o mérito de vincar ainda mais a extraordinária importância política desta Cimeira. Terceiro, para evidenciar a gritante contradição entre o negro diagnóstico da situação social no mundo e a banalidade palavrosa dos documentos adoptados, contradição sublinhada pelo Fórum Alternativo das ONG's simultaneamente realizado.

Não basta dizer simplesmente que se tratou de uma Cimeira falhada nem que a montanha pariu um rato. As coisas não são assim tão simples. No quadro da actual correlação de forças desfavorável seria ingénuo esperar da Cimeira de Copenhague orientações e respostas à altura das explosivas contradições do nosso tempo.

Quem sinceramente esperava desta Cimeira algo de concreto para fazer face à dramática situação dos povos do chamado Terceiro Mundo e ao aprofundamento do fosso que os separa do centro capitalista desenvolvido; ao flagelo do desemprego, da pobreza e da marginalização social que grassa nos países industrializados; ao trágico retrocesso imposto aos povos da ex-URSS e do Leste da Europa pela contra-revolução capitalista, tem sobejas razões para estar amargamente desiludido. Não é esse o nosso caso. E porquê? Porque a Cimeira mostrou como são realmente colossais, explosivos e incontornáveis os problemas sociais que afectam a esmagadora maioria da população mundial. Porque evidenciou a aguda contradição entre as extraordinárias conquistas da ciência e da técnica e o aprofundamento e generalização das mais gritantes injustiças e desigualdades sociais. Porque tornou ainda mais patente que a responsabilidade deste dramático estado de coisas reside na própria natureza do capitalismo, no domínio das multinacionais, no endeusamento do mercado, na instrumentalização do FMI, do Banco Mundial, da OMC (ex-GATT) pelas grandes potências.

Os próprios debates em torno dos documentos da Conferência mostraram como atrás de belas palavras - «solidariedade», «erradicação da pobreza», «o homem no centro» - se perfila uma orientação política e económica que afinal tende a agravar e a tornar mais explosivos os problemas que se propõe atacar.

As propostas sobre a anulação da colossal dívida dos países do Terceiro Mundo não foram aceites. Os nefastos programas de ajustamento estrutural do FMI ficaram consagrados. Expressões como o «direito à autodeterminação, integridade territorial e não intervenção» foram retirados do texto inicial. Medidas como a de ligar o desarmamento ao desenvolvimento dedicando a este uma pequena parte das despesas militares (os países mais «ricos» gastam anualmente o equivalente ao rendimento de dois mil milhões de «pobres») foram rejeitadas. Nem sequer passou o compromisso para que até ao ano 2000 os países industrializados consagrem 0,7% do seu PIB à «ajuda ao desenvolvimento», o que representa, aliás, um retrocesso relativamente a anteriores deliberações da ONU.

Estes são alguns exemplos paradigmáticos dos limites de uma Conferência onde entretanto ecoaram vozes dignas. Como a de Fidel Castro, que colocou com frontalidade o dedo na ferida: «que haja pobres nos países industrializados é simplesmente uma vergonha. Que não se possa reduzir o desemprego e que este cresça com os avanços tecnológicos é uma prova da irracionalidade do sistema imperante».

O capitalismo é na verdade um sistema «irracional» e desumano, incapaz de resolver os problemas dos trabalhadores e da Humanidade. O que se precisa não são belas palavras e declarações de intenção, mas vontade política e medidas concretas para atacar problemas que, se não resolvidos, conduzirão a curto prazo a explosões sociais e políticas de colossais proporções. O que faz falta não são paliativos e cimeiras mediáticas que procuram escamotear as causas dos problemas e obscurecer as vias da sua resolução, mas o desenvolvimento da luta por reais alternativas de progresso social, necessariamente anticapitalistas.

■ Albano Nunes

Reunião do Comité Central

É possível alcançar uma viragem

O Comité Central do Partido Comunista Português efectuou uma reunião plenária, no dia 21 de Março, para examinar a situação política, económica e social do país e para discutir e aprovar orientações para a preparação das próximas pré-campanha e campanha eleitorais para a Assembleia da República e para outras actividades partidárias.

Da análise feita, o Comité Central concluiu e salienta que existe uma situação nova, que torna real a possibilidade de afastar o PSD e a direita do poder, e alcançar uma viragem democrática na política nacional.

Para esta conclusão concorrem, especialmente, tanto o fracasso da governação do PSD e da política de direita, reconhecido pelo próprio Cavaco Silva ao renunciar à liderança do seu partido e ao furta-se a enfrentar o julgamento do eleitorado nas próximas eleições, como a indistigável redução da base de apoio social e política do Governo e prenunciando a sua derrota eleitoral.

A possibilidade de uma viragem democrática na política do país afirma-se e perspectiva-se pela generalização do descontentamento e a existência de uma vasta frente social de luta, de resistência e de oposição ao Governo e à política de direita, que pode ser convertida numa base de apoio a uma nova política, firmada em opções de esquerda, como o PCP preconiza.

1.

A manobra do PSD

O Comité Central chama, entretanto, a atenção para a grande manobra que o PSD tem em curso com vista a recuperar das dificuldades e conservar-se no poder a todo o custo.

O ponto de partida desta manobra foi a renúncia de Cavaco Silva à liderança do partido do Governo que, constituindo um verdadeiro reconhecimento da derrota de uma política que não resolveu nenhum dos grandes problemas nacionais (antes agravando praticamente todos) e do falhanço da uma governação mergulhada em escândalos financeiros, tráfico de influência e corrupção, não o impediu de querer ficar à frente do Governo até às eleições.

Com ela o PSD quer desfrutar de todas as vantagens de continuar a ser Governo e quer, ao mesmo tempo, desfrutar de todas as vantagens de se apresentar nas eleições sem o lastro negativo que carrega o actual Primeiro-Ministro.

Foi assim que através do processo da sucessão da liderança, durante semanas, com uma cobertura da comunicação social nunca vista, e que culminou com o congresso do Coliseu transmitido em directo para o país pelas televisões e várias rádios, o PSD procurou criar a ilusão de renovação da sua proposta, de distanciamento e até de oposição aos lados mais negativos da sua própria governação e de alternativa a si próprio.

Trata-se de um velho estratagem do partido laranja, este de querer ser Governo e oposição ao mesmo tempo, como sucedeu no final do governo do "Bloco Central", mas que não pode ser subestimado, pelo impacto dos poderosos meios de que se serve.

Refiram-se em primeiro lugar os meios mediáticos, para salientar a completa subserviência com que se comportaram os principais órgãos de comunicação social, públicos e privados, durante o congresso do partido do Governo, a ponto do novo líder do PSD lhes agradecer o «desvelo».

Por outro lado, o Governo e o «estado maior» do PSD, no quadro da sua continuada prática de abuso do poder, já estão a utilizar (e vão fazê-lo ainda mais descaradamente) o aparelho, os meios e os recursos do Estado ao serviço da sua campanha e objectivos eleitorais.

O Orçamento do ano presente foi elaborado com os olhos postos nas eleições e dotado de sacos azuis para gastar na altura própria. Os fundos comunitários estão a ser geridos com este mesmo critério. As grandes obras públicas foram planeadas para dar inaugurações no período-eleitoral.

Destacados dirigentes do PSD não escondem sequer estes propósitos quando preconizam na imprensa que «há que olhar apenas para as eleições de 1995...» ou quando apelam à «tensão política» e à «anormalidade» como a melhor via para tentarem obter uma nova maioria absoluta.

Os factos mais recentes mostram que não se trata apenas de palavras e que o PSD não hesitará, se puder, em levar mais longe a escalada de confrontação institucional e de diversão e provocação políticas para lançar o país na «anormalidade» que acha favorável aos seus objectivos eleitorais. Os factos mais recentes confirmam que é na política do governo do PSD e na sua maioria absoluta que radicam os principais factores de instabilidade na vida nacional.

2.

Uma ocasião perdida

O Comité Central reafirma a frontal oposição do PCP à decisão do Presidente da República de não dissolver neste momento a Assembleia da República e provocar a consequente antecipação das eleições legislativas, dando assim voz ao povo português.

A decisão presidencial constitui uma verdadeira moratória ao Governo e ao PSD. Concedê-lhes tempo para desenvolverem a manobra

de recuperação com a mobilização dos poderes e dos recursos do Estado e a instrumentalização da comunicação social para evitarem a derrota nas eleições e prosseguirem, em paralelo, o plano de subversão completa do regime democrático.

A decisão presidencial, contrariando as preocupações e as apreensões recolhidas nas consultas que a precederam, segundo a própria Nota da Presidência, acabou, ainda, por reforçar o sentimento de impunidade, arrogância e insolência dos dirigentes do PSD, incluindo em relação ao próprio Presidente da República.

Como o PCP salientou em várias ocasiões, os interesses do país e do regime democrático desde há muito que reclamavam a interrupção de uma acção governativa desastrosa, que se tem distinguido: pelo aprofundamento das desigualdades sociais e regionais; pela degradação das condições de vida dos trabalhadores e da maioria do nosso povo; pela desorganização e destruição do aparelho produtivo do país; pela concentração do poder económico num número cada vez mais reduzido de grupos capitalistas onde voltam a dominar crescentemente os que já imperavam durante a ditadura fascista; pela capitulação e o sacrifício dos interesses nacionais aos ditames das instâncias dominantes da União Europeia; pela guerrilha institucional, a governamentalização, o autoritarismo e o condicionamento das liberdades; pelos escândalos financeiros, o clientelismo e a corrupção.

A renúncia de Cavaco Silva e os seguintes episódios da sucessão, equivalentes a uma confissão de derrota do Governo e da maioria e configurando uma rotura na lógica do poder cavaquista, organizado na base do apoio ao chefe absoluto, constituíram uma ocasião flagrante para o Presidente da República usar, com plena legitimidade, os seus poderes de dissolução da Assembleia e de demissão do Governo.

Se o tivesse feito, o Presidente teria poupado o país ao prosseguimento, por mais alguns meses, de uma governação perigosa e desacreditada e a uma desenfreada escalada eleitoralista a partir do poder que, com alta probabilidade, vai comprometer ainda mais o princípio da igualdade das candidaturas nas próximas eleições.

Ao abordar a perda desta oportunidade, há que sublinhar também as enormes responsabilidades do PS, que nunca se bateu abertamente pela dissolução, mesmo quando chegou a defendê-la, mantendo-se sempre mais preocupado com as conveniências eleitoralistas do que com os interesses populares gravemente lesados pela continuação da governação do PSD.

O Comité Central salienta, porém, que sendo a não dissolução favorável ao Governo e ao PSD, não os curou todavia das desesperadas dificuldades que atravessam, não os reabilitou da severa derrota reconhecida, nem atenuou o descontentamento, a resistência e a reprovação populares face à sua política.

É necessário, no entanto, intensificar a luta para concretizar todos estes factores favoráveis da nova situação e, ao mesmo tempo, reclamar uma atenta vigilância institucional pronta a intervir perante novos abusos de poder da parte do Governo e do PSD.

Perdeu-se uma oportunidade, mas os ventos continuam a soprar a favor da luta por uma nova política e uma viragem democrática na vida do país.

3.

A gravidade dos problemas económicos e sociais e a necessidade de intensificar a luta

Ao analisar a situação nacional o Comité Central salienta tanto a gravidade dos problemas económicos e sociais em que a direita mergulhou o país, como a oportunidade e as condições para o seu afastamento do poder nas próximas eleições legislativas.

Desmentindo os insistentes esforços propagandísticos do Governo do PSD em torno da «retoma económica», a economia portuguesa, globalmente, não está a acompanhar a conjuntura expansiva em que se encontram os seus principais parceiros comerciais. E tornam-se dia a dia mais evidentes as causas estruturais das dificuldades económicas do país e a impossibilidade da sua superação, caso não seja alterado o rumo político seguido pelo país.

A produção agrícola nacional não pára de cair e o mesmo acontece com as pescas, ao mesmo tempo que as importações aumentam.

Em vez da criação de novas empresas e da efectiva modernização dos sectores produtivos tradicionais, de modo a reforçar a especialização produtiva e a capacidade competitiva do país, continua a assistir-se à acelerada destruição de empresas e de postos de trabalho e à desindustrialização do país.

Cada dia que passa acentua-se ainda mais o atraso de Portugal em relação aos países mais desenvolvidos, designadamente os da União Europeia, sendo particularmente preocupante o enfraquecimento da posição nacional em relação à Espanha. E agravam-se desse modo, objectivamente, a dependência externa do país e limitações à soberania nacional.

O Comité Central chama a atenção para o facto de que o fracasso da política de direita e a sensível redução da sua base de apoio, em vez de levarem o Governo do PSD a retardar a concretização das

suas principais orientações e objectivos, estão, pelo contrário, e perante o justificado receio de afastamento do poder, a conduzir à sua aceleração.

São de denunciar de modo muito particular, perante o incompreensível e comprometedor silêncio do PS: a aceleração das privatizações (que abrange até Junho no todo ou em partes as empresas Portugal Telecom, Siderurgia Nacional, Portucel, Quimigal, Setenave, Dragapor, Socarmar, Cimpor, Secil, BPA, BPSM e BCA); o escandaloso favorecimento de processos de concentração capitalista na área financeira (caso Champalimaud - Banco Totta) e também da crescente penetração do capital estrangeiro neste sector de vital importância nacional (OPA do BCP e da Império sobre o grupo BPA); e o plano de entrega de sectores estratégicos nacionais, como o das telecomunicações, a grandes grupos transnacionais.

O Comité Central considera extremamente preocupante a evolução da situação social.

É o disparo do número de desempregados, que segundo os dados mais recentes (e incompletos) ascende já a 430 mil em todo o país e ao alarmante aumento de mil por dia. É a precarização cada vez maior do trabalho e o desrespeito crescente pelos direitos dos trabalhadores. É a situação dos jovens, com elevado índice de desemprego, a crescente dificuldade de encontrar emprego de acordo com a formação adquirida, a discriminação salarial, a elitização e as deficientes condições de ensino. É a injusta e insustentável situação em que sobrevive a grande maioria dos reformados e pensionistas - 60% dos quais recebem menos de 20 contos, enquanto outros 30% não atingem os 30 contos por mês. E é também o aumento do custo de vida no domínio das necessidades básicas da população - produtos alimentares essenciais, medicamentos, vestuário, habitação, saúde, transportes, chamadas locais, entre outros.

As manchas da pobreza e da exclusão social, continuam a alastrar. E com elas os fenómenos da marginalidade e da toxicoddependência assumem expressões cada vez mais agudas e inquietantes.

O Comité Central considera que a travagem dos processos destrutivos que estão em curso na economia portuguesa e a assunção pelo Estado das suas responsabilidades no plano social, constituem questões da maior e mais decisiva importância económica e social.

Ao invés da destruição do sector produtivo e até dos serviços, o que se torna indispensável é aumentar a produção nacional, criadora de riqueza e geradora de emprego.

Ao invés de uma política de mão-de-obra barata e de baixa qualificação, o que decididamente se impõe é o aumento do nível de vida dos trabalhadores e de outros sectores laboriosos, que dinamize o consumo interno como factor essencial de desenvolvimento económico.

Ao invés da desvalorização dos portugueses, o que decididamente se impõe é a melhoria das funções sociais que abranchem a generalidade da população e a elevação da qualificação dos recursos humanos, adequada às exigências de uma concorrência internacional cada vez mais activa e exigente.

O Comité Central valoriza muito positivamente o desenvolvimento da luta dos trabalhadores em importantes empresas e sectores profissionais, bem como as movimentações de outras camadas laboriosas.

O Comité Central sublinha a necessidade do empenhamento dos membros do Partido no desenvolvimento da intervenção e no reforço orgânico das organizações sociais e, em particular, do movimento sindical e da CGTP-IN. E destaca a importância da confirmação das suas características essenciais no processo da sua renovação e reestruturação.

Ao mesmo tempo que saúda todos quantos não se resignam perante situações de patente injustiça e de flagrante lesão dos seus direitos e que prosseguem, corajosamente, a resistência à política de direita, o Comité Central sublinha a importância política e a particular oportunidade de desenvolvimento da luta reivindicativa no contexto pré-eleitoral que o país atravessa. O Comité Central salienta a importância do desenvolvimento da luta de massas para a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores e de outros sectores sociais, para a redução da base social, política e eleitoral do PSD e do governo, para a compreensão das propostas e do papel do PCP e para o reforço eleitoral da CDU.

4.

PS - um projecto de mera alternância sem política alternativa

O Comité Central do PCP salienta, como um elemento de excepcional importância e de sérias consequências no panorama político-partidário nacional, a indiscutível confirmação de que o PS está profundamente empenhado num projecto político e numa proposta eleitoral caracterizados pelo prosseguimento, nos aspectos fundamentais e determinantes, da política de direita desenvolvida nos últimos dez anos pelo Governo do PSD.

Com efeito, na sequência de numerosas atitudes e posições anteriores, o chamado «Contrato de Legislação» recentemente aprovado pelo PS nos seus «Estados Gerais», sem prejuízo de alguns objectivos justos e de piedosas intenções, constitui uma solene declaração de adesão do PS às concepções fundamentais e aos interesses de classe que, nomeadamente no plano económico e social, caracterizam a política de direita, causado tão graves prejuízos ao país e golpeado tão duramente os interesses da maioria da população.

democrática

Na verdade, o PS, entre muitos outros aspectos igualmente graves e significativos, confirma a sua total e subserviente vinculação à política de convergência nominal de Maastricht, de construção da União Económica e Monetária, e de subordinação à lógica da «competitividade» e da «globalização» imposta pelos interesses da especulação financeira. Apoiar, aplaudir e festejar a reconstituição do poder do grande capital sobre a economia nacional, e designadamente o domínio absoluto do sistema financeiro pelos velhos grupos do tempo do fascismo. Assume, descaradamente, uma chocante resignação com a destruição e inviabilização de grande parte do aparelho produtivo e com o correspondente crescimento do desemprego. Anuncia uma política salarial que em nada corrigiria a injusta distribuição do rendimento nacional, e assume-se como activo defensor da «flexibilização» do mercado de trabalho, ou seja, secunda a violenta ofensiva em curso contra os direitos dos trabalhadores. Em diversos domínios sociais (educação pré-escolar, segurança social e saúde), perfila manifestamente as concepções ditas neoliberais, conduzindo a uma acentuada desresponsabilização do Estado, a acrescidos encargos sobre os cidadãos e ao avanço do negocismo privado, em torno de carências e gritantes problemas da população. Declara-se de acordo com a privatização da gestão de hospitais públicos e de centros de saúde e com a manutenção, no essencial, da lei das propinas e do «numerus clausus» no ensino superior público.

É ainda de assinalar que, no plano da democracia política, o PS prossegue uma linha mistificatória que tende a responsabilizar o sistema político por problemas e fenómenos negativos que têm a sua raiz mais fundadas orientações e práticas de algumas forças políticas, e continua a insistir, sob a capa demagógica da aproximação dos cidadãos em relação à vida política, em propostas que só poderiam redundar na marginalização forçada de grande número de cidadãos do sistema político, como é o caso da criação de círculos uninominais ou da continuada rejeição da possibilidade de um referendo sobre a ratificação do novo Tratado que, eventualmente, venha a substituir o Tratado de Maastricht.

Neste quadro, torna-se particularmente evidente que as quase obsessivas referências verbais do PS à «solidariedade», à «justiça social» ou à luta contra a «exclusão social», e algumas das suas propostas neste âmbito (como o rendimento mínimo garantido, que foi o PCP o primeiro partido a propor na Assembleia da República), se destinam sobretudo a encobrir a real natureza, e as implicações e consequências das suas opções políticas de fundo e a instrumentalizar eleitoralmente sentidas aspirações e legítimas reivindicações dos portugueses.

Nem o facto de o PSD certamente procurar explorar esta lamentável orientação do PS, no sentido de convencer os eleitores de que, se se trata de realizar a mesma política, então o PSD tem mais experiência, nem o facto de o PS seguramente recorrer do velhíssimo truque de acusar o PCP de o transformar em seu «inimigo principal», desviarão o PCP de uma firme crítica e de uma frontal oposição a este projecto do PS, de pura alternância na execução do essencial da mesma política que os trabalhadores e o povo português tanto têm sofrido e tanto têm justamente combatido.

O Comité Central do PCP salienta que, apesar da orientação e propostas assumidas pelo PS, a manutenção da política de direita depois das próximas eleições, longe de ser uma fatalidade ou uma inevitabilidade, é sim um gravíssimo perigo que pode ser afastado e vencido por grande movimento de apoio ao PCP e por um expressivo reforço de votação na CDU, a única das principais formações que verdadeiramente se bate por uma nova política, por uma política de esquerda.

5. PCP - com confiança rumo às eleições legislativas

O Comité Central do PCP debateu e aprovou um conjunto de orientações, linhas de trabalho e iniciativas, com vista a dinamizar a preparação das intervenções do PCP, no quadro da CDU, nas próximas eleições legislativas, que será objecto fundamental do Encontro Nacional do PCP, a realizar em 6 de Maio.

O Comité Central salienta que, em correcta articulação com outras exigentes responsabilidades do PCP na vida nacional, as eleições legislativas constituem, desde já, a grande prioridade da acção de todo o Partido, apelando ao mais vasto empenhamento e contribuição criadora das organizações e militantes do Partido.

Neste quadro, o Comité Central do PCP considera oportuno salientar que a dispersão de atenções em torno das eleições presidenciais só prejudicará o esforço que importa desenvolver em relação à batalha prioritária das legislativas e, em conformidade com esta apreciação, anuncia que, em princípio, só depois das eleições legislativas, e tendo em conta o preciso quadro político que delas resultar, o PCP definirá a sua orientação e formas de intervenção nas eleições presidenciais, o que inclui expressamente a consideração da apresentação de uma candidatura própria.

Desta posição decorre, como conclusão óbvia, que, até essa definição de orientação, o PCP não tem compromissos com qualquer candidatura, não apoia qualquer candidato, e não recomenda o apoio a qualquer candidato.

O Comité Central sublinha a importância decisiva do apuramento, aos mais diversos níveis do trabalho partidário, de orientações e medidas

para uma audaciosa pré-campanha e campanha eleitorais, que ampliem o movimento de interesse pelas propostas do PCP e da CDU e a sua capacidade de atracção como as grandes forças da alternativa democrática e de nova política de que o país precisa, como a esquerda necessária e indispensável para uma nova política.

Neste contexto, o Comité Central sublinha a importância da preparação, que está em curso, do programa eleitoral - uma nova política, uma política de esquerda - que o PCP oportunamente apresentará ao povo português.

O Comité Central do PCP sublinha a grande importância de uma intervenção pré-eleitoral e eleitoral baseada num amplo contacto directo com os eleitores, próximo dos seus problemas, dificuldades e aspirações, marcada pela serenidade, pelo sentido de responsabilidade e pela apresentação de propostas construtivas para a solução dos problemas nacionais.

O Comité Central destaca a necessidade de um firme e persistente combate a todas as manobras que visam impedir uma real viragem democrática na vida nacional, sejam as que se sustentam na intensificação da demagogia governamental, e na abusiva instrumentalização dos recursos do Estado, sejam as que, na base da discriminação do PCP e do silenciamento da sua actividade, posições e propostas, visam condicionar ilegitimamente os eleitores, através da propaganda de uma inexistente «bipolarização» PSD-PS, que tem como principal objectivo a manutenção e salvação da política de direita.

O Comité Central do PCP salienta ser indispensável travar, tanto no plano institucional como através da iniciativa directa dos cidadãos, uma grande batalha pela garantia de condições de efectiva democraticidade para o processo eleitoral, nomeadamente pela observância de um real pluralismo, confronto de ideias e igualdade de oportunidades nos mais importantes meios de comunicação social.

O Comité Central do PCP sublinha que, com o prosseguimento da acção política geral do PCP estritamente ligada à defesa dos interesses dos trabalhadores e de todas as camadas sociais atingidas pela política de direita, com uma acção audaciosamente voltada para o alargamento do apoio à CDU por parte de milhares de cidadãos independentes, com uma intervenção pré-eleitoral e uma campanha eleitoral dinâmica e mobilizadoras, é inteiramente possível que muitíssimos mais portugueses compreendam que nas próximas eleições legislativas o reforço de votação na CDU e a ampliação da representação parlamentar do PCP, são os factores determinantes para a derrota do PSD e da direita, para uma expressiva condenação da política de direita e para a conquista de uma nova política e de uma alternativa democrática vinculadas aos ideais e valores de esquerda.

6. Um Partido mais forte, activo e influente

Valorizando a intensa e diversificada actividade partidária em curso, o Comité Central destaca como aspectos mais salientes e actuais do elevado dinamismo e iniciativa do PCP:

— O sucesso alcançado pelo «Debate com o país para uma nova política», que agora se conclui com a sessão de encerramento convocada para o próximo dia 25 de Março, e que integrou mais de 250 iniciativas abrangendo todas as áreas e sectores específicos, e que tiveram lugar em todos os distritos e Regiões Autónomas, envolvendo muitos milhares de participantes, entre os quais, a par da natural e activa presença dos comunistas, é de registar a participação de muitos independentes e outros democratas e a contribuição qualificada de numerosos especialistas de diferentes áreas. Iniciativa que, apesar da evidente discriminação e relativo silenciamento de que foi objecto no seu tratamento pela comunicação social, em contraste escandaloso com iniciativas de outros partidos, constituiu valioso contributo para uma inovadora resposta de esquerda e para a elaboração de propostas sobre os principais problemas nacionais, afirmando-se como um efectivo espaço de participação e diálogo do PCP com todos quantos partilham connosco a recusa da mera política-espectáculo, assumem a convicção da necessidade de uma efectiva viragem democrática e de uma nova política, e reconhecem o PCP como força indispensável a esse objectivo.

— O significativo conjunto de Assembleias realizadas por organizações regionais, concelhias, locais, de empresas e sectores profissionais, reveladoras da intensa, participada e ímpar vida democrática do PCP e que, além da necessária prestação de contas e avaliação do trabalho realizado, são uma positiva contribuição para a necessária renovação e fortalecimento dos organismos responsáveis eleitos, e aprovaram linhas de orientação para a concreta e viva intervenção e reforço do Partido.

— O numeroso conjunto de iniciativas que assinalaram em todo o país a celebração do 74º aniversário do PCP, e em que se destacam



os magníficos comícios realizados em Lisboa e no Porto, afirmando e confirmando o PCP como um grande colectivo mobilizado, combativo e confiante, com sólidas raízes e apoio populares, com justa alegria e orgulho no seu património de vida e de luta, voltado para o futuro, convicto da sua identidade comunista e do seu compromisso com os trabalhadores e o povo português, no combate pelos seus direitos, pela democracia e pelo socialismo.

O Comité Central avaliou como estão a ser desenvolvidas e concretizadas as orientações para o reforço do PCP, aprovadas na última reunião do Comité Central e na Conferência Nacional «Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores».

O significativo número de adesões ao Partido verificado em várias organizações, com destaque para o recrutamento de jovens, e a renovação verificada na constituição de organismos eleitos em recentes Assembleias de Organização com a responsabilização de novos quadros, são testemunho das potencialidades existentes e confirmam a necessidade de prosseguir com determinação a materialização das orientações decididas para o fortalecimento do PCP: a dinamização dos organismos existentes e a constituição de novos organismos, com particular atenção à organização dos trabalhadores comunistas nas empresas e sectores profissionais; a responsabilização e formação de novos quadros, em especial jovens e mulheres, e a promoção de uma mais ampla participação militante dos membros do Partido; a organização do recrutamento, com a fixação de objectivos, como elemento essencial para o rejuvenescimento e renovação dos efectivos partidários; a realização regular das Assembleias de Organização; um esforço empenhado para a maior difusão do «Avante!» e de «O Militante».

O trabalho de reforço orgânico, político e ideológico do PCP é inseparável e complementar da necessária e determinante contribuição dos comunistas portugueses para o desenvolvimento da luta popular contra a desastrosa política do actual Governo e do seu activo empenhamento na batalha política prioritária deste ano - as próximas eleições legislativas.

O Comité Central valorizou também o dinamismo e iniciativa revelados pela JCP na sua intervenção sobre os problemas e aspirações juvenis, com a promoção de um vasto conjunto de realizações e a adesão de largas centenas de jovens nos últimos meses, dando assim testemunho das potencialidades que o descontentamento de largos sectores juvenis com a política de direita abre para o fortalecimento da influência da JCP e do PCP na juventude.

O Comité Central examinou o desenvolvimento da Campanha Nacional de Fundos, iniciada em Fevereiro, sublinhando a necessidade, conseguida a sua ampla divulgação no quadro das iniciativas do 74º Aniversário, de ser agora dado um sério impulso organizativo e prático para a concretização dos seus objectivos e assim ser conseguido o indispensável apoio material para uma dinâmica e mobilizadora campanha eleitoral do PCP e da CDU.

O Comité Central, avaliando o andamento da preparação da 19ª Festa do «Avante!», que vai realizar-se em 1, 2 e 3 de Setembro, salienta a importância de ser promovida desde já a mais larga difusão da EP (Entrada Permanente), título de solidariedade cuja venda é decisiva na mobilização e no suporte financeiro da maior realização político-cultural de massas que anualmente é feita em Portugal, e que é obra e justificado motivo de orgulho dos comunistas.

No momento em que celebramos os 74 anos de vida e de luta do PCP e em que nos aproximamos das comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, cuja importância interessa vivamente sublinhar, o Comité Central salienta a existência de condições favoráveis ao fortalecimento do Partido e à realização, com sucesso, das complexas tarefas e objectivos que nos propomos realizar este ano.

Com confiança nos combativos e generosos colectivos do PCP e da JCP, na solidez dos nossos ideais e convicções, nas raízes populares profundas do nosso Partido, com a consciência de que somos a mais firme e consequente oposição à política de direita e os portadores de uma autêntica proposta de esquerda para uma nova política, o Comité Central apela à mais ampla mobilização de energias e vontades de todos os comunistas, de todos quantos reconhecem no PCP o grande partido da esquerda, o Partido da alternativa, para que, desenvolvendo a luta popular contra a política de direita, derrotando a direita e fortalecendo o PCP e a CDU nas próximas eleições, seja aberto caminho à mudança de verdade que os trabalhadores reclamam e o país precisa.

O Comité Central do
Partido Comunista Português

Carvalhas encerra no Algarve o Debate com o País

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, encerrou em Faro, no auditório do Instituto da Juventude, a fase algarvia do «Debate com o País para uma nova política». Antes tinha participado em Vila Real de Santo António num almoço comemorativo do 74º Aniversário do Partido.

A sessão foi presidida pelo médico João Goulão, vereador da Câmara Municipal de Faro, eleito pela CDU. Na mesa, esteve também presente Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política e responsável pela organização do PCP no Algarve.

No decorrer do debate registaram-se diversas intervenções abordando temas variados como a crise no sector das pescas, a discriminação da mulher, o silenciamento do PCP na Comunicação Social, o descalabro dos cuidados de saúde e a greve dos médicos. No centro de saúde de Olhão, foi ali citado pela dra. Isabel Marques, há um médico para cada 3000 utentes. Momento de boa disposição houve quando o jovem Sérgio Martins, da JCP, afirmou: «Nós somos como as laranjas algarvias: somos muitos e não temos saída.»

Carlos Figueira afirmou que um terço da verba de 60 milhões de contos do segundo Quadro Comunitário de Apoio está cativo para o abate de embarcações, mas em contrapartida não estão consagradas verbas suficientes para a reposição de uma frota com boas capacidades de captura, condições de trabalho a bordo e competitividade como, por exemplo, a da vizinha Espanha.

Salientou que, nas indemnizações por abates são os pescadores quem fica pior, uma vez que os subsídios vão para os armadores e que nesta matéria PSD e PSD têm culpa, pois têm inviabilizado pro-

postas do PCP para equiparar os pescadores ao regime geral, uma vez que são trabalhadores por conta de outrem.

Referindo-se à recente crise do Canadá, disse que ela revela o comportamento geral do governo em relação às pescas nacionais. Hoje, apenas 20% das nossas capturas são feitas em águas internacionais tendo Portugal perdido importantes posições no Atlântico Norte e Norte de África, algumas delas ocupadas pela frota espanhola.

Em seu entender, o conflito vai resolver-se pelas negociações e qualquer redução das quotas já de

si reduzidas para as 15 embarcações que nos restam das 60 que Portugal possuía, ainda agravará mais a situação.

Carlos Figueira criticou a intervenção do Governo na autonomia do Poder Local, através de legislação avulsa que considerou necessário inventariar.

«Seria uma intervenção utilíssima que, ou através da AMAL (Associação de Municípios do Algarve) ou através da Assembleia Distrital, os presidentes das Câmaras Municipais e outros eleitos se pudessem disponibilizar para fazer este balanço concreto».



Almoço em Vila Real

Carlos Carvalhas participou num almoço comemorativo do 74º aniversário do Partido na cidade de Vila Real de Santo António. A ini-

Extractos da intervenção

Ao longo destes meses, realizamos um vasto e diversificado «Debate com o País», com o objectivo de reflectir, ouvir, confrontar opiniões e propostas, procurar encontrar, com rigor e seriedade, soluções para os problemas e estimular e favorecer sem instrumentalizações, sem pretensões de hegemonia, o diálogo e a convergência entre os democratas.

O «Debate com o País» tem sido um grande espaço de democracia, um grande espaço de encontro, de debate e participação de democratas das mais variadas tendências, um espaço onde têm participado especialistas, quadros técnicos, ou simples cidadãos que com a sua experiência, o seu conhecimento, a sua vivência nos questionaram, nos enriqueceram e nos habilitaram a uma intervenção mais cuidada e mais fecunda para a transformação da sociedade no sentido do aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural, no sentido da procura de uma vida melhor para todos os portugueses.

O «Debate com o País» tem também mostrado que a resposta à questão do chamado «divórcio dos cidadãos em relação à vida política» não está meramente nas questões administrativas ou jurídicas, na perversão antidemocrática do sistema eleitoral, não está na acentuação da demagogia, na política-espectáculo e nas manobras politiquieras. A resposta está, sim, na política de verdade, no debate das propostas, na valorização das ideias, dos projectos, das soluções, numa acção política vinculada ao interesse público e centrada nos problemas, inquietações e aspirações dos cidadãos o que conduzirá à sua consciente, activa e combativa participação na vida nacional.

É também de sublinhar que tendo-se partido com uma ideia para estes debates, depois de já percorrida a maioria do trajecto programado, mais se radica a nossa convicção de que Portugal dispõe de condições, de recursos, de potencialidades, de energias e valores democráticos que podem assegurar no quadro de uma nova política a construção de uma sociedade à altura das melhores aspirações do povo português e das necessidades, possibilidades e exigências do tempo histórico em que vivemos.

A falência da política do PSD que levou Cavaco Silva à decisão de renúncia é reconhecida publicamente mesmo no seio deste Partido. Falência que se traduz numa grave situação social e económica de que o Algarve não foge à regra, sendo inclusivamente uma das regiões mais afectadas pelo desemprego, atingindo particularmente as mulheres.

Esta situação é o reflexo da política da direita, do modelo de crescimento imposto à região que tem levado à destruição da actividade produtiva na indústria, construção civil, pescas e agricultura.

Estamos hoje na região e no País numa situação económica mais vulnerável, fragilizada e subcontratada, mais dependentes, com uma crescente substituição da produção nacional pela estrangeira e com um aumento do domínio do mercado e dos sectores mais rentáveis pelas transnacionais.

E num quadro de grandes dificuldades e de prolongada recessão, estando no quarto ano em que nos afastamos da média comunitária, a desestabilização institucional e social provocada pelo PSD, com o apodrecimento de toda a situação, mais confirmam, que o País só teria ganho com a demissão do Governo e a dissolução da Assembleia da República. O descrédito das instituições não dá saúde à democracia.

O PSD e o seu governo estão interessados nas manobras de diversão, em desviar a atenção da opinião pública dos graves problemas com que nos defrontamos em resultado da sua política.

A condenação pelo PSD do inaceitável encontro do Presidente da República na Embaixada Portuguesa a Betino Craxi, a condenação em termos soezes da não aceitação pelo Presidente da passagem de Fernando Nogueira a «Vice», visam, no fundamental, o desgaste e a paralisia do órgão de soberania Presidência da República e a diversão da situação social.

Mas são os trabalhadores, o povo e o país quem no fim de contas

pagam as «favas» das guerrilhas do «Alecim e da Manjerona» entre órgãos de soberania em consequência dos cálculos cínicos sobre a «necessária dramatização política» defendida por dirigentes do PSD, para manterem o poder absoluto, logo seguidos por apelos hipócritas do Primeiro-Ministro ao necessário «bom senso». E fazendo a distinção entre governo e PSD que nunca existiu, até se autodenomina, ridiculamente, como factor de estabilidade, como se fosse um «anjinho», fora da contenda, como se não soubesse ou nada tivesse com o assunto...

É o que se chama fazer o mal e a caramunha!

A situação social deteriorou-se e chegados ao fim da legislatura podemos verificar o que significam na prática as tiradas populistas, tantas vezes utilizadas de que estávamos a atingir «o pelotão da frente», ou o «cume da montanha»!

Hoje os trabalhadores podem verificar o que significaram, na prática, as promessas de mais e melhor emprego, de aumento de salários e a promessa tantas vezes repetida em campanha eleitoral sobre a «redução do horário semanal máximo para 40 horas».

Hoje os reformados, podem infelizmente verificar em que é que se traduziram as promessas de melhores reformas e pensões e dos compromissos sobre os apoios à terceira idade. O PSD chegou ao deslante de no ano consagrado à solidariedade entre as gerações ter aumentado a idade da reforma para as mulheres e alterado a fórmula de cálculo penalizando os futuros reformados.

Também o jurado apoio à juventude teve como resposta o aumento do desemprego juvenil, o aumento do trabalho precário, o aumento das propinas e o corte de verbas ao ensino público.

As melhorias no campo da saúde aí estão na crescente desresponsabilização do Estado, no aumento dos medicamentos, nas taxas moderadoras e no negocismo numa área fundamental para a melhoria do nível e qualidade de vida dos cidadãos...

E lembramos aqui as promessas porque este ano em que vamos ter eleições legislativas é certo e sabido que o PSD, procurando jogar com o esquecimento, não só não deixará de dramatizar a situação como vai emburhar de novo outros compromissos aliciantes com o objectivo de não ser corrido do poder e da mesa do Orçamento.

Neste quadro, o desmascaramento da demagogia e o prosseguimento da luta de massas é fundamental para conter e derrotar a política de direita.

Aliás, as lutas e os protestos contra o autoritarismo e as injustiças sociais mostram que apesar de anos e anos de pressões sociais, políticas e ideológicas, no sentido da resignação, do conformismo e do egoísmo continuam bem vivas na sociedade portuguesa a consciência social, de apego a direitos e regalias conquistadas, de espírito de luta e de confiança, na eficácia da acção solidária e colectiva.

Alternativa ou alternância

Há quem sonhe com o «rotativismo», com a alternância, em que um partido quando estivesse «queimado» seria substituído, no poder, por outro que, no essencial, continuaria a mesma política. Este velho bailinho do «agora mando eu, do agora mandas tu, do agora mando eu mais tu» seria o grande seguro de vida da política do grande capital, o grande seguro de vida da política de direita.

Mas do que o país precisa não é da continuação, no fundamental, da política do cavaquismo, com outras caras, outros rótulos, embrulhada para atrair os incautos, numa retórica verbalista de solidariedade, sem qualquer conteúdo concreto ou prático. O que o país precisa é de uma alternativa e não de uma alternância. O que o país precisa é de uma ruptura com a política cavaquista, com a política de concentração de riqueza e não da sua continuação, apenas com a promessa de maior transparência...

O nosso adversário político é o PSD e a política de direita,

mas não podemos deixar de assinalar que, se algumas dúvidas houvesse, o «Contrato de Legislatura» dos Estados Gerais do PS mostrou com clareza que este partido apenas aspira à alternância, ao poder pelo poder, mantendo, na prática, o essencial da política, económica e social, do PSD.

O Contrato de Legislatura declara «preto no branco» que aceita a tutela de Maastricht e as suas políticas, bem assim como as mezinhas do «Livro Branco» da Comissão de Bruxelas, o que significa que aceita a continuação das políticas monetaristas e neoliberais seguidas pelo PSD que têm conduzido o país ao aumento do desemprego, à ruína da agricultura e à crescente dominação da economia pelo capital estrangeiro.

Recorrendo à fórmula dos trabalhistas ingleses, dizem que a «educação é a sua paixão», mas é uma paixão que se traduz pela defesa da continuação das propinas, das provas de aferição e do *numerus clausus!*

Piscando o olho aos trabalhadores, acusam o PSD de ter assente a sua estratégia numa política de baixos salários, mas o seu «Contrato de Legislatura» o que defende para a «política de trabalho» é «uma maior flexibilidade», ou seja, mais «polivalência, mais reconversões», mais trabalho a tempo parcial e, para a chamada política dos rendimentos, uma «norma» de crescimento dos salários reais abaixo dos ganhos da produtividade o que praticamente manterá a actual penalização dos salários na distribuição do Rendimento Nacional... É, através de uma fórmula diferente, o seguimento da velha política da «moderação salarial». Não será, por isso, de estranhar que Ferraz da Costa, o «Patrão» do grande patronato, tenha elogiado este PS que, sobre as privatizações de empresas básicas e estratégicas, sobre os contratos a prazo, a redução do horário do trabalho sem redução de salários, o trabalho infantil, a contratação colectiva, o salário mínimo, tudo como dantes... Mas não é só na «política do trabalho».

Poderíamos continuar a analisar as propostas noutros sectores, como, por exemplo, no campo dos direitos onde não há lugar para as associações profissionais das forças policiais ou na saúde onde depois de se descodificar a retórica decorativa, o que se fica a saber é que o PS mantém as taxas moderadoras e defende a gestão privada dos hospitais públicos, seguindo a regra: investimentos públicos/lucros privados...

Reafirmamos que a grave situação social e económica do país exige não a continuação da actual política retocada ou recauchutada, mas um nova política, uma política que assuma sem ambiguidades os valores de esquerda, uma política de desenvolvimento económico e social, que tenha a coragem de fazer do progresso social um avanço da civilização e um factor de eficiência e progresso económico.

O crescimento económico, como elemento de desenvolvimento, deve ter como objectivo fundamental satisfazer as necessidades e as aspirações do povo português.

Mas a verdade é que o direito ao trabalho e à segurança no emprego é cada vez mais uma ficção. E não se pode falar em desenvolvimento ou de progresso quando os privilégios da fortuna se cimentam à custa do desemprego, quando a sociedade se polariza, quando crescem as grandes fortunas, sacrificando as condições de vida e de trabalho dos que produzem a riqueza.

Não há nenhuma inevitabilidade, nenhum constrangimento, nenhum fatalismo, para condenar os trabalhadores portugueses, a juventude e as mulheres ao desemprego, aos baixos salários, à intensificação da exploração, à violação dos direitos fundamentais.

Os trabalhadores e o povo português podem viver melhor em Portugal, com uma outra orientação política, com outra aplicação dos dinheiros públicos, com uma nova política que ponha fim à política anti-social do Governo, uma política que tem tido como alvo principal as conquistas sociais dos trabalhadores.



ciativa, realizada na Escola Secundária local, contou com a participação de mais de 200 convidados, entre os quais o presidente da Câmara Municipal, eng. António José Martins, um independente

eleito pela CDU. Carlos Carvalhas abordou o momento político actual, rendeu homenagem aos fundadores e continuadores do Partido e apelou à mobilização para um novo Governo com uma nova política.

Mas o nosso país também não está condenado a ser um campo lucrativo para o capital estrangeiro, uma fonte de mão-de-obra barata, um lugar onde só os estrangeiros têm possibilidade de gozar férias.

Portugal não está condenado a ser uma mera região sem alma, inserida numa União Europeia comandada pelas transnacionais.

Portugal não está condenado a ver a sua moeda a ser jogada na voragem da especulação que só em Fevereiro consumiu 107 milhões de contos das reservas do Banco de Portugal, quando os «padrinhos» de Maastricht nos tinham jurado que a Europa estava segura contra tais acidentes e quando os mesmos instauraram regras draconianas à actividade produtiva para propagandear o mito do escudo forte.

Nós não aceitamos a construção de uma União Europeia baseada numa espécie de directório das grandes potências que ditam as regras a todos os países. O que é bom para o Banco Central alemão poderá ser bom para a Alemanha, mas não o será necessariamente para Portugal.

Portugal tem que defender os seus interesses, defender e promover a sua produção, nomeadamente a agrícola, como fazem outros países e exigir a concretização do princípio da «coesão económica e social».

Precisamos de concentrar os esforços e os recursos com vista à obtenção de um desenvolvimento harmonioso, solidário e regionalmente equilibrado, assente no aproveitamento dos recursos e potencialidades do país e tendo em conta o quadro da integração europeia.

Mas uma nova política, uma política de esquerda não pode deixar de dar resposta a prementes aspirações de importantes grupos e camadas sociais, como a juventude, as mulheres, os agricultores, os quadros técnicos e intelectuais; de dar combate ao abuso do poder, ao negociado, ao clientelismo, à corrupção e de ter uma enérgica intervenção pela moralização da vida pública; de promover profundas alterações na saúde, na educação, na habitação e na segurança social, no apoio ao poder local e na efectiva concretização da regionalização.

Mas não é só a dimensão económica, social e ecológica que têm que ser postas em causa. É também a governamentalização do Estado. O aprofundamento da democracia política é uma exigência fundamental.

Não se pode continuar a consentir a confusão entre o PSD e o Estado, o clientelismo e as negociatas à custa do património e do interesse público.

Um Estado de direito democrático, participado e socialmente responsável é um Estado regido pelo objectivo de respeitar e fazer respeitar os direitos do povo e os interesses do país, escrupuloso cumpridor da Constituição e dos princípios constitucionais do equilíbrio, separação e interdependência dos órgãos de soberania.

O Estado que defendemos deve assegurar os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e de todos os cidadãos; uma comunicação social isenta e pluralista; uma justiça democrática e célere; uma administração pública aberta, desburocratizada, eficiente e uma política de segurança que garanta a tranquilidade dos cidadãos. Esta é em traços limitados uma concepção de Estado que se contrapõe às concepções autoritárias e centralistas e à absolutização e governamentalização que caracterizam o poder do PSD...

Para que uma nova política se concretize, é necessário que se derrote o PSD e a política de direita. Isto significa que é necessário derrotar o PSD e inviabilizar a continuação da sua política por outros rótulos ou outros meios, o que passa pelo reforço do PCP e da CDU.

Os eleitos do PCP e da CDU contam sempre para derrotar a direita e são um factor decisivo para uma saída à esquerda que o país necessita.

Braga 17 iniciativas em balanço

O Ciclo do «Debate com o País para uma nova política», promovido pela DORBraga do PCP no Distrito, encerrou em Guimarães, na passada sexta-feira, mas não, e isso foi salientado, o debate dos problemas, o diálogo com os cidadãos, o confronto de ideias em torno das grandes questões nacionais e da realidade socioeconómica e política do Distrito, que o PCP irá continuar.

José Antunes, coordenador da DORBraga do PCP, fez a apresentação do balanço das iniciativas realizadas no distrito, nos 5 meses desde a abertura, em Braga, do «Debate com o País...», 17 iniciativas descentralizadas por Barcelos, Braga, Celorico de Basto, Esposende, Guimarães, V. N. Famalicão e Vila Verde, onde se abordaram temas como a alternativa para uma nova política, os direitos dos trabalhadores, a justiça social e a participação dos cidadãos, a situação económica, a indústria e a agricultura na região, a Constituição e o regime democrático, a política educativa, as questões de saúde, a Juventude, o ambiente, o património cultural e arquitectónico.

António Lopes, da Comissão Política e responsável do PCP do Norte, abordou a problemática das mudanças operadas na vida do País e dos trabalhadores desde o 25 de Abril, a sua interrupção e retrocesso, impostos pela política de recuperação capitalista e a gravidade da situação nos últimos 10 anos de governação PSD.

O distrito de Braga, apesar do crescimento e melhoria de alguns índices — há mais betão e alcatrão —, sofre com grande agudeza as consequências da destruição do aparelho produtivo, da liquidação da pequena propriedade rural, do grande

volume de desemprego, da precariedade do trabalho, da falta de resposta da Seg. Social, das debilidades do sistema educativo, das carências na saúde e outras.

Na qualidade de vida de grande percentagem da população, não só pesam os baixos salários praticados, como outros factores, entre os quais a exiguidade da rede de saneamento e do abastecimento público de água e outras carências básicas que as



O encerramento decorreu na passada sexta-feira em Guimarães

forças maioritária no Poder Local não têm resolvido praticamente em nenhum concelho do Distrito.

A realização da Regionalização — uma urgência para o desenvolvimento regional e o combate às assimetrias, cujo atraso, nos tempos de hoje, se deve à oposição do PSD que, depois de a ter inscrito no seu

programa eleitoral e no Programa do Governo (!), a abandonou e quis retirar da Constituição — inscreve-se juntamente com as linhas atrás citadas de uma política económica e social de desenvolvimento e progresso, entre as prioridades do programa de compromissos dos comunistas do Distrito para as próximas eleições legislativas.

Agostinho Lopes, da CP e do Secretariado do CC do PCP, encerrou a sessão, depois de várias intervenções dos presentes. Falando do «Debate com o País...» que o Partido vem realizando a nível nacional, referiu as mais de 250 iniciativas já realizadas, que, abrangendo diversos e fundamentais problemas e desafios da sociedade portuguesa, permitiram ao PCP traçar um retrato impiedoso dos resultados da política de direita e em parti-

inaugurações... e mais algum alcatrão, mais algum cimento... Os principais défices económicos, tecnológicos, sociais e políticos acentuaram-se. Fragilizou-se a nossa situação de País independente e soberano. O povo português vive pior.»

Depois de sublinhar a importância política das próximas Eleições Legislativas para uma viragem política — corroborando outras opiniões ali ouvidas, disse que a viragem não pode ser uma simples mudança de cara dos ministros, mas uma real e efectiva mudança das principais orientações políticas — e propôs um olhar para os projectos políticos e partidários que o PCP e a CDU vão enfrentar nas próximas eleições.

Sobre questões sociais, emprego, salários, «o projecto do PS repete tal e qual o Livro Branco de Delors e em grande parte as propostas do Governo no Conselho de Concertação Social: o crescimento dos salários reais próximos dos ganhos de produtividade, a «flexibilidade» da política laboral, o «mercado social de emprego», solução que poderá levar os despedidos e desempregados do Vale do Ave a tratar de velhinhos ou cortar mato nas bouças (a reforma do antigamente para muitos trabalhadores rurais na região)».

Estes e outros traços marcantes do projecto do PS contribuíram para mostrar que se uma alternativa democrática à actual política de direita passa pelo afastamento e derrota do PSD e toda a direita, passará e muito, pela votação que for dada à CDU e o número de eleitos comunistas nas Eleições Legislativas que aí vêm — o voto na CDU é sempre certo e continuará sempre para a mudança desejada.

Alternativas culturais

A discussão levada ao Centro Vitória em torno do tema «alternativas culturais», quinta-feira passada, motivou um debate onde a questão principal acabaria por ser a forma de levar à prática uma determinada política cultural, ou seja, o papel do Estado e a sua relação com os produtores culturais, por um lado e os que usufruem dessa produção, por outro. Carlos Carvalhas no final da discussão, que se prolongou muito para além da hora marcada, assinalaria os contributos dados pelos presentes e a necessidade de continuar esta reflexão.

Manuel Gusmão, professor universitário, fez a primeira intervenção e contrapôs uma concepção antropológica, histórica e sociológica da cultura — que liga a dimensão social do fenómeno com a autoformação dos indivíduos — a concepção de direita onde a cultura aparece como privilégio distintivo de alguns ou como «aculturação

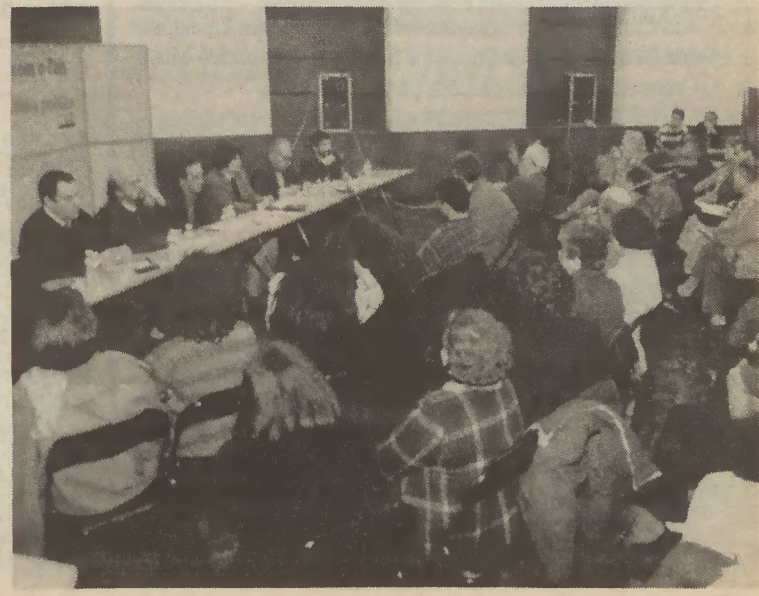
maciça» para a maioria das pessoas.

António Borges Coelho, também professor universitário, manifestou-se preocupado com a «destruição progressiva das culturas tradicionais», a cada vez maior dependência das grandes forças económicas e a situação no ensino, referindo a redução da História de Portugal no Secundário.

João Brites, encenador de «O Bando», interveio para provocar uma discussão em torno do problema de bastar a um governante ou dirigente classificar-se «à esquerda» no espectro político para imediatamente daí resultar, ou não, a aplicação de uma correcta política cultural.

Ruben de Carvalho, chefe de Redacção do «Avante!» e que foi um dos comissários de Lisboa 94, chamou a atenção para a necessidade de uma discussão profunda sobre a adequação da própria estrutura orgânica do Estado que tradicionalmente na Europa tem responsabilidades na área cultural, com a existên-

cia de um gigantesco Ministério da Educação, alheado da realidade audiovisual que é gerida por outra estrutura e também separado de eventuais Ministérios ou Secretarias de Estado da Cultura. A criação, fruição e a gestão do fenómeno cultural foram outras vertentes abordadas nesta intervenção.



Encontro sobre mulheres trabalhadoras

Organizado pelas Comissões junto do Comité Central para os problemas e a luta das mulheres, para o trabalho sindical e para as questões de Organização, terá lugar no próximo dia 1 de Abril, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, um Encontro sobre o PCP e as mulheres trabalhadoras. Estarão presentes, dos organismos executivos do Partido, Domingos Abrantes e Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, e Luísa Araújo, do Secretariado do CC.

A iniciativa pretende debater formas de desenvolvimento da acções e da organização do PCP no sentido de conseguir uma maior ligação do Partido às mulheres trabalhadoras, permitindo a melhor definição dos seus anseios e reivindicações, como vista ao reforço do papel e da acção da mulher comunista na empresa.

O aumento do recrutamento e da participação de mulheres trabalhadoras nos organismos partidários a vários níveis são também objectivos do Encontro.

Quanto ao seu conteúdo, vão estar em foco o mercado de trabalho feminino, a contratação colectiva, a intervenção das mulheres nas estruturas unitárias e a sua participação na actividade e organização do Partido.

Problemas dos reformados

No próximo dia 1 de Abril, terá lugar, na Voz do Operário, o 2º Encontro Nacional do PCP sobre os problemas dos reformados. Os trabalhos têm início às pelas 10 horas, dividindo-se em três secções temáticas: «A situação económica e social dos reformados, política do Governo e as Legislativas de 95»; «Integração social e participação dos reformados na vida da sociedade»; «Actuação do PCP na defesa dos reformados, as organizações de reformados e a sua intervenção social».

Aniversário no Porto

Maia, Valongo, Gondomar, Felgueiras, Gaia, Matosinhos, Paços de Ferreira, Vila do Conde, Paredes, Santo Tirso, Amarante, o Sector Intelectual e a Cidade do Porto foram as organizações que este ano assinalaram o aniversário do Partido no distrito com diversas confraternizações que, no seu conjunto, juntaram cerca de duas mil pessoas. Mais gente e mais iniciativas que no ano passado, as comemorações tiveram o seu ponto alto no comício em Gaia, com uma participação como há muito tempo não se via, onde não faltaram militantes de outros distritos do Norte.

Pescas em Setúbal

O sector das pescas perdeu nos últimos anos metade dos postos de trabalho, 20 por cento das embarcações, enquanto a produção caiu para um terço dos valores de alguns anos atrás e as importações aumentaram 170 por cento. Estes foram factos relatados durante um debate promovido pela Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, em que participou Carlos Luís Figueira, da Comissão Política.

Para além de criticar duramente a política de abate de embarcações, este dirigente abordou ainda a desvalorização do preço no primeiro acto de venda do pescado de que resultam baixas margens de lucro para os armadores e magros rendimentos para os pescadores, mantendo-se elevado o preço ao consumidor.

Na sessão, em que se encontravam João Lopes, presidente da Mútua de pescadores, Ricardo Santos, presidente da Sesibal, Carlos Pratas, administrador-delegado da Bivalpescas, foram ainda salientados os problemas das malhagens, a falta de legislação laboral que defenda os pescadores e a inoperância dos serviços do Estado descentralizados em Setúbal, entre outras questões.

A família hoje

Analisar os novos problemas que se colocam à família - um dos núcleos fundamentais da sociedade - e repensar uma nova política que integre as mudanças verificadas na sua estrutura, que respeite a igualdade de direitos, a melhoria das condições de trabalho e promova a alteração das mentalidades, foram objectivos de um recente debate realizado em Queluz, no Salão Nobre dos Bombeiros.

Na iniciativa intervieram, entre outros: Graça Mexia, psicóloga, Fátima Messias, sindicalista, Rosário Quintas, professora, Rosa Rabiães, do CC do PCP, Salvador da Luz, presidente dos Bombeiros Voluntários de Queluz, os médicos Jorge Brandão e Rui Borges, e Horando Miranda, do Centro de Divulgação da Doutrina Social da Igreja.

CAMARADAS FALECIDOS

Jesuína da Silva

Faleceu **Jesuína das Dores Caetano da Silva** (conhecida por Gina) que estava organizada na Freguesia de Algés.

Maria Vaz

Faleceu, no passado dia 27 de Fevereiro, com 60 anos de idade, **Maria da Conceição Santos Vaz**. Operária das Fábricas Triunfo, destacou-se nas lutas da empresa, acabando por ser despedida.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do "Avante!" manifesta sentidas condolências.

800 participantes em Castelo Branco

A última iniciativa de um ciclo de 9 Debates teve lugar em Castelo Branco no passado sábado e contou com a presença de 70 participantes. Presidiu ao debate o camarada Jorge Amorim, da DORCB, que começou por salientar que os cerca de 800 participantes nestas iniciativas tiveram a oportunidade de dialogar e reflectir em torno de preocupações concretas da sociedade em que vivemos, realçando o contributo de várias personalidades independentes, ou de outras sensibilidades políticas, nos debates realizados.

Sérgio Ribeiro falou da experiência da frente de luta no PE, ligando o desenvolvimento Distrital/Regional à necessidade de mudar de rumo da estratégia económica dominante obediente a Bruxelas. Daí a defesa do princípio/objectivo da coesão económica e regional ser reformulado na oportunidade da revisão de 1996 do Tratado de Maastricht.

Afirmou ainda que a coesão económica e social passa por referências à Cova da Beira, à defesa do rio Tejo, do Alqueiva, tem de contrariar a destruição do aparelho produtivo, o abandono da agricultura; defendeu que os fundos estruturais sejam aplicados servindo objectivos para

que foram criados, exigindo vigilância e controlo que só a democracia participativa pode realizar.

A alternativa que possibilita o desenvolvimento regional, aproveitando recursos portugueses ao serviço de portugueses é a luta articulada e coordenada de várias frentes de luta e trabalho e é muito diferente da alternância que fazia com que novos protagonistas continuassem a mesma política.

José Pires, docente da Escola Superior de C. Branco, afirmando a sua qualidade de independente e explicando porque estava neste debate (ninguém me pediu a assinatura) e não nos Estados Gerais, afirmou: «O Contrato está na partilha e compromisso e não no espectáculo do livrinho com assinaturas que podem definir os novos políticos profissionais.»

Interrogando-se e interrogando os presentes questionou: aparentemente crescem os Parques Industriais — a custas de quem? favorecendo quem? transformando as mais-valias em quê?

Afirmou que é preciso uma nova política global que determine verdadeiras alternativas sectoriais baseadas na descentralização, na autonomia participada, nos interesses locais

determinadores dos interesses gerais.

Terminou afirmando: «Temos de dizer basta à social-democracia dos interesses alaranjados. Temos que nos esforçar para que o seu fim seja real e não só uma mudança pintada de cor-de-rosa.»

Armando Morais, depois de fazer várias considerações sobre o estado real da indústria, da agricultura, disse: «O Distrito perdeu nos últimos 10 anos 19377 habitantes. Apenas o concelho de Belmonte teve uma ligeira subida. Esta perda de população é um dado a reter para questionar aqueles que falam em grande progresso, como é o caso dos dirigentes do PSD que apontam a capital do Distrito como exemplo à escala nacional e que entretanto não consegue fixar a sua população quanto mais atrair muitos dos que partiram, ou ainda habitantes de outros concelhos onde a indústria é quase inexistente.»

Aberto o debate, intervieram Joaquim Bonifácio sobre o Turismo e a indústria agro-alimentar; Hélder Rodrigues sobre a participação colectiva dos cidadãos; Rui Caldeira sobre o Tejo Internacional; José Paulo Gascão sobre o Regadio da Cova da Beira; Henrique Alves sobre a regionalização e das res-

Debate com o País

para uma nova política

PCP

responsabilidades não assumidas dos Partidos quando vão para o Governo; Carlos Vale sobre o trabalho desenvolvido pelo PCP na luta por um processo correcto do Parque natural do Tejo Internacional; Luís Gama sobre a petição feita na Assembleia da República, OID que nunca mais se discute e que nem Guterres, que é deputado eleito pelo Distrito, foi capaz de levantar.

José Casanova encerrou o Debate afirmando que a alternativa a uma política de direita é uma política verdadeiramente de esquerda e que o PS não visa mudar de política, mas que tem como seu objectivo central substituir Cavaco por Guterres e os Ministros laranja pelos Ministros rosa. E que os Estados Gerais para uma nova maioria tem como eixo alcançar uma nova maioria para levar à prática a mesma política, dando exemplos de afirmações dos chamados ministros-sombra e o do Contrato de Legislação, cujo texto podia ser assinado por qualquer dirigente do PSD porque não difere no fundamental da política praticada por este Governo.

Combate ao desemprego exige nova política

Em nota divulgada na passada sexta-feira, o Gabinete de Imprensa do PCP comenta as medidas anunciadas pelo Primeiro-Ministro visando «combater o desemprego». O texto salienta:

«Importa recordar que o Governo do PSD, no início do seu mandato em 1991, prometeu a criação de 100 mil postos de trabalho, promessa essa que, afinal, se traduziu realmente em mais de 100 mil novos desempregos, e com o desemprego a atingir níveis cada vez mais elevados. Aliás, é significativo que o anúncio deste «pacote» coincida com a divulgação pública de que o número de desempregados inscritos tenha aumentado para 430 mil.

«O PCP recorda ainda que tem sido prática corrente do Governo do PSD, em vésperas de actos eleitorais, anunciar programas de combate ao desemprego nunca concretizados.

«Pelo anúncio feito não está garantido que as facilidades financeiras agora anunciadas para as empresas assegurem o aumento efectivo de postos de trabalho, correndo-se assim o risco de se vir a assistir à mera rotação de desempregados.

«O PCP considera que todas as medidas que tenham por objectivo incentivar a criação de empregos nunca serão de mais.

Mas importa salientar que o combate estrutural ao desemprego não se compadece com medidas pontuais e de natureza conjuntural, antes exige uma política económica radicalmen-

te diferente da prosseguida pelos Governos do PSD. Uma política que privilegie o desenvolvimento da economia real e não as «convergências nominais», o negocismo e a especulação financeira.

Isto é, exige um novo governo com uma nova e diferente política económica e social.

«Finalmente, o PCP chama a

atenção para o facto de, no final do seu mandato, o Governo anunciar medidas que se deverão prolongar muito para além da sua permanência em funções. Assim pretendendo incutir na opinião pública, de forma subreptícia, a ideia de que o Governo do PSD se prolongaria para além das próximas eleições legislativas.»

Debates na Suíça

No âmbito dos «Debates com o País para uma nova política», tiveram lugar na Suíça, nas cidades de **Zurique** e **Lausane**, duas iniciativas que reuniram perto de uma centena de emigrantes portugueses.

Com a presença do camarada **José Neto**, membro do Conselho Nacional do PCP, que abordou em detalhe a situação em Portugal, particularmente os actuais desenvolvimentos e as perspectivas futuras, é de registar como altamente positivo o interesse e a viva participação e intervenção dos presentes nas sessões, desde camaradas responsáveis do Partido a trabalhadores sem filiação partidária, dirigentes e activistas sindicais e associativos.

Os problemas da emigração, a denúncia da política de abandono dos emigrantes por parte do PSD, do desinteresse dos deputados eleitos pela emigração (PSD e PS) estiveram em primeiro plano, tendo como pano de fundo as dificuldades actuais e as incertezas quanto ao futuro, a falta de apoio das estruturas consulares, o desemprego que

já atinge a comunidade portuguesa, as ameaças ao reagrupamento familiar, os problemas do regresso, etc.

Durante a visita, o camarada José Neto teve oportunidade de contactar as Associações portuguesas de Frauenfeld e Zurique, na Suíça alemã, e de Neuchatel e Lausane, na Suíça francófona.

Foi anunciada publicamente, quer nas visitas e debates, quer em entrevista à Rádio Antena Portuguesa em Lausane, a recente apresentação, na Assembleia da República, do projecto de lei do PCP que visa substituir as inoperantes e governamentalizadoras estruturas junto dos consulados por verdadeiros órgãos representativos que facilitem e propiciem uma real participação dos emigrantes portugueses espalhados pelo mundo.

Salientada foi também a necessidade de promover e incentivar o recenseamento eleitoral entre a numerosa comunidade portuguesa e mobilizar os eleitores para uma forte votação da CDU nas próximas eleições legislativas.

Álvaro Cunhal inaugura novo centro de trabalho na Brandoa

Uma prova de força

Não é apenas uma nova instalação. O novo centro de trabalho da Brandoa é o resultado do esforço, trabalho e dedicação dos camaradas da freguesia e representa uma prova de força de um Partido que erradamente muitos condenaram ao declínio. Resumidamente, foram estas as palavras iniciais de Álvaro Cunhal na inauguração, sábado passado, daquele espaço.

Dando a palavra ao Presidente do Conselho Nacional do PCP, Luís Oleiro, da Comissão de Freguesia, lembrou que o novo centro é a realização de um grande e

antigo sonho da organização local, que passa agora a ter melhores condições para a sua actividade, sempre em defesa dos interesses dos trabalhadores e da população.

De facto, o velho centro não correspondia nem à influência nem ao prestígio que o Partido tem na freguesia e no concelho. A Brandoa era, à data do 25 de Abril, o bairro mais clandestino da Europa. Não havia estradas nem passeios, e no Inverno a lama era tal que os seus habitantes tinham de recorrer às galochas para se deslocarem até à paragem do autocarro. Quando regressavam, à noite, voltavam a calçá-las para chegarem a casa.



Álvaro Cunhal descerrou a placa do novo centro de trabalho

Freguesia de Abril

Hoje, embora persistam as marcas da construção clandestina, o panorama é completamente diferente. A Brandoa é uma das oito freguesias da Amadora, justamente chamado Município de Abril por só ter sido criado depois da revolução. As suas gentes encontram-se fortemente ligadas às numerosas colectividades ali existentes e reconhecem o papel e empenhamento dos comunistas na melhoria das condições de vida.

Talvez por isso, a abertura do Centro de Trabalho do PCP tenha representado um tão importante acontecimento. Como disse, ao «Avante!», Martinho Batista, da Concelhia da Amadora e membro do CC, nenhuma outra força política tem naquela freguesia uma sede como o PCP.

A festa começou logo com uma alvorada de morteiros, que voltaram a troar cerca da 11 da manhã para dar início ao desfile, desde o largo da Brandoa até ao novo Centro. Um carro de som convidava toda a população a visitar as instalações e a assistir à intervenção de Álvaro Cunhal, e muitos aceitaram o convite. À cabeça seguia o Grupo Coral Alentejano, que pouco depois saudava, com uma das suas modas, a chegada de Álvaro Cunhal.

Voltados para o futuro

Falando para as várias centenas de pessoas que ali se tinham concentrado, o dirigente comunista, após ter descerrado a placa, lembrou a série de centros de trabalho que por todo o país foram abertos nos últimos anos: Charneca de Caparica, Cova da Piedade, Famalicão, A-dos-Loucos, Rio Maior, Setúbal, Aljustrel, entre outros, estando ainda previstas para breve outras inaugurações.

as lutas sociais e reforçar o Partido, tanto a sua organização como em resultados eleitorais.

As amplas instalações - compostas no essencial por um grande espaço de convívio com um bar, duas salas de reuniões e um agradável terraço - tornaram-se exíguas para as muitas dezenas de pessoas que as quiseram visitar, em que sobressaía a presença de muitos jovens.

Na sala maior, a mesa estava posta com aperitivos vários e não faltou um enorme bolo de aniversário. Tinham sido convidados vários representantes de instituições locais, escolas, colectividades, Bombeiros, Polícia e outras. Pela Câmara Municipal, estavam o seu presidente, Orlando de Almeida, e vários vereadores da CDU. Ao convite feito pelo PCP acederam ainda os párcos da Brandoa e de Alfores.

A festa da inauguração prosseguiu durante todo o dia, estando previstas várias iniciativas de animação cultural. Mas o programa do presidente do Conselho Nacional do PCP levou-nos de seguida para um cozido à portuguesa servido no refeitório da Câmara Municipal, em Moinhos da Funcheira. A sala, dizia-nos um camarada, tinha capacidade para perto de 250 pessoas e pareceu-nos que a lotação estava totalmente esgotada.

Igualmente cheia estava a garagem municipal de Sobral de Monte Agraço, local onde se realizou, no domingo, também com Álvaro Cunhal, um almoço de aniversário para cerca de 350 pessoas.



Centenas de pessoas vieram à inauguração

Com sectores de empresas de Lisboa

«Um momento bonito» para mais empenhamento

A necessidade de um grande empenhamento de todos os militantes nas várias tarefas que o Partido tem pela frente foi acentuada por Álvaro Cunhal, na passada sexta-feira. Intervindo num debate com camaradas de sectores e empresas da cidade de Lisboa, o presidente do Conselho Nacional do PCP afirmou que «hoje estamos num momento bonito para nos empenharmos, um momento em que temos condições para, com os pés na terra, reforçar as nossas posições e ganhar novos militantes». Ressalvando que a concretização destas possibilidades, numas situações, será

política de direita nos últimos anos, uma vez que o desmantelamento e encerramento de muitas empresas, particularmente dos sectores produtivos, provocou a dispersão e pulverização de grandes colectivos de trabalhadores e de fortes células comunistas da cidade de Lisboa.

Hoje em dia, realçou, são necessários grandes esforços para contactar os camaradas, o trabalho partidário exige uma multiplicidade de contactos repetidos e encontros individuais, requer formas novas de reunir os camaradas e pôr a funcionar a organização. Álvaro Cunhal salientou que algumas das soluções adoptadas já mostram que, com imaginação e sem estar apegados a soluções tradicionais, é possível ultrapassar os problemas. Alertou para a necessidade de procurar respostas adequadas às situações concretas, porque a solução que serve para um caso pode não ser acertada para outro.

Moderado por Fernanda Barroso, do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Lisboa, (responsável, no executivo da organização da cidade, pelos sectores

Centro-Norte), o debate de dia 17 integrou-se nas comemorações do aniversário do Partido e foi promovido pelos sectores Oriental, Ocidental, Centro-Norte e Serviços da cidade. Em quase duas dezenas de intervenções, ao longo de cerca de três horas, uma questão central colocada à discussão prendeu-se com as possibilidades e o trabalho a desenvolver para reforçar o Partido, na linha das conclusões da recente Conferência Nacional sobre o trabalho nas empresas e junto dos trabalhadores.



O almoço de aniversário da concelhia da Amadora, realizado, sábado, nos Moinhos da Funcheira (em cima). No domingo, em Sobral de Monte Agraço, Álvaro Cunhal assinalou os 74 anos do Partido juntamente com mais cerca de 350 militantes e simpatizantes comunistas (em baixo)



mais fácil que noutras, Álvaro Cunhal referiu exemplos de organizações onde estão a vir ao Partido novos camaradas, muitos os quais são jovens.

«A situação é difícil, mas há muitas razões para pensarmos que, em termos políticos objectivos, neste ano de 1995 temos possibilidade de avançar no reforço da influência e da organização do Partido» - sublinhou.

Álvaro Cunhal registou que se estava numa iniciativa promovida por organizações do PCP cuja base fundamental foi fortemente atingida pela

GRUNDIG CONDENADA

A antiguidade e classificação profissional de um trabalhador da Grundig Componentes que esteve contratado a prazo três anos e foi depois readmitido levou o Tribunal do Trabalho de Braga a pronunciar-se sobre uma matéria que afecta actualmente muitos assalariados. Através do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte, o trabalhador requereu que, como estipula o CCTV do sector (fabricantes de material eléctrico e electrónico), lhe fosse contado todo o tempo de serviço, quer para efeitos de antiguidade, quer no tocante à classificação profissional. Considerando que o contrato colectivo prevê que «a entidade patronal que admitir ao seu serviço um trabalhador cujo contrato individual tenha sido por ela rescindido anteriormente fica obrigada a contar o período de trabalho anterior à rescisão», o Tribunal considerou procedente a acção e condenou a Grundig a pagar ao trabalhador o valor correspondente às diuturnidades e diferenças salariais em dívida, acrescidas de juros de mora.

Esta sentença, valorizada como mais uma vitória dos trabalhadores e suas estruturas, deverá levar agora o STIEN e os ORTs da Grundig a exigirem que seja cumprida a lei no que respeita a todos os demais trabalhadores que estejam em situação semelhante - refere uma nota da União dos Sindicatos de Braga.

PARMALAT RECUA

Na Nova Ucal vão ser retirados os acordos de rescisão e os novos contratos de trabalho já assinados por alguns trabalhadores, disse na semana passada à agência Lusa um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul. Reunida quinta-feira em Setúbal, a comissão executiva do STIQS congratulou-se com a disponibilidade da Parmalat para anular os acordos de rescisão e os contratos individuais de trabalho.

Representantes do sindicato, da Parmalat e da delegação da inspecção do trabalho chegaram a entendimento na reunião que tiveram quarta-feira à tarde em Setúbal. José Amado, do STIQS, disse que o representante da Parmalat reconheceu as ilegalidades que estavam a ser cometidas, prometeu anular todos os acordos de rescisão e todos os contratos já assinados e justificou-se dizendo que os contratos tinham sido elaborados por uma empresa do exterior contratada para esse efeito pela Parmalat.

VITÓRIA NA CT DA LISNAVE

Conquistou mais um mandato, passando de 6 para 7 lugares, a lista unitária que se candidatou às eleições de 16 de Março, para a Comissão de Trabalhadores da Lisnave. A célula do PCP na empresa considera que esta foi «uma grande resposta» à ofensiva a que os trabalhadores foram sujeitos, durante o ano de 1994, por parte do Governo do PSD e dos Mellos. A vitória da Lista A «também traduz uma resposta às posições do Partido Socialista em relação ao processo Lisnave, que foram sempre de grande incoerência e, dentro da empresa, mantiveram sempre uma postura de ataques constantes ao PCP, desculpabilizando assim a administração e o Governo», afirma-se numa nota da célula. Os comunistas da Lisnave sublinham que «o resultado das eleições para a CT constituem uma grande vitória dos trabalhadores e, da forma como as eleições foram politizadas, foram também uma vitória do PCP».

A Lista B, conotada com o PS e o PSD, obteve 4 mandatos. Nos dias 17, 18 e 19 decorreram também eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte. A lista única obteve o apoio de 53,7 por cento dos associados que expressaram o seu voto - revelou a comissão directiva do sindicato, adiantando que a tomada de posse está prevista para este sábado.

RACISMO E INTEGRAÇÃO

Integrado na semana anti-racista europeia a CGTP promoveu, sábado passado, na sua sede, um colóquio sobre o ascenso do racismo e da xenofobia, da intolerância e do fundamentalismo, em Portugal, na Europa e no Mundo, bem como sobre políticas de integração e solidariedade e propostas de luta anti-racista na sociedade, na escola, na acção política e no mundo do trabalho.

PARAR AS PRIVATIZAÇÕES

A resposta dos trabalhadores à ofensiva privatizadora levou à convocação para ontem, na sede da CGTP, de uma reunião das organizações representativas do pessoal das empresas do sector empresarial do Estado, incluindo as coordenadoras regionais e sectoriais das CTs. Em discussão iam estar processos de privatização em curso ou já anunciados pelo Governo, como a Cimpor, a EDP, a Siderurgia Nacional, a Portucel, a Quimigal, a Setenave e a Gás de Portugal.



Economia, emprego, direitos, solidariedade Colóquio da CGTP reafirma necessidade de alternativa à direita

Ressalvando embora que o debate vai continuar e que não se pretendia que do colóquio «Sindicalismo e os novos caminhos da sociedade» saíssem conclusões finais, o coordenador da CGTP produziu na sua intervenção de encerramento aquela que parece a afirmação capaz de responder ao espírito presente nas diversas comunicações apresentadas, dia 15, no Forum Picoas: «É justa a postura de luta por outra sociedade, por outra política.»

Com tons e acentos diversificados - o que naturalmente resulta do amplo leque de personalidades convidadas a contribuir para o debate lançado pela CGTP -, as intervenções de Jean Lapeyre (secretário-geral adjunto da Confederação Europeia de Sindicatos), do padre Constantino Alves (representante da Igreja Católica, por delegação do Conselho Permanente da Conferência Episcopal), do Procurador-Geral da República, do Provedor de Justiça e do Presidente da República, e ainda de João Ferreira do Amaral, Jorge Leite, Luís Sá (retomada em artigo neste número do «Avante!») e Boaventura Sousa Santos tiveram como ponto comum uma veemente crítica à sociedade actual, no mundo como no País.

Em causa estiveram problemas tão graves e actuais como a persistência de grande número de desempregados, as opções de Maastricht e a subordinação da economia real à especulação financeira, a globalização da economia e o agravamento do fosso entre ricos e pobres, as tentativas de diminuição dos direitos dos trabalhadores, o papel dos sindicatos e o seu esforço para responder aos novos problemas.

Ao abrir o colóquio, Carvalho da Silva (dirigindo-se a um auditório de «excelências, senhores e senhoras, queridos camaradas») referiu que «o mundo vem passando por profundas transformações políticas, económicas e sociais, que temos de analisar e procurar compreender, sem que isso signifique concordância e muito menos acomodação perante muitos dos rumos seguidos». «A humanidade dispõe hoje» - notou o coordenador da *Inter* - «de recursos e potencialidades que permitiriam liquidar a fome e a miséria e proporcionar o bem-estar à escala mundial, assegurar o pleno emprego e satisfazer todas as necessidades básicas e os direitos sociais e culturais. Contudo, ao invés, assiste-se a uma ofensiva do capital para restaurar as relações laborais do século passado, ao aumento do desemprego, à exclusão social, à marginalidade, à crescente injustiça da distribuição da riqueza e dos rendimentos. Tal situação é gerada por um modelo de organização da sociedade que não responde aos problemas actuais do mundo. Através da internacionalização da economia, o capital impõe o seu domínio e, conseqüentemente, o seu poder supranacional. A economia real é subordinada à especulação financeira. Os aspectos sociais são subordinados aos condicionamentos monetários e orçamentais.»

O secretário-geral da CES acentuou a importância de um espaço social na construção europeia, alertando para o facto de haver cerca de 20 milhões de desempregados nos quinze; daqueles, a terça parte são jovens e mais de metade são considerados de longa duração. Para Jean Lapeyre, «é a riqueza da acção sindical ao nível nacional que fará a riqueza da acção sindical ao nível europeu» e «a procura da unidade de acção é um elemento importante para a eficácia». Apontou o resultado

da recente luta dos metalúrgicos alemães para salientar que os sucessos a nível nacional reforçam as posições sindicais na batalha a nível europeu.

O padre Constantino Alves referiu que «esta classe operária está a mudar», acrescentando que «ao contrário do que alguns afirmam, ela continua a existir, embora com caracterizações diferentes», e que «a situação de dependência, exploração e exclusão permanece, pertencendo muitos trabalhadores ao chamado mundo dos pobres». Criticando as gritantes desigualdades sociais, defendeu que «estas situações não são fruto do acaso ou do azar, mas geradas por lógicas nefastas na organização do nosso país, é o próprio sistema político, económico e social que é o responsável».

A mensagem do Procurador-Geral da República alertou para o facto de se viver uma época em que os direitos do homem estão permanentemente ameaçados. Cunha Rodrigues acha «urgente apelar a valores», num tempo em que «a distribuição desequilibrada de recursos, a intolerância e os fundamentalismos, a marginalização e a exclusão social são alguns dos muitos problemas que afectam o homem de hoje e que, com alguma frequência, fomentam estados de opinião propícios ao florescimento do individualismo e do egoísmo, sentimentos que oprimem invariavelmente os mais débeis e desprotegidos». Como outros participantes, reconheceu que os direitos dos trabalhadores são «uma área em que é tendencialmente elevada a distância entre o direito legislado e o direito em acção».

O Presidente da República, recordando que foi «muito crítico» da CGTP, elogiou o «esforço extraordinário» da central «para dar uma resposta moderna, original e inteligente aos novos problemas». Mário Soares considerou que «os partidos e os sindicatos são insubstituíveis e indispensáveis para uma verdadeira democracia». Admitindo a globalização e o mercado como «realidades incontornáveis», afirmou que «não podemos aceitar a teologia do mercado, ou cada vez haverá mais desigualdades, miséria, pobreza».

O Provedor de Justiça começou por prestar homenagem a quantos se bateram pela liberdade sindical. Na mensagem de Meneres Pimentel defende-se que «não é possível o resguardo do trabalhador, sem que previamente se acautele a sua dignidade de cidadão». São positivamente avaliados os resultados da colaboração entre o Provedor e os sindicatos «quando o Estado é o patrão e incorre na tentação de se prevalecer do seu imperium para impor o seu interesse social», tal como da acção específica dos sindicatos na «protecção contra os poderes sociais».

■ DM

Governo apresenta planos ... e o desemprego aumenta

«Quantos mais planos o Governo apresenta, mais o desemprego aumenta» - conclui a CGTP-IN, num comentário divulgado sexta-feira, depois de o primeiro-ministro ter anunciado um diploma referente a esta matéria. O departamento de informação da CGTP regista que o anúncio de Cavaco Silva «coincide com a publicação dos dados oficiais do IEFP relativos ao número de desempregados inscritos no final de Fevereiro, que ascendem a 429651, o que se traduz numa subida de 8,4 por cento relativamente a Fevereiro do ano passado e de 1,4 por cento relativamente a Janeiro deste ano».

Para a central, «os mecanismos agora anunciados não passam de uma nova edição do

velho programa de combate ao desemprego, contido nas famosas 40 medidas do ex-ministro Silva Peneda, pacote de demagogia que serviu para animar a campanha eleitoral do PSD em vésperas das eleições autárquicas de 1993», receita retomada no ano seguinte pelo primeiro-ministro, com as eleições para o Parlamento Europeu à porta. Quando saiu o primeiro plano, havia 365 mil desempregados inscritos nos centros de emprego; no segundo, já eram 390 mil.

«Mais uma vez, o País vai custear os erros da política económica do Governo, que é a principal causa da retracção do investimento produtivo» - protesta a CGTP.

Cimeira sindical exige respostas para a Administração Pública

Os principais dirigentes de 26 organizações sindicais participaram anteontem na «cimeira de sindicatos da Administração Pública». Representantes dos diferentes estratos profissionais (magistrados, investigadores, professores, médicos, enfermeiros, quadros e técnicos superiores, administrativos, operários, auxiliares) e áreas de intervenção dos poderes central, regional e local (saúde, ensino, segurança social, cultura e desporto, justiça, transportes e comunicações, obras públicas e habitação)

debateram a situação do sector e dos seus trabalhadores.

Foi aprovada uma resolução que, como refere uma nota de imprensa distribuída no final da reunião, procura reflectir uma «opinião colectiva da maioria das organizações sindicais do sector» que «não pode deixar de ser tida em conta por quem está e por quem pretende vir a estar no Governo do País».

A nota refere que os trabalhadores do Estado e as suas organizações sindicais se batem, há muito, pela concretização de

uma profunda reforma que, tendo como meta servir o povo português, melhore a qualidade e eficiência dos serviços públicos. Salienta, contudo, que tal reforma não pode ser confundida com reestruturações apressadas e efectuadas de forma desgarrada, orientadas por objectivos economicistas de contenção de despesas e com prejuízo das funções sociais, nem ficar-se pela mera *desintervenção*, *privatização* ou *emagrecimento* do Estado.

A cimeira de terça-feira acentuou que os sindicatos e os trabalhadores são os primeiros e os mais interessados na reforma da Administração Pública e que esta só terá êxito se contar com a sua participação e empenho. Assim, reclama resposta às justas posições e reivindicações contidas na resolução aprovada e que vai ser entregue ao Presidente da República, ao Governo e às direcções dos partidos políticos com assento parlamentar, nomeadamente:

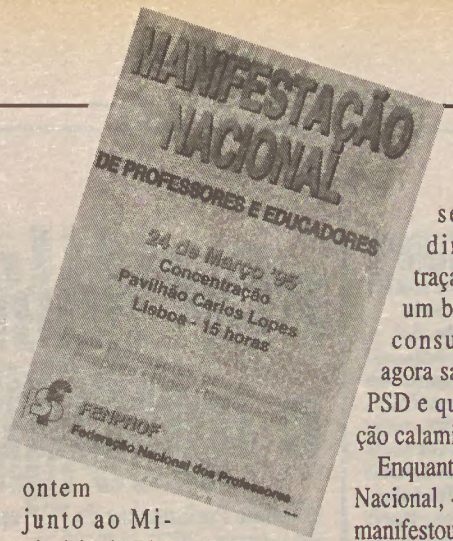
- defesa e melhoria da qualidade do serviço público;
- reforço dos direitos de participação e de negociação colectiva;
- defesa da estabilidade profissional e de emprego;

- melhoria das condições de trabalho;
- dignificação do estatuto de carreiras e remuneratório da Administração Pública;
- defesa do sistema de Segurança Social.

Saudação às lutas

Na cimeira, realizada num hotel de Lisboa, foi aprovada uma saudação aos processos de luta actualmente em curso, particularmente aqueles que envolvem trabalhadores da Administração Pública:

- o sector judicial, com a greve aos fins-de-semana de funcionários e magistrados do Ministério Público;
- a saúde, com a greve dos médicos até ao fim do mês;
- a educação, com as concentrações de professores frente ao ME durante toda esta semana (contra a candidatura ao 8º escalão) e a manifestação nacional marcada para amanhã, às 15 horas, no Pavilhão Carlos Lopes (seguida de desfile pelas ruas de Lisboa);
- a administração local, com mais uma concentração



semana passada, a direcção da FNSFP traça algumas linhas para um balanço do que foi o consulado do ministro agora saído para a chefia do PSD e que deixa uma «situação calamitosa».

Enquanto ministro da Defesa Nacional, «Nogueira sempre se manifestou avesso ao diálogo». Nos serviços dependentes do MDN subsiste «a prática constante da violação dos direitos de exercício de actividade sindical, impedindo-se, por exemplo, reuniões de trabalhadores civis». A federação afirma que «os argumentos utilizados, em torno de questões de segurança, não convencem ninguém», já que «nos mesmos locais onde não é permitida a entrada de dirigentes sindicais, entram calmamente vendedores (civis) de toda a espécie de artigos».

O apelo à mobilização para a participação dos jovens trabalhadores das autarquias nesta manifestação foi feito no **plenário nacional do STAL Jovem**, que reuniu sexta-feira passada em Braga, e no qual quatro dezenas de jovens dirigentes, delegados e activistas sindicais denunciaram a insegurança no emprego, os salários de miséria, a retirada de direitos, a vontade de tudo privatizar, a inércia, prepotência, arrogância e autoritarismo.

Nogueira não deixa saudades

Fernando Nogueira «sai e decerto não deixará saudades aos trabalhadores civis das Forças Armadas» - afirma a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. Numa nota de imprensa distribuída na

Entre as questões levantadas pelos sindicatos e a federação, e que Nogueira deixou sem solução, são os preços praticados nos refeitórios do Ministério (distintos para civis e militares), o «anacrónico» sistema de classificação de serviço dos funcionários civis e a recusa da integração do pessoal auxiliar dos Hospitais Militares nas carreiras em vigor nos estabelecimentos do Ministério da Saúde, (situação que, afirma a FNSFP, além de ser injusta, fere o princípio constitucional de salário igual para trabalho igual.

Governo indiferente perante sinistralidade

Reagindo ao acidente que segunda-feira, no Funchal, vitimou três operários da construção civil e feriu gravemente um quarto, a CGTP protestou «energicamente contra a passividade e inoperância do Governo, que não tem nenhuma política de prevenção da sinistralidade laboral digna desse nome, nem promove uma fiscalização eficaz das condições de segurança, higiene e saúde nos locais de trabalho». «É arrepiante a sua indiferença» - comenta a central, lembrando que «este ano, só na Região Autónoma da Madeira, já morreram 11 trabalhadores da construção civil em consequência de acidentes de trabalho».

A *Inter* considera que a situação é muito grave, pois «perante este vazão, os empresários e donos de empresas não respeitam minimamente as normas de higiene e segurança, cometendo verdadeiros homicídios e atentados à integridade física dos cidadãos, que deveriam ter a punição que a lei geral prevê para este tipo de crimes».

«Há pelo menos um ano», refere o comunicado de imprensa da CGTP, o Governo mantém na *gaveta* a directiva comunitária sobre Estaleiros Móveis, que «impõe regras que, caso sejam cumpridas, impedirão desabamentos e outros tipos de risco». A central exige que esse instrumento seja transposto para a legislação portuguesa, defendendo que, caso contrário, o Governo «deverá ser directamente responsabilizado pelos danos, muitas vezes irreparáveis, que possam resultar da sua inépcia».

«Tendo em vista o apuramento de eventuais responsabilidades criminais», a CGTP reclama a abertura de um inquérito ao acidente provocado pela derrocada de areão no sítio do Amparo. Sábado, numa zona próxima, no Areeiro, outros dois trabalhadores morreram, vitimados também por uma derrocada de areão.

Ano negro para os pescadores

«O ano de 1995 está já marcado como um ano trágico e negro para os pescadores, sendo preocupante o número de naufrágios e vítimas mortais que já se verificaram, sem que o Governo tome quaisquer medidas no sentido da prevenção dos acidentes, do cumprimento das regras de segurança ou da criação de meios e condições de segurança» - afirma o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte.

O protesto contra a inacção do Governo foi expresso numa nota enviada ao Ministério do Mar e à comunicação social na semana passada, quando naufragou a «Sereia do Mar» na Praia da Aguda. Esta atitude do executivo *laranja* tem lugar «enquanto incidentes desta gravidade se verificam, uns atrás dos outros, vitimando grande número de pescadores» e «enquanto a sua situação económica se agrava cada vez mais, obrigando-os muitas vezes a situações de maior risco, para ganharem o pão para si e suas famílias».

O sindicato realça que «quando se trata de impor regulamentos da Comunidade para restringir a pesca (particularmente a pequena pesca) ou reduzir a nossa frota, o Governo não olha a meios, perseguindo e aplicando pesadas coimas aos pescadores; no entanto, o mesmo já não acontece para aprovar e fazer aplicar regulamentos que preservem a segurança e vidas humanas».

Unidade e luta

Face à ofensiva do patronato e do Governo contra os interesses de trabalhadores das mais variadas profissões e áreas de actividade, a unidade em torno das estruturas representativas e o desencadeamento de acções de luta é o único caminho que se depara a quem não pode prescindir das necessárias soluções para problemas como salários baixos, empregos ameaçados, direitos elementares desrespeitados.

Metalúrgicos

Os trabalhadores da Renault/Setúbal estiveram dia 16 em greve, de manhã, e desfilaram pelas ruas da capital do distrito, dirigindo-se depois ao Governador Civil, exigindo que, na qualidade de representante do Governo, informasse claramente que medidas estão previstas para viabilizar a empresa e salvaguardar os postos de trabalho. Deslocaram-se de seguida à administração da empresa.

Dirigentes, delegados e activistas sindicais do Porto, Braga e Aveiro concentraram-se sexta-feira junto da empresa de Braga Lino, presidente da Associação de Industriais da Metalurgia do Norte. As associações patronais, refere uma nota do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, pretenderam primeiro rever quase todas as cláusulas do contrato do sector, passando agora a uma posição de bloqueio das negociações que impede a revisão salarial - processo em que a associação do Norte tem grandes responsabilidades.

Médicos

A greve nacional promovida, segunda-feira, pelos sindicatos médicos registou uma adesão global entre 80 a 90 por cento, disse, à agência Lusa, Filomena Santos, do Sindicato dos Médicos da Zona Sul. Este sindicato faz parte da Federação Nacional dos Médicos que, juntamente com o Sindicato Independente dos Médicos, convocou a greve nacional de dia 20 e greves distritais para as próximas duas semanas.

A greve, que no dia 31 volta a ser de nível nacional, tem por objectivo reivindicar alterações à actual situação da classe, que os sindicatos consideram gravosa. Os médicos exigem a revalorização salarial,

abolição das formas precárias e ilegais de contratação de jovens médicos e a revogação do despacho que cria o Programa Específico de Recuperação das Listas de Espera, que favorece as multinacionais que pretendem operar em Portugal. Exigem ainda o pagamento das dívidas aos médicos convencionados, que ultrapassam os 17 milhões de contos, a revogação imediata da Lei de Gestão hospitalar e a aplicação à classe do regime de aposentação aos 35 anos de serviço.

Avenida

Trabalhadores da Casa de Saúde da Avenida, no Porto, estiveram segunda-feira à tarde em vigília em frente à residência particular do sócio-gerente da empresa, no seguimento da luta que têm vindo a travar há meses pelo pagamento dos salários em atraso, a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho.

Torralta

Um grupo de trabalhadores e sindicalistas da Torralta deslocou-se segunda-feira à residência oficial do primeiro-ministro, reclamando do Governo medidas para a viabilização da empresa e o pagamento dos salários em atraso. Exigem medidas imediatas e excepcionais destinadas ao pagamento dos salários (quase seis meses de atraso), as quais poderiam passar pela utilização do sistema de Protecção Social Específica existente para Setúbal e Faro ou pela abertura de uma linha de crédito a favor da Torralta.

Para ontem, foram convocados plenários de trabalhadores em Tróia e no Algarve, para analisar a situação e decidir novas acções.

Ferrovários

Anteontem teve lugar em Lisboa uma reunião de emergência do Conselho Nacional e do Plenário de Sindicatos da Federação dos Ferrovários, para analisar o actual conflito laboral no grupo CP. Depois da série de greves que terminou dia 17, estão convocadas novas paralisações desde hoje até 7 de Abril. As reuniões sindicais deveriam aprovar uma proposta para tentar desbloquear as negociações e demover o conselho de gerência das posições que tem assumido.

Estatuto da Carreira Docente

O tratamento feito pelo Governo ao Estatuto da Carreira Docente, designadamente a questão do acesso ao 8.º escalão, voltou a ser tema de debate no plenário da Assembleia da República. A questão foi suscitada, faz amanhã oito dias, na habitual sessão de perguntas ao Governo, pelo deputado comunista Paulo Rodrigues, que desde logo pôs em destaque a incongruência entre as palavras e a prática do Ministério. Para esta desconformidade, que está na base da "desmotivação que os professores sentem em relação ao seu estatuto", concorre por exemplo a questão do referido acesso ao 8.º escalão, relativamente ao qual tem existido uma excessiva morosidade que tem penalizado fortemente os docentes. Para este mesmo aspecto chamou a atenção Paulo Rodrigues, pondo em relevo o facto de muitos professores não poderem transitar de escalão "por uma culpa que não é sua", a que acresce, noutro plano, a circunstância de o Ministério da Educação estar a negar a equiparação a exame de Estado - que milhares de professores possuem - para todos os efeitos legais. Nota de registo merece, entretanto, o facto de nenhuma destas questões ter obtido uma resposta cabal do subsecretário de Estado Adjunto da Ministra da Educação, Carlos Coelho, aparentemente apostado só em desvalorizar este problema, e que acabou por não explicar igualmente por que razão se obstina o Ministério em manter - como assinalou Paulo Rodrigues - estas formas de dificultação do processo de carreira docente quando é conhecido que, volvidos cinco anos sobre a publicação do estatuto, "outros aspectos do mesmo há, nomeadamente aqueles que respeitam a direitos, que não têm sido regulamentados".

Dignificação da família

O deputado comunista Alexandrino Saldanha afirmou, em Coimbra, num colóquio subordinado ao tema "Ano Internacional da Família - Que Sequência", que em Portugal a situação das famílias portuguesas não melhorou no ano de 1994, antes se agravou, pelo que importa continuar a lutar "pela dignificação da família em sentido amplo". Fundamentando o seu ponto de vista, nesta iniciativa promovida pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Família da Assembleia da República, Alexandrino Saldanha recordou que o crescimento económico no nosso país foi inferior à média registada na União Europeia, fazendo notar simultaneamente, que muitas empresas foram à falência ou desmanteladas, enquanto a distribuição do rendimento nacional continuou a desequilibrar-se em prejuízo dos trabalhadores e das famílias e em benefício do capital.

Acidentes de trabalho PCP quer mais prevenção e indemnizações justas

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou no Parlamento dois projectos de lei em matéria de acidentes de trabalho; um, que altera o respectivo regime jurídico; o outro, apontando para a revisão do valor das indemnizações a pagar aos sinistrados.

Na apresentação dos dois diplomas, em conferência de imprensa realizada no final da passada semana, Odete Santos justificou esta última iniciativa da sua bancada com a necessidade de pôr cobro a uma situação que apelidou de "verdadeiramente imoral" e que, em sua opinião, constitui "um sistema de verdadeiro esbulho dos sinistrados do trabalho".

Em causa estão, concretamente, dois diplomas (o Decreto-lei nº 304/93 e a Portaria 946/93), que, ao procederem à diminuição dos montantes do capital de remição a que têm direito os sinistrados de trabalho, vieram de modo claro favorecer as companhias seguradoras.

Para Odete Santos, que reafirmou a solidariedade do seu Grupo Parlamentar para com

os sinistrados de trabalho, tais diplomas afrontam também a Lei Fundamental nos seus artigos 1º e 9º, defendendo por isso a "ruptura da correspondência entre as provisões matemáticas das empresas seguradoras e o cálculo do capital de remição".

É isso que faz o projecto comunista ao restabelecer a redacção do articulado de legislação anterior (D-L. nº 360/71), que é mais favorável, e ao determinar a aplicação de tabelas constantes igualmente em Portaria antecedente com carácter de retroactividade.

Quanto ao outro projecto de lei - revisão parcial do regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais -, a sua necessidade resulta da profunda desactualização do actu-



al sistema, bem como dos valores extremamente baixos das pensões.

Trata-se, sobretudo, como assinalou Odete Santos, de equacionar este problema em termos de prevenção, revendo para o efeito o sistema do direito à reparação, designadamente através da elevação dos montantes das indemnizações e das pensões.

Com isso, tem-se em vista desincentivar a actual lógica dos empregadores assente no princípio de que sai mais barato reparar do que investir na prevenção.

Ao proceder à actualização dos valores das indemnizações e pensões, os deputados comunistas pretendem simultaneamente alterar o quadro actual de fabulosos lucros das seguro-

Odete Santos e Alexandrino Saldanha, deputados do PCP, divulgam, em conferência de imprensa, iniciativas legislativas no capítulo dos acidentes de trabalho

ras, obtidos à custa do infortúnio laboral.

Nesse sentido, o articulado do projecto do PCP propõe, entre outros aspectos, o alargamento da noção de acidente de trabalho, a correcção do actual sistema quanto a acidentes em trajectos por forma a alargar os acidentes reparáveis e o aumento das pensões e indemnizações.

Lei das Propinas Nem mais justiça social nem melhorias no Ensino

A revogação da Lei das Propinas e a adopção de uma lei-quadro da acção social escolar para o ensino superior capaz de contribuir para a superação da desigualdade de oportunidades no acesso e êxito escolares voltaram a ser exigidas pelo Grupo Parlamentar do PCP. Foi numa das sessões plenárias da semana transacta, com o deputado António Filipe a demonstrar na intervenção que produziu no período antes da ordem do dia que a lei da propinas, onde foi

aplicada, "nem representou mais justiça social, nem foi acompanhada dos tão prometidos melhoramentos na qualidade de ensino e no sistema de acção social".

Disso mesmo é testemunho um estudo sobre a aplicação da lei das propinas, recentemente elaborado pelos Serviços Sociais da Universidade do Porto, que António Filipe fez questão de invocar, sintetizando: "os rendimentos dos agregados familiares de mais de 70 por

cento dos estudantes bolsheiros têm origem no comércio, indústria e profissões liberais. Apenas 7,7 por cento dos bolsheiros são oriundos de agregados familiares com rendimento do trabalho por conta de outrem. Os estudantes bolsheiros estão, nos termos da lei, isentos de propinas. Somam-se três injustiças: a injustiça do sistema fiscal em que são penalizados os trabalhadores por conta de outrem, a injustiça do sistema de acção social assente

nas declarações do IRS, a injustiça do sistema de propinas assente no sistema de acção social. Os prejudicados são sempre os mesmos".

Corroborando a posição sobre esta matéria vertida em comunicado por várias associações de estudantes, António Filipe concluiu: "a demagogia da justiça social está perfeitamente provada por dados concretos e irrefutáveis. A prática demonstrou de forma explícita que estamos

perante uma lei injusta, incoerente e que nada de benéfico traz ao ensino e ao desenvolvimento de Portugal".

Daí a posição de reiterada solidariedade manifestada pela bancada comunista à luta dos estudantes e a reafirmação da sua "oposição de fundo e de princípio" contra a lei das propinas por considerar a "educação como um direito social e não como um privilégio individual dos jovens portugueses".

Projecto de lei do PCP consagra Órgãos representativos dos emigrantes portugueses

Consagrar o direito das comunidades portuguesas "à existência de uma verdadeira estrutura digna desse nome e de representatividade incontestada", tal é o objectivo de um projecto de lei do Grupo Parlamentar do PCP que cria os órgãos representativos dos portugueses residentes no estrangeiro.

Com esta iniciativa legislativa, recentemente entregue na Mesa da Assembleia da República, e já a ser distribuída e objecto de análise junto de muitas comunidades portuguesas, os deputados comunistas res-

pondem ao "rotundo fracasso" que caracterizou a criação há cerca de cinco anos das chamadas estruturas representativas das comunidades portuguesas, estruturas essas desde logo alvo de contestação da generalidade

das organizações dos emigrantes e hoje alvo da sua indiferença.

Ao propor a criação de três grandes órgãos - o Conselho da Comunidade Portuguesa de País, os Conselhos Regionais (Europa, América do Norte, América do Sul e Central e Ásia/Oceania) e o Conselho Mundial das Comunidades Portuguesas -, a formação comunista parte do pressuposto de que a sua representatividade deve assegurar o diverso e

complexo universo das comunidades portuguesas espalhadas por todos os continentes e, nessa medida, enquanto estrutura, expressar fielmente os seus problemas e aspirações.

Nesse sentido, como refere a sua nota preambular, o diploma procura que a legitimidade e democraticidade dos órgãos seja assegurada através do voto directo dos portugueses residentes no estrangeiro, devendo simultaneamente permitir a plena participação de todos os

sectores que hoje constituem as comunidades.

Para além de uma maior autonomia e maleabilidade que pretende conferir às estruturas representativas das comunidades portuguesas, o projecto de lei do PCP defende ainda que os diversos órgãos sejam dotados de meios e competências que "lhes permitam ter uma intervenção real nas comunidades e ser efectivamente um órgão consultivo do Governo".

Transparência da vida política

A hipocrisia do PSD

A questão da transparência na vida política voltou a estar no centro do debate parlamentar. Apesar da importância do tema, suscitado desta feita por dois projectos da bancada socialista (que recusou o agendamento para a mesma sessão de um outro diploma, este do PCP, sobre o regime de exclusividade para os titulares de cargos políticos), as novidades não foram muitas e o debate acabou por não ter as consequências desejadas.

Para tanto, contribuiu decisivamente a postura evidenciada pelo PSD, desde logo pelo anúncio da sua intenção de chumbar os diplomas e com o argumento de que quer alegadamente debater estas matérias em Comissão Eventual, de acordo com uma proposta do novo líder do partido, Fernando Nogueira.

A questão, porém, é outra, como tratou de chamar a atenção o deputado comunista João Amaral, assinalando para o efeito que a posição da bancada da maioria mais não é do que um "acto de hipocrisia política" camuflado neste caso por um "mero expediente" destinado a tentar "cobrir a incomodidade que não pode deixar de causar publicamente esta vontade de opacidade" sistematicamente revelada e "este pendor para a mistura da política e dos interesses que não querem alterar".

João Amaral punha assim o dedo na ferida, fazendo notar que não é possível continuar "ad eternum" a adiar o debate sobre a definição de um estatuto da vida política que garanta aos cidadãos a "transparência, o firme combate à corrupção e a clara independência face aos negócios".

Ora a verdade é que não parece ser propriamente essa a batalha que mobiliza o PSD, a avaliar pelos argumentos aduzidos pelo seu deputado Miguel Macedo, que remeteu a questão para a

necessidade de reflectir primeiro (como se não houvesse já suficiente reflexão e elaboração de propostas concretas) e só depois tomar as medidas consideradas adequadas, "num enquadramento melhor", numa alusão à tal comissão eventual proposta pelo líder do seu partido.

Estava assim esgotada a resposta da maioria à proposta feita no início do debate pelo deputado Alberto Martins (PS), que situou a iniciativa da sua bancada como estando "num terreno exigente de responsabilidade" com vista a afastar a situação em que «o Governo do Povo», realizado pela Democracia, possa resvalar numa situação de «abuso do Povo», a pretexto da Democracia".

Trata-se, mais concretamente, de alargar as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos e criar um registo de interesses dos deputados, acessível aos cidadãos e publicado regularmente.

Lamentavelmente, porém, as soluções voltaram a ser adiadas, pese embora o desafio formulado por João Amaral no sentido de que "as coisas" sejam clarificadas, uma vez que, do seu ponto de vista, "não podem ficar em acusações que depois não levam a averiguações nem a explicações e que ficam a pairar como formas concretas de descrédito".

PCP contra o financiamento dos partidos pelas empresas

A questão do financiamento dos partidos políticos e de campanhas eleitorais pelas empresas constitui um dos traços mais negativos em matéria de transparência na vida política. Há quem defenda mesmo, e com razão, que se trata de um dos seus maiores cancro, como mostram os exemplos da Itália, França e Espanha e, a avaliar pelas recentes declarações do presidente da CIP, tudo o indica, também o exemplo de Portugal.

Ontem, este assunto voltou ao Parlamento para ocupar a ordem do dia da sessão plenária com uma marcação do PCP destinada a debater precisamente um projecto de lei da sua autoria que proíbe o financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais por empresas.

E se este é o objectivo central que presidiu à elaboração do presente projecto de lei, importa ainda destacar que do seu articulado constam outras propostas tendentes a uma mais adequada limitação das despesas eleitorais.

Do que se trata, pois - e esta foi uma das grandes questões colocadas pelos deputados comunistas, que desafiaram as outras bancadas a aprovarem a sua iniciativa -, é de saber se os partidos políticos, que dizem querer combater a corrupção, estão dispostos a eliminar as causas que conduzem a relações promíscuas entre partidos políticos e poder económico, factor inagável de crise de confiança dos cidadãos e de debilitação do regime democrático.

Foi este o desafio deixado no debate de ontem pelos parlamentares do PCP, directamente dirigido

ao PS, PSD e CDS - partidos que em 1993 votaram favoravelmente a legalização do financiamento por empresas -, no pressuposto de que o financiamento dos partidos e da actividade política tem de assentar nas contribuições dos seus militantes e simpatizantes e de que só assim será possível pôr cobro às negociatas e à corrupção e garantir a transparência da vida política.

À hora do fecho da nossa edição, antes do início do debate, e de acordo com o teor de algumas declarações públicas de deputados da maioria, afigurava-se como certo que o desafio do PCP não encontraria eco junto da bancada laranja. O pretexto por esta invocado, já utilizado na passada semana anterior a propósito do regime de incompatibilidades dos titulares de cargos políticos, não podia ser mais pobre: trata-se de uma matéria a analisar globalmente e não sob a forma de medidas avulso.

Seca no Alentejo PCP reclama medidas

O Grupo Parlamentar do PCP propôs a realização de uma audição parlamentar sobre a questão dos recursos hídricos internacionais e a problemática da seca, particularmente no Sul do País. Esta proposta, anunciada pelo deputado António Murteira, surge face à importância e gravidade destas matérias e à incapacidade até agora revelada pelo Governo em lidar correctamente com os problemas, designadamente no plano das respostas e soluções.

Em causa está, concretamente, no que se refere à gestão dos recursos hídricos internacionais, a questão da partilha das águas, particularmente em relação ao rio Guadiana, atendendo quer às infra-estruturas já construídas em Espanha, quer ao seu plano hidrológico nacional.

"A Espanha não deve, não pode, continuar a proceder como se o oceano fosse a fronteira", frisou a propósito António Murteira, antes de realçar que Portugal "não deve, não pode, continuar a adiar a concretização das infra-estruturas hidráulicas, particularmente Alqueva,

que lhe permitam fazer uma gestão e planeamento eficazes dos troços dos rios que nos pertencem".

Quanto aos efeitos da seca no Sul do País, em acentuado processo de agravamento, António Murteira chamou a atenção para a paralisação do Governo, dando simultaneamente a conhecer o conjunto de medidas já apresentadas por um conjunto de entidades (desde o PCP até às autarquias, passando por associações de agricultores e de ambientalistas), propostas essas elaboradas com vista a minorar os efeitos da situação e a permitir um racional aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis.

Entre elas, destaque para a necessidade da rápida assinatura de novo Convénio com a Espanha e negociação dos termos que garantam um caudal mínimo no Guadiana, a criação de uma Comissão Técnica de Acompanhamento da situação na região do Alentejo e a disponibilização de meios financeiros para apoio específico às autarquias e associações de regantes.

Viana do Alentejo recebe deputado do PCP

Culminando num encontro com a terceira idade na Junta de Freguesia de Aguiar, que reuniu cerca de uma centena de idosos, o deputado comunista Lino de Carvalho, acompanhado de Diamantino Dias, da DOREV, bem como de Estevão Pereira, presidente da Câmara Municipal, e de membros das juntas de freguesia, visitou segunda-feira, durante todo o dia, o concelho de Viana do Alentejo.

Do extenso programa, preenchido com várias reuniões e encontros que permitiram recensear os principais problemas e aspirações do concelho, há a realçar a visita à escola C+S, confrontada com o atraso no arranque do pavilhão polidesportivo, bem como a deslocação ao Centro de Saúde, situado em instalações decadentes e sem um mínimo de condições para uma prestação digna dos cuidados de saúde.

No Centro de Dia da Misericórdia foi o protesto pela redução de 18000 contos no Orçamento do Estado para o ano em curso das verbas previstas para o novo lar, enquanto que na empresa de rações existente no concelho foram ouvidas as preocupações pelas repercussões no sector da crise generalizada no sector agrícola.

Nota de realce merecem ainda a visita à Junta de Freguesia de Alcáçovas (esquecida pelo Governo nas comemorações do quinto centenário do Tratado de Tordesilhas) e o encontro na Câmara de Viana do Alentejo, onde um dos mais jovens presidentes de Câmara do País apresentou uma lista de problemas mais sentidos, com destaque para o desemprego, o encerramento ilegal de caminhos públicos agrícolas e a degradação de algumas das estradas principais.

Guerrilha institucional

A Assembleia da República aprovou, na passada semana, apenas com os votos do PSD, um voto de protesto contra o encontro do Presidente da República com o ex-primeiro-ministro italiano Bettino Craxi. Os deputados do PS e do PCP votaram contra, optando o CDS-PP pela abstenção.

Este voto fora apresentado na semana anterior pelo líder da bancada do PSD, Pacheco Pereira, que, em conferência de imprensa, considerou que o encontro de Soares e Craxi "compromete gravemente a imagem de Portugal". O partido proponente não fez qualquer declaração nem defendeu o voto de protesto, o mesmo não acontecendo com os partidos da oposição que reiteraram argumentos já dirimidos em anteriores comentários.

Foi o caso do líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, que reafirmou a ideia de que se tratou de um "acto de guerrilha institucional" por parte do PSD, embora ressalvando que "deveria ter havido precauções" para não se realizar o encontro.

Semelhante posição defendeu Guilherme d'Oliveira Martins ao classificar em nome do PS o texto do PSD, não como um voto de protesto, mas sim "um voto de guerrilha institucional", e uma "prova de fragilidade". Narana Coissoró, presidente da bancada do CDS-PP, por seu turno, reafirmou que a AR não tem de fiscalizar os actos do Presidente da República, mas classificou o encontro Soares-Craxi de "acto irreflectido" do Chefe de Estado.

Esta questão voltaria ainda na passada semana ao Parlamento, mais exactamente na sexta-feira passada, no decorrer da habitual sessão de perguntas ao Governo. Na ocasião, o Secretário de Estado da Cooperação, Brios e Gala, que participou na visita em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, afirmou que só tomou conhecimento do encontro "um minuto antes" de este se realizar. Definindo a posição da sua bancada, Octávio Teixeira acusou o secretário de Estado de ir ao Parlamento "disfarçar a deslealdade do Governo para com o Presidente da República", acrescentando que o primeiro-ministro não abordou a questão com Mário Soares nos encontros semanais "porque a queria explorar".

Naufração em Gaia

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pela morte de dois pescadores num naufrágio ocorrido, na passada semana, na Praia da Aguda, em Vila Nova de Gaia. No texto, assinado por deputados de todas as bancadas, refere-se que este naufrágio deve, "uma vez mais, fazer reflectir os poderes públicos" para que se criem "mais e melhores condições de segurança para a labuta dos pescadores".

Despedimentos na Base das Lages

O Grupo Parlamentar do PCP manifestou a sua frontal oposição à intenção expressa pelo comando do destacamento norte-americano da Base das Lages, na Ilha Terceira (Açores), de despedir 155 trabalhadores portugueses.

Veiculada pelo deputado João Amaral, em requerimento dirigido ao Governo, esta tomada de posição da formação comunista é acompanhada de um pedido de esclarecimento ao Governo no sentido de saber, por um lado, que medidas pensa este adoptar para impedir os despedimentos, e, por outro, qual a situação das negociações com os EUA quanto à utilização da Base das Lages.

Depois de lembrar os efeitos nefastos desta "nova leva de despedimentos" na economia da Ilha, João Amaral chama a atenção para o

carácter escandaloso da situação, porquanto, sublinha, as Forças Militares dos EUA continuam a utilizar aquelas instalações "na base dos Acordos injustos e lesivos do interesse nacional assinados em 1984/85 pelo Governo PS/PSD", quando a verdade é que a vigência desses Acordos já terminou em 4 de Fevereiro de 1991.

Corroborando o ponto de vista dos dirigentes sindicais, João Amaral assinala ainda no texto do requerimento que estes despedimentos configuram «uma medida de retaliação contra Portugal», por se pretender que "seja a Lei portuguesa e os tribunais portugueses a regularem as relações laborais", contrariamente ao que previa o Acordo assinado pelo Governo do Bloco Central que entregava essa competência aos tribunais americanos.

Comissão Europeia Um programa de trabalho com a mesma receita

A sessão de Março do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, foi dominada - mais do que pela questão da palmeta e da "guerra" do Canadá - pelo debate sobre o Programa de Trabalho da Comissão para o ano em curso. Um Programa em que se fala muito de democracia, transparência e subsidiariedade, de preocupações com o desenvolvimento e o emprego, mas que insiste nas opções políticas e económicas que têm vindo a ser seguidas a nível comunitário, pelo que os eurodeputados comunistas não só não subscreveram a resolução comum do PE sobre a matéria, como acabariam por votá-la contra.

Para o eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, que fez a declaração de voto em nome do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, o Programa de Trabalho da Comissão confirma as apreensões e a razão de ser das críticas formuladas aquando da investidura do novo executivo. Por um lado, revela a ausência de ideias novas, de estímulo e de capacidade para assumir claramente prioridades; por outro lado, evidencia uma particular falta de sensibilidade e da flagrante incapacidade para dar resposta efectiva aos graves problemas que se colocam no espaço da União Europeia.

Naturalmente, o primeiro reparo vai para a abordagem que se faz à questão do emprego - um problema com uma "marca estrutural inegável" -, que na óptica dos comunistas deveria constituir "a prioridade das prioridades". Como fez notar Joaquim Miranda, omitem-se as causas reais do desemprego, do que resulta a falta de medidas objectivas e de fundo que permitiriam dar-lhe combate efectivo. Na verdade, as medidas propostas ficam-se pelos vagos apoios anunciados para as Pequenas e Médias Empresas, manifestamente insuficientes. Pelo contrário, o Programa de Trabalho continua a eleger, como eixo central das orientações da Comissão, "a competitividade e a concorrência a todo o preço, e implicitamente a desregulamentação do mercado de trabalho", a par de uma "insistência absurda no cumprimento dos critérios de convergência nominal e na passagem à terceira fase da União Económica e Monetária (UEM), que alguns pretendem já para 1997, mesmo quando a actual crise aí está para evidenciar o irrealismo de tais orientações e propósitos".

Já no que se refere à coesão económica e social, como fez notar o eurodeputado comunista na sua intervenção, o documento é praticamente omissivo, o que não deixa de ser coerente, ao fim e ao cabo, com a prioridade que é dada à convergência nominal. E continua a insistir-se nesse sentido e na criação da moeda única, sem que ao menos se "analisem e tenham em conta as inevitáveis incidências negati-

vas de uma tal orientação, particularmente nas economias mais débeis".

Que sentido de responsabilidade se pode encontrar numa tal atitude? A pergunta é, naturalmente, de retórica. O que está em curso é um conjunto de orientações que, servindo o interesse do grande capital, não resolverão, antes contribuirão para acentuar os graves problemas com que a UE hoje se debate, a começar pelo agravamento do desemprego e pelo aumento do fosso que continua a separar as diversas economias da União.

Para o Grupo Confederal, não se trata propriamente de uma fatalidade, pois as alternativas existem. A própria posição do PE sobre a matéria inclui alguns aspectos parcelares ou sectoriais nesse sentido, mas fica muito aquém do que seria desejável e, sobretudo, não de distancia da

Comissão em questões centrais, designadamente quanto aos caminhos a seguir relativamente à UEM e quanto ao emprego, ao mesmo tempo que aponta para direcções inaceitáveis para os comunistas, como acontece quanto à política de segurança, em que a NATO e a UEO continuam a ser as opções.

Razões de sobejo para rejeitar a resolução do PE sobre o programa de trabalho da nova Comissão, que não soube (nem quis) procurar novos caminhos para velhos problemas.

Um acto de pirataria

No ordem do dia, no PE, esteve ainda, naturalmente, a questão da pesca e do Canadá, a registar um raro consenso.

Uma "flagrante violação do direito internacional", foi como os eurodeputados do PCP classificaram a actuação do Canadá, ao aprisionar um barco de pesca de um Estado-membro da UE, ameaçar embarcações espanholas e portuguesas na zona da NAFO e ao impedir que barcos com pavilhão comunitário pescassem em águas internacionais (não só na mais estrita legalidade como, ainda por cima, ao abrigo de acordos firmados entre a União Europeia e o próprio Canadá).

Para os comunistas, o que está em causa não são os recursos ou a sua salvaguarda - no que estariam incondicionalmente ao lado do Canadá -, já que os limites fixados para a captura de palmeta são inferiores aos máximos recomendados pelos cientistas, mas sim a distribuição do esforço de pesca pelos diferentes Estados que actuam na zona. Neste contexto, é sintomático que o Canadá afirme pretender preservar os recursos e, ao mesmo tempo, reivindicar o direito de quintuplicar a sua quota de captura da espécie alegadamente ameaçada!

Considerando que a atitude do Canadá, rejeitando qualquer tipo de negociação e, sobretudo, ao disparar e aprisionar um navio de pesca em águas internacionais, constituiu "um verdadeiro acto de pirataria", os comunistas defenderam no Parlamento Europeu "uma resposta firme por parte da União e de cada um dos seus Estados-membros", de forma a pôr termo à acção ilegal do Canadá e a garantir a continuação da pesca na zona em questão, no respeito pelo quadro legal existente. Da mesma forma, foi salientada a necessidade de a Comissão prever "medidas de apoio aos armadores e pescadores que tenham sido penalizados" pela actuação do Canadá.

Apoio aos têxteis regulamentado no PE

Mais de um ano depois da sua aprovação, a atribuição de 80 milhões de contos para a modernização do sector têxtil e vestuário português foi finalmente regulamentada. Ao aprovar o relatório relativo à referida proposta, o Parlamento Europeu colocou a semana passada nas mãos da Comissão e do Conselho as regras a aplicar e remeteu para o Governo português a responsabilidade de defender os reais interesses do sector e dos respectivos trabalhadores.

O processo de atribuição de 80 milhões de contos para a modernização do sector têxtil português, num processo inicialmente mal negociado, foi corrigido pelo poder orçamental do PE, o que tornou possível, como lembrou ao intervir sobre a matéria o deputado comunista Honório Novo, que se passe agora das palavras aos actos, ou seja, se disponha de um regulamento que institui regras para viabilizar no concreto os apoios financeiros.

Na sua intervenção, Honório Novo recordou que a atribuição da referida verba, a título extraordinário, resultou da necessidade de "fazer face aos efeitos negativos que este sector industrial vai sofrer como consequência da entrada em vigor dos acordos do GATT", aprovados em Estrasburgo e no Parlamento português "pelo mesmo

tipo de maioria política". Os referidos acordos instituíram, desde Janeiro, a designada Organização Mundial do Comércio (OMC).

O eurodeputado recordou ainda que os 80 milhões de contos "constituem uma contrapartida financeira que, com base em estudos e previsões oficiais", os comunistas continuam a considerar "insuficiente para fazer face às incidências negativas que inevitavelmente decorrerão da aplicação das novas regras mundiais do comércio".

Com relatório relativo à proposta de Regulamento, que inclui as emendas propostas pelos deputados comunistas e aprovadas na Comissão Regional, a Comissão e o Conselho passam a dispor, segundo Honório Novo, de um regulamento que "garante que as ajudas comunitárias devem apoiar as acções necessárias à promoção da produtividade e do valor acrescentado em paridade com a salvaguarda dos níveis de emprego na indústria têxtil portuguesa", questão essencial para os comunistas em qualquer processo de modernização. De salientar, ainda, que o regulamento, contrariando anteriores compromissos, "não impõe limites à actual capacidade de produção, condição que, a ser aceite, acarretaria inevitavelmente um aumento do desemprego num sector já fortemente atingido por tal flagelo social".

O PE aprovou ainda, em plenário, uma nova emenda, apresentada pelo Grupo Confederal, que prevê a obrigatoriedade de participação no Comité de Acompanhamento de representantes do poder local e dos parceiros sociais, e cria mecanismos para um maior e melhor acompanhamento da gestão e correcta aplicação do programa de modernização.

Como afirmou Honório Novo a terminar a sua intervenção, resta agora esperar "que a Comissão e o Conselho aceitem o Regulamento" nos termos em que o PE o aprovou e que o Governo português ouça a voz do PE "e se disponha, também ele, a alterar as regras, tendo em vista os interesses reais da indústria do têxtil e do vestuário portugueses e dos seus trabalhadores".

Jornada internacional contra o racismo

O dia 21 de Março, proclamado pela ONU Jornada internacional de luta contra o racismo, assinala mais um marco importante na consciencialização dos povos para a necessidade de promover os valores da liberdade, da tolerância e do respeito pelos direitos humanos.

A propósito desta data, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, que subscreveu um manifesto do Forum dos Migrantes da União Europeia contra o racismo, divulgou uma declaração que a seguir se transcreve na íntegra.

"Apesar das reiteradas iniciativas do Parlamento Europeu, as autoridades da União Europeia e os governos dos Estados-membros não tomam as decisões adequadas para que a jornada internacional de luta contra o racismo, a 21 de Março, decidida há cerca de trinta anos pelas Nações Unidas, seja condignamente celebrada.

"Infelizmente, a actualidade confirma a sua importância na Europa e no mundo, em que se assiste à persistência do racismo, às decisões discriminatórias, ao desenvolvimento das exclusões, à escalada dos integristas e ao recrudescimento dos crimes e delitos racistas, ao risco das piores regressões da civilização.

"As medidas discriminatórias aplicadas em numerosos países, as recusas de cidadania a imigrantes vão contra as necessidades de uma sociedade democrática, contrariam os seus projectos de desenvolvimento da pessoa humana qualquer que seja a sua raça, origem étnica, religião ou sexo.

"O racismo não é uma opinião como as outras, é um delito que deve ser punido.

"Solidário com as forças democráticas e anti-racistas que lutam contra o racismo e aspiram promover os valores da liberdade, da tolerância e do respeito pelos direitos do homem, o Grupo Confederal GUE/NGL convida as autoridades da União Europeia e os governos dos Estados-membros a:

- combater de forma eficaz as causas económicas e sociais que alimentam o racismo;

- assegurar a protecção das comunidades estrangeiras contra a violência racista e fascista e a reconhecer-lhes igualdade de tratamento em matéria económica, cultural e política;

- fazer adoptar e aplicar legislação anti-racista em todos os países reforçada por uma directiva comunitária;

- promover acções pedagógicas e educativas, nomeadamente nos estabelecimentos de ensino e meios de comunicação social, contra o racismo e a intolerância;

- promover o dia 21 de Março como "jornada europeia de luta contra o racismo e a xenofobia" e desenvolver iniciativas para sensibilizar a opinião pública.



Reunião em Roma contra a desflorestação

Cento e vinte e um países comprometeram-se, em Roma, a lutar contra a desflorestação e a degradação da floresta.

O compromisso foi assumido no decurso de uma reunião ministerial sobre a floresta, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Para cumprir este compromisso, denominado "Declaração de Roma sobre as Florestas", os

121 países decidiram lançar "programas florestais nacionais para enfrentar as causas económicas e sociais da desflorestação e degradação da floresta".

A Declaração destaca a necessidade de uma "gestão durável de todos os tipos de floresta" e a importância da cooperação internacional a fim de que, nomeadamente, as tecnologias transferidas para os países em desenvolvimento sejam "respeitadoras do meio ambiente".

Durante a reunião, o director-geral da FAO, Jacques Diouf, sublinhou que as florestas tropicais "desaparecem ao ritmo de 15 milhões de hectares por ano".

"No decurso das próximas décadas", disse, "massas completas de floresta, sobretudo em África e na América Latina, serão destruídas para fornecer madeira, construir estradas ou libertar terras para a agricultura e a criação de gado".

Por causa disso, acrescentou Jacques Diouf, "uma parte importante da diversidade biológica e da capacidade das florestas de desempenhar um papel ecológico será perdida", ao mesmo tempo que as populações "serão forçadas a abandonar o seu modo de vida tradicional".

Segundo a FAO, as florestas representam 3.400 milhões de hectares, ou seja um quarto da superfície terrestre.

No decurso do decénio 1981-90, as perdas anuais de florestas tropicais elevaram-se, em média, a 15,4 milhões de hectares.

As florestas temperadas, boreais e subtemperadas dos países industrializados cobrem cerca de 1.400 milhões de hectares e, ainda que estáveis ou em crescimento no seu conjunto, sofrem uma grande pressão devido, nomeadamente, à poluição e aos incêndios.

Alemanha

O Ministério Público de Bremen está a investigar a polícia local, que terá obrigado presumíveis traficantes de droga a ingerir medicamentos eméticos (vomitivos).

A questão foi trazida a público pelo "Buro Anti-racismo" de Bremen, cujos responsáveis afirmam que a polícia daquele "land" usou os vomitivos como método de combate à droga, sobretudo contra africanos, a quem também terá agredido. A senadora de Bremen para a Cultura e Integração de estrangeiros, Helga Truepel (Os Verdes), exigiu um "inquérito isento" às acusações para o "total esclarecimento deste caso".

Segundo informações do "Buro Anti-racismo", os vomitivos foram utilizados "sobretudo para abusar dos atingidos e pôr em risco a sua saúde".

Apresentaram pareceres médicos sobre os efeitos secundários da ingestão de vomitivos, em que se fala de casos de pessoas que vomitam ou têm diarreia dias a fio, ou mesmo hemorragias. O "Buro Antiracismo" apresentou também declarações de um africano que diz ter sido agredido por polícias e pelo médico para que ingerisse um vomitivo.

Palestina em Notícias

Reunião do Comité Executivo da OLP

O Comité Executivo da OLP analisou, em Tunes, a situação das negociações com Israel e considerou necessário "salvar o processo de paz", acusando simultaneamente Israel de "ter deitado por terra os seus fundamentos", segundo a declaração final divulgada em Tunes.

A OLP decidiu prosseguir as negociações com Israel sobre a extensão da autonomia palestiniana, mas poderá optar, neste momento, sobretudo pela exigência de aplicação dos acordos já assinados.

Entre as alternativas da OLP para fazer Israel cumprir os acordos, figura o eventual pedido aos países árabes e islâmicos para travarem as medidas de normalização com Israel, iniciadas desde a assinatura, em 1993, da Declaração de princípios sobre a autonomia na faixa de Gaza e Jericó.

O Comité Executivo da OLP (CEOLP) decidiu ainda apelar aos co-patrocinadores do processo de paz (Estados Unidos e Rússia) e ainda à Noruega, União Europeia, Egipto e outros países árabes, a "participar activamente" nas negociações.

As negociações entre Israel e OLP têm vindo a esbarrar no retardamento sistemático da retirada do exército israelita das zonas urbanas da Cisjordânia, como primeiro passo para a realização de eleições para o Conselho de autonomia, previstas para Julho de 1994.

Foi entretanto formado um Comité de seguimento das negociações, com a participação de membros da CEOLP e da Autoridade palestiniana, que lidera a autonomia na faixa de Gaza e Jericó.

A criação do Comité foi decidido em 22 de Fevereiro no Cairo para tentar restabelecer o diálogo com as organizações que se opõem ao processo de paz, nomeadamente os movimentos islâmicos.

Contradições na política israelita

O ministro do Ambiente de Israel, Yossi Sarid, declarou que um Estado palestiniano surgirá "dentro de alguns meses, após as eleições nos territórios" palestinos da Cisjordânia e de Gaza.

Israel e a Organização de Libertação da Palestina (OLP), que negociam no Cairo as modalidades da eleição de um Conselho de Autonomia Palestiniana, fixaram o dia 1 de Julho como a data-limite para encerrar o dossier.

"Tratar-se-á efectivamente de um Estado, sem contudo ter o nome oficialmente", disse Sarid, sublinhando que a entidade a nascer exercerá todas as funções de um Estado, à excepção da "segurança externa", que permanecerá em poder de Israel.

O ministro, que integra a equipa israelita das negociações com os palestinianos, considerou que a criação de um Estado palestiniano constituía "um desenvolvimento positivo que não deixará de influenciar" as relações entre o Estado hebraico e os palestinianos.

Entretanto, o primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, reafirmou a sua oposição à criação de um Estado palestiniano.

Menos de metade de autorizações de trabalho para os palestinianos em Israel

O primeiro-ministro israelita, Yitzhak Rabin, aprovou 3.150 autorizações de trabalho para palestinianos, impedidos de se deslocarem para os seus empregos desde Janeiro.

Eleva-se assim para 24.750 o número de palestinianos autorizados a trabalhar em Israel, menos de metade dos que o faziam antes da interdição decretada a 22 de Janeiro.

Os palestinianos têm insistido no levantamento da proibição que, segundo economistas, custa 400 milhões de dólares anuais à Palestina, já afectada por grave crise económica.

Novo ataque ao PC da Boémia e Morávia

Apesar de sujeito a repetidas medidas de repressão, o Partido Comunista da Boémia e Morávia (PCBM) afirmou-se como segunda força política da República Checa nas eleições locais de Novembro de 1994, com uma votação nacional de 14,7% e 17,7% nas grandes cidades, conquistando mesmo a presidência na importante cidade industrial de Mostar, com mais de 30%.

Agora, ao aproximar-se de novo as eleições legislativas, e na expectativa de um maior reforço das posições eleitorais, o regime de direita no poder lançou novo ataque, pretendendo expulsá-lo da sua sede no centro de Praga.

Acontece que o PCBM comprou em boa e devida forma, por uma quantia equivalente a cerca de 250.000 contos, esse edifício ao proprietário anterior, a empresa estatal de caminhos-de-ferro.

Sob o pretexto de a empresa não ter registado, como era seu dever, a transacção no Ministério das Finanças, querem agora anular a compra e deixar o PCBM, em véspera de eleições, sem a sua sede central.

O PCBM está a lutar no plano jurídico e político contra mais esta perseguição anticomunista.

Tchetchénia Os entendimentos passados entre Ieltsin e Dudaiev

A comissão de inquérito da Duma (Parlamento) sobre a crise na Tchetchénia confirmou a existência de laços durante três anos entre o presidente russo Boris Ieltsin e o presidente da Tchetchénia, Djokhar Dudaiev.

A revelação consta dum relatório preliminar apresentado perante a Câmara baixa do Parlamento.

A questão que se coloca é saber "por que é que o regime de Dudaiev foi conveniente durante três anos para a administração de Boris Ieltsin e porque é que esta decidiu subitamente pôr-lhe fim após três anos", declarou aos deputados o presidente da comissão Stanislav Govorukhin.

Moscou, desde a declaração de independência da Tchetchénia no Outono de 1991, "considerava Dudaiev como um dos seus, como alguém de confiança e respeitável", acrescentou Govorukhin citando o exemplo de cartas endereçadas por Dudaiev a Ieltsin em finais de 1993, onde expressa o seu apoio ao assalto ao Parlamento em Outubro de 1993.

A comissão constatou ainda envios de armas russas para a república independentista durante esses três anos e que estes continuaram após o início da intervenção militar russa a 11 de Dezembro, acrescentou o deputado.



A Cimeira de Copenhaga foi ocasião para lembrar também a desastrosa situação socioeconómica que se vive no continente africano. Dois dados apenas. A esperança de vida é inferior a 50 anos em 24 países; 22 são africanos. Nalguns casos, a taxa de analfabetismo atinge cerca de 80 por cento da população

Itália

O Ministério Público de Nápoles pediu que 102 pessoas, das quais o antigo ministro do Interior democrata-cristão António Gava, sejam enviados a tribunal.

A decisão judicial prende-se com a acusação de associação ou cumplicidade mafiosa, em virtude das presumíveis ligações dos indicados com a Camorra, anunciou o Palácio de Justiça de Nápoles.

O ex-ministro é acusado, tal como o antigo presidente do Conselho Giulio Andreotti, de associação de tipo mafioso, nomeadamente de ter "sido o principal referencial político activo" da Camorra para as regiões do Nola e do Vesúvio.

Quatro antigos parlamentares democratas-cristãos e um ex-socialista figuram igualmente entre os acusados pelo Ministério Público de Nápoles.

Brasil

O presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, foi contestado e vaiado por milhares de manifestantes, no Rio de Janeiro.

Milhares de activistas sindicais, estudantes e funcionários públicos afectos à CUT (Central Única dos Trabalhadores) vaiaram o presidente da república e gritaram palavras de ordem contra a política governamental, na que foi a primeira grande manifestação de contestação a Henrique Cardoso e ao actual executivo.

Henri Alleg esteve entre nós quando do lançamento do seu último livro, fruto de uma viagem de três meses pela China. Mas não foi sobre a actualidade chinesa que a nossa conversa incidiu. Antes sobre a dramática realidade de hoje, de uma Argélia para cuja libertação e independência Alleg também contribuiu, partilhando com os combatentes argelinos da sua luta, e como eles então, vítima da violência, da repressão, das torturas, das prisões do colonialismo francês. Foi com um breve comentário sobre essa "espécie de guerrilha fundamentalista" que neste momento marca o quotidiano da Argélia, que o nosso diálogo começou.

Hoje, o mundo tem os olhos virados para o que se designa de "pontos quentes". E a Argélia é um desses pontos. De há três anos para cá, a imprensa traz quotidianamente informações sobre atentados, sobre uma espécie de guerrilha que se desenvolve pelo país, por parte daqueles a quem se chama fundamentalistas.

Convém, antes do mais, fazer uma observação. Estes acontecimentos sangrentos desviam os argelinos das enormes tarefas que se lhes colocam na defesa da independência económica e política do seu país. Tudo está centrado nesta situação que todos os dias traz a morte, em particular de intelectuais, de jornalistas, de mulheres, de crianças.

É de facto uma coisa terrível e sem justificação moral possível. Não podemos fazer a comparação - como alguns pretendem - entre esta luta fratricida e a luta legítima do povo argelino pela sua libertação.

A França está naturalmente muito inquieta, muito interessada, muito emocionada com o que se passa na Argélia.

Nos anos 50, a Argélia era ainda considerada como parte da França.

Mas a relação entre os dois povos não foi apenas uma relação de dependência, de colonização.

Há outros laços, que vêm de toda a história. Laços culturais. O francês continua a ser falado na Argélia. Os argelinos vêm trabalhar para França. Há actualmente dezenas de milhar de franceses, ou talvez centenas de milhar, que são de origem argelina. E há muitos casais mistos de franceses e argelinos.

Por isso, na Europa, os franceses são naturalmente os mais inquiridos, os mais interessados com o que se passa na Argélia.

Haverá também reflexos em França do que se passa na Argélia?

Sem dúvida. Os argelinos, em particular, vivem num certo receio. E os franceses também. E naturalmente tudo isso tem a sua influência na própria política francesa.

Temos em França uma corrente racista. E há dirigentes políticos que utilizam os acontecimentos na Argélia para promover a sua própria carreira política.

Um política que se baseia no exacerbar o racismo, enquanto se vão predizendo as maiores catástrofes, mesmo na própria França.

E se os nostálgicos do colonialismo chegam a condenar, por vezes, o fundamentalismo, é para defender o encerramento das nossas fronteiras e a expulsão dos estrangeiros.

O movimento de Le Pen, a Frente Nacional, nomeadamente, utiliza estes factos para enganar as pessoas. E dizem que antes era tudo muito mais simples. E os argelinos estariam muito bem nos tempos do colonialismo...

Explicam a situação actual por duas ordens de razões.

Os argelinos quiseram a independência, mas desde que a têm está tudo cada vez pior. Portanto, "éramos nós que tínhamos razão quando dizíamos que a Argélia devia continuar francesa"... Não dizem isto tão brutalmente, mas é esta a ideia.

O segundo argumento é que o Islão é uma religião de fanáticos. E assimilam o Islão ao fundamentalismo. Como se o que se passa na Argélia fosse uma questão religiosa.

Como é que em França as forças de esquerda desmontam estes argumentos?

Gostaria de me debruçar em particular sobre dois pontos.

O primeiro ponto é a ideia de que, desde a independência, a situação na Argélia tem vindo a piorar constantemente. Uma ideia completamente falsa.

Falemos com números na mão.

No momento da independência da Argélia, havia cerca de 10 milhões de argelinos. A população cresceu depois muito depressa, e actualmente calcula-se o número de argelinos em 25/27 milhões. Cidades como Argel, por exemplo, passaram de cerca de 450/500 mil habitantes para três milhões.

Durante este período, e apesar das imensas dificuldades com que a Argélia se teve que defrontar, como todos os países que se libertaram do colonialismo, houve progressos muito sensíveis e regulares até aos anos 80, 85.

O país mudou completamente, e em geral num sentido positivo.

Por exemplo, e começando pelo domínio social e cultural, não existia um sistema de saúde, que entretanto foi criado. Além disso - e para um país islâmico é um facto a assinalar - foi criado um sistema de planeamento familiar, que passava pela educação das mulheres.

Outros números muito significativos.

Havia na Argélia uma única universidade. Nessa universidade apenas 300 estudantes eram argelinos. Actualmente há mais de 200 mil estudantes nas universidades argelinas.

Em 1954, quando começou a insurreição, o país contava com 90%



O fundamentalismo cresceu nesta base de crise

Henri Alleg ao "Avante!"

Texto Ligia Calapez
Fotos Jorge Caria

As conseqüências não se fizeram esperar. Abandono de projectos, encerramento de fábricas. Centenas de milhar de jovens deixaram de ter perspectivas de trabalho. O desemprego alastrou.

Qual foi a reacção dos governantes argelinos?

Para fazer face a estas dificuldades, o novo governo, do presidente Chadli, orientou-se, também por pressão externa, para uma política de privatização das grandes empresas nacionais,

de comércio, nomeadamente com o estrangeiro.

Claro que isto correspondia aos interesses de uma nova burguesia que entretanto surgira e se afirmava. Correspondia ao enriquecimento de uma camada superior da população, nomeadamente de pessoas ligadas ao Estado.

Houve pois um enriquecimento de determinadas camadas da sociedade, ao mesmo tempo que se registava um nítido recuo social por todo o país, e a generalização do desemprego.

Estava-se perante uma crise - grave - da sociedade. Uma crise tanto mais difícil de aceitar, quanto a corrupção se tornava aberta.

Dizia-se, por exemplo - e isso foi denunciado por um conhecido jornalista, Jean Ziegler - que biliões de dólares, de milionários argelinos, estavam depositados em Bancos na Suíça.

Ora estes biliões só poderiam ter sido adquiridos de forma ilegal, pelo tráfico e pela violação da lei argelina, que controlava as divisas. Assim se chegou a uma grave crise.

Que reflexos teve esta crise no plano político?

Importa lembrar que a Frente de Libertação Nacional (FLN) continuava então a ser partido único.

A FLN foi o partido que encabeçou a guerra de libertação, e que ao longo de todos estes anos teve o poder nas mãos.

Na Frente coexistiam tendências diversas, e havia mesmo uma tendência islâmica.

Numa primeira fase, a FLN gozava de um enorme, de um imenso prestígio. E os homens que a representavam tinham então esse mesmo prestígio.

Na verdade, as coisas começaram a mudar desde a independência. Estes homens, que apareciam unidos, começaram a dividir-se e mesmo a lutar entre si. Pessoas que pertenciam a FLN, e que nem sempre tinham sido combatentes, apareciam comprometidas em escândalos financeiros ou outros. Desta forma, a FLN foi perdendo o seu enorme prestígio inicial.

Em 1989, o presidente Chadli tomou a decisão de suprimir o princípio constitucional que definia o regime de partido único, e abriu assim caminho ao sistema multipartidário.

No espaço de poucos meses, ou mesmo semanas, apareceram dezenas de partidos.

Entre estes partidos, a Frente Islâmica de Salvação (FIS). Que na verdade não era então um partido, mas um movimento. Quando chegaram as eleições, constituíram-se como partido, com o objectivo de concorrer ao acto eleitoral.

É preciso dizer que havia - mesmo na direcção da FLN - quem não

estivesse descontente com o aparecimento deste partido. Mas muitos políticos chamaram a atenção para o facto de que a Constituição argelina proibe a formação de partidos numa base religiosa. Ainda teria sido então possível - não sei se alguma coisa teria ou não mudado... - impedir que a Frente Islâmica se constituísse como partido.

Entretanto, a FIS começou a ter, desde o início, uma enorme influência.

E porque?

Penso que haverá várias razões.

Antes do mais, razões de ordem económica - que são essenciais.

É preciso ver que, sobretudo os jovens, na falta de quaisquer perspectivas, quer económicas, quer políticas - e tendo em conta que a única força de oposição à FLN era de facto a FIS - mesmo que alguns não fossem profundamente religiosos, manifestavam assim o seu desacordo e a sua oposição.

Este apoio à Frente Islâmica surge mais como uma afirmação de rejeição da FLN do que como uma adesão às teses da FIS.

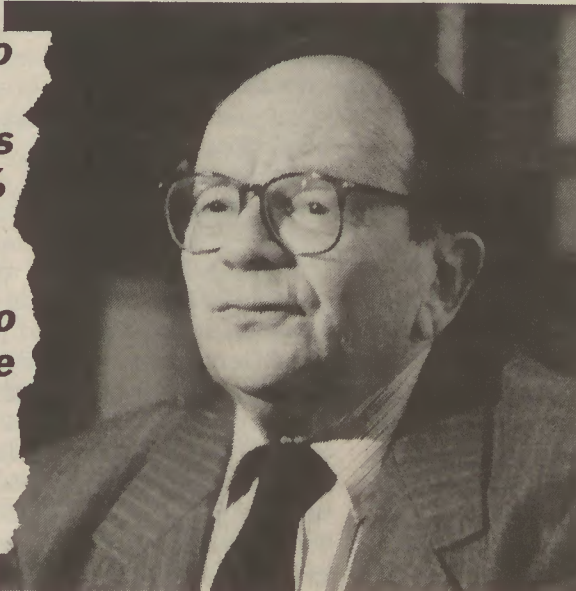
Mas, ao mesmo tempo, pesa a falta de uma ideologia. Já ninguém acreditava no socialismo, que em certa fase foi defendido - mesmo que não se tratasse de um verdadeiro socialismo - pela FLN. A nível internacional, os países socialistas afundam-se. Que resta, então?

Eu diria que o terreno já estava assim de alguma forma preparado para a afirmação de uma ideologia, que começa por aparecer como de condenação da situação existente. E que, a seguir, parte do protesto contra a situação imposta aos argelinos no mundo de hoje, para um protesto contra o modelo de vida estrangeiro, com tudo o que a religião considera como os "pecados" da vida moderna.

É o regresso às ideias religiosas, e simultaneamente a algumas ideias profundamente retrógradas. Tanto no que respeita à família como à mulher.

De facto, uma perversão do Islão, que em geral não se afirmava como uma religião de intolerância, uma religião fechada. Pelo contrário, os argelinos consideravam-na como um ideal que englobava todos os homens. Um ideal aberto.

Em 1954, quando começou a insurreição, o país contava com 90% de analfabetos. Hoje, mais de 70% da população argelina sabe ler e escrever, e as crianças vão naturalmente à escola.



Na prática, não seria bem assim, sobretudo em relação às mulheres...

Sem dúvida. Mas - e passo agora à segunda questão - não é o Islão enquanto religião que está em causa. É a utilização política e ideológica da religião. Uma religião moldada à medida da forma como se pretende utilizá-la.

Pode-se encontrar no Corão apelos à mais ampla tolerância. Por exemplo, há uma fórmula do profeta que diz que não pode haver formas de constrangimento na religião. Simultaneamente, vê-se que, ao longo da história, houve quem utilizasse a força.

Naturalmente, o Islão é como as outras religiões. No quadro da religião cristã, tivemos a inquisição e temos a teologia da libertação.

Outro exemplo muito actual - as posições assumidas por Mons. Gaillot. Ou pelo Papa João Paulo II.

Algo de semelhante se passa em relação ao Islão.

A ideia, hoje muito divulgada por alguns, de que o Islão não passa de uma religião reacçãoária, uma religião de fanáticos, não corresponde à realidade.

É a utilização dos textos religiosos para uma certa política que está em causa. Não é verdade que, quando os fundamentalistas matam, na Argélia, estrangeiros que aí vão trabalhar, estejam a obedecer ao Islão. Pois bem se sabe que, durante séculos, o Islão se mostrou - em geral, não vale a pena idealizar - mais aberto, mais tolerante do que nós fomos na Europa.

Vemos, por exemplo, o caso de Espanha, onde havia bem mais tolerância sob o domínio árabe, quando cristãos e judeus puderam também coabitar naturalmente. Sob o domínio cristão, tivemos depois os autos de fé contra os que não eram católicos, conforme o entendimento do tribunal da inquisição.

É falso, portanto, tentar encontrar no Islão a base do fundamentalismo.

Naturalmente que há lá elementos que podem ser utilizados pelo fundamentalismo.

Voltando à actual situação na Argélia...

O fundamentalismo cresceu nesta base de crise económica, de crise política, e pode-se dizer também, de crise social.

A isto podemos acrescentar ainda, creio eu, uma crise de identidade.

Um crise de identidade, porque, na sociedade argelina, com a modernização, criaram-se naturalmente novos estilos de vida. Mesmo sem que as pessoas se tenham separado do islamismo, entendido como um modelo de sociedade.

Por exemplo, muitos quadros modernos, jovens engenheiros, cujas mulheres poderão ser igualmente engenheiras, que fizeram os seus cursos, e que naturalmente desejam discutir diferentes questões com as suas mulheres. E ir ao cinema. E muito justamente podem também partilhar as tarefas domésticas. É um outro estilo de vida.

A vida moderna cria por si - ainda que com atrasos e resistência das mentalidades - situações e comportamentos novos.

Num país em crise, como a Argélia, tudo o que apareça como positivo, ou moderno, de avanço social, pode, por oposição, alimentar uma ideologia que rejeita tudo isto. Com o argumento de que nada disso é argelino, não é muçulmano, e que se pretende assim recusar os valores nacionais.

Pessoalmente, penso que os intelectuais argelinos têm aí uma tarefa muito importante, que é a de ajudar o seu povo. E é preciso que não apareçam como pessoas que querem cortar com o passado.

Há pessoas muito dotadas, muito inteligentes, muito corajosas também, mas que falam uma linguagem que em certas circunstâncias as podem fazer aparecer como pessoas "de fora".

Não tenho conselhos a dar, é evidente. Mas no momento actual expõem-se por vezes a críticas que podem ser aceites por massas de pessoas sem esperança em relação ao futuro.

Creio que é esta situação, esse terreno propício de que falei, que favorece os fundamentalismos.

Tenho por vezes ouvido pessoas, que se preocupam com estes fenómenos de extremismo religioso, falar do fundamentalismo como de uma "arma dos imperialistas", em particular dos americanos.

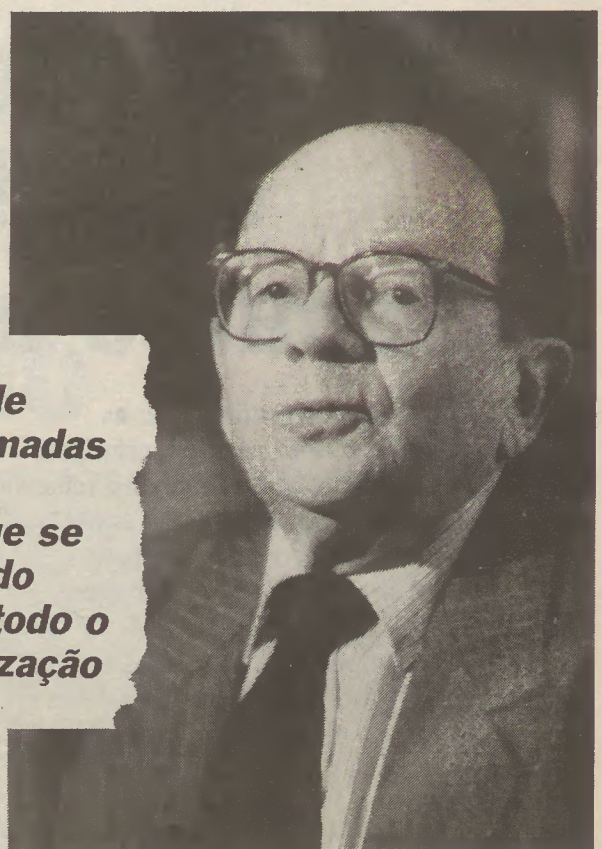
E que pensa disso?

Penso que, as coisas são um pouco mais complexas. Penso que, como bons homens de negócios, que naturalmente são, de par de uma visão estratégica quanto aos seus interesses, todos os imperialismos, sejam franceses ou americanos, antes do mais defendem os seus interesses quanto ao futuro. É normal.

E assim, se o fundamentalismo os ajuda a defender os seus interesses, apoiem os fundamentalistas. Se são os que combatem o fundamentalismo que os podem melhor ajudar, apoiarão estes.

Vemos, por exemplo, o que se passa em Marrocos. O rei, que se apresenta como um grande democrata, respeitador da liberdade de

Houve pois um enriquecimento de determinadas camadas da sociedade, ao mesmo tempo que se registava um nítido recuo social por todo o país, e a generalização do desemprego.



consciência - o que não o impede de lançar nas prisões marroquinas os que lutam por uma verdadeira democracia em Marrocos - é um grande amigo dos americanos, que não têm nenhuma intenção de ajudar a que ele seja derrubado pelos republicanos, por exemplo.

No Irão, foram os fundamentalistas que, em determinadas circunstâncias, se afirmaram como os mais antiamericanos. Não era um movimento com carácter claramente anti-imperialista. Mas era um movimento que pretendia defender a integridade e a independência do seu país face ao domínio americano. Também na questão do petróleo.

Não creio, por isso, que se possa meter um sinal de igualdade entre o fundamentalismo e os americanos. Parece, entretanto, que, no que respeita à Argélia, Washington encoraja os fundamentalistas, talvez na ideia de que no futuro estarão no poder, e assim os seus interesses poderão ser melhor defendidos.

Para o povo argelino, que saída possível para esta situação?

Em primeiro lugar, penso que não nos cabe a nós, nem a ninguém, dizer aos argelinos como deverão resolver os seus problemas. São naturalmente os argelinos que deverão saber o que é melhor para eles.

Para nós - progressistas, anticolonialistas, e antes do mais, naturalmente, para os franceses -, a questão que se coloca é: como ajudar os argelinos?

Naturalmente, estamos solidários com todos os que sofrem com esta situação. Mas, mais precisamente, é preciso ajudar. Por exemplo, denunciando a hipocrisia do governo francês que diz defender o asilo político, quando na prática bem poucos vistos são concedidos.

A nossa solidariedade passa, portanto, por pressionar, por condenar as medidas de restrição ao asilo.

Mas não só.

Se é correcta a análise que fazemos sobre o aparecimento do fundamentalismo - como um fenómeno que não nasceu simplesmente na cabeça de alguns, mas que teve todo um terreno para se desenvolver, e um terreno que é o resultado de uma situação económica determinada - então é preciso tentar ajudar a resolver os problemas, pela base.

Pois mesmo supondo que o governo argelino conseguia liquidar o movimento fundamentalista, através da repressão, e a admitir-se que a paz seria possível dessa forma - a manter-se esta situação económica, inevitavelmente novos fundamentalismos viriam a surgir.

Portanto, como ajudar?

Antes do mais, há a considerar que a França continua ainda a ser o país com maior peso nas relações económicas com a Argélia. Pensamos, assim, que é necessário que a França anule as dívidas da Argélia e que utilize todas as suas possibilidades, na Europa como a nível mundial, para levar as outras potências a aliviar também a pressão exercida sobre a Argélia através dessas dívidas.

Argumenta-se que é preciso pagar as dívidas. Mas esquece-se deliberadamente que a maioria dos países endividados já as pagaram várias vezes. Já não se trata de dívidas, mas de cobranças usúrias. É um escândalo inacreditável.

Chegou-se a uma situação - e não apenas na Argélia - em que as pessoas mais pobres já não têm sequer uma ideologia em que acreditem, uma esperança. Por exemplo, no caso argelino, a ideia de que depois da independência "iríamos fazer um país livre, feliz", e que seria o socialismo.

O que se vê é que, independentemente das palavras, um grupo de pessoas se torna cada vez mais rico e os restantes cada vez mais pobres. E então perde-se toda a confiança. E onde é que se procura, apesar de tudo, algo a que se agarrar? É nas ideologias mais retrógradas. Um pouco como um doente que já tentou todos os médicos, continua doente e já não acredita nos médicos. E então procura um charlatão. E temos as seitas religiosas, as linhas da mão, ou os nacionalismos exacerbados... os fundamentalismos.

É nestas condições que tais ideologias criminosas podem nascer, apoiando-se nos desejos legítimos das pessoas.

Neocorporativismo e participação: o discurso e a realidade

O MOVIMENTO sindical continua a ter na actividade reivindicativa uma das suas principais direcções de actividade. Mas tem também direitos de participação cujo exercício deveria ser o esteio fundamental de uma democracia participativa. O poder político procura dar a imagem de que decide de uma forma pactuada, através de negociações e de «concertação» e de que é um árbitro entre interesses em conflito, acima destes e preocupado apenas com os interesses nacionais.

Por outro lado, é frequente em muitos investigadores afirmarem que se regista uma «mudança de paradigma» na actuação do poder político e da Administração Pública: do recurso às actuações unilaterais, como a lei, o regulamento, ou o acto administrativo ter-se-ia passado para a negociação, para o contrato, para o peso dos «grupos de pressão» nas decisões finais.

A democracia participativa e a contratualização de decisões podem ir ao encontro das aspirações dos que reconhecem a necessidade de complementar a representação política democrática com a democracia participativa e a democracia directa.

A questão que se nos coloca numa óptica democrática é discutir se as práticas políticas estão à altura das expectativas eventualmente geradas pelo discurso sobre a contratualização do poder e se os direitos de participação previstos na Constituição têm uma efectiva correspondência prática.

Vejamos alguns exemplos. A Constituição portuguesa estabelece o objectivo de «aprofundamento da democracia participativa» (artigo 2º), e consagra a «intervenção democrática dos trabalhadores» como princípio em que deve assentar a «organização económico-social» (artigo 80º/d)). Refira-se, por outro lado, a criação do Conselho Económico e Social como «órgão de consulta e concertação no domínio das políticas económicas e social» e ao qual cabe participar na elaboração dos planos de desenvolvimento económico e social (artigo 95º). Citem-se outros direitos de participação como das associações sindicais na elaboração da legislação do trabalho; a participação na gestão das instituições de segurança social e outras que visem satisfazer os interesses dos trabalhadores no controlo de execução dos planos económico-sociais, bem como

dos trabalhadores nas unidades de gestão do sector público. Igualmente significativos são os direitos das comissões de trabalhadores: receber todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade; exercer o controlo de gestão das empresas; intervir na reorganização das actividades produtivas; participar na elaboração da legislação de trabalho e dos planos económico-sociais que contemplem o respectivo sector; gerir ou participar na gestão das obras sociais da empresa; promover e eleição de representantes dos trabalhadores para os órgãos sociais de empresas pertencentes ao Estado ou a outras entidades públicas. Registe-se ainda o direito de participação dos trabalhadores rurais e dos agricultores na definição da política agrícola (artigo 101º); das associações de professores, de alunos e de pais, das comunidades e instituições de carácter científico na definição da política de ensino. Outras organizações têm igualmente direitos de participação ou, pelo menos, de audição e de apoio estatal, como acontece com as associações de consumidores e cooperativas de consumo, com as associações de deficientes, além de ser de referir o estatuto especial das Instituições Particulares de Solidariedade Social. No caso do ambiente, foi aprovada a Lei nº 10/87 de 4 de Julho, que garantiu amplos direitos de participação às associações de defesa do ambiente. Por outro lado, a lei fundamental determina que a Administração Pública será estruturada de modo a assegurar a participação dos interessados na sua gestão efectiva e o Código de Procedimento Administrativo, teve como um dos seus objectivos obrigatórios «a participação dos cidadãos na formação das decisões ou deliberações que lhes disserem respeito» (artigo 267º/4).

Teríamos, assim, amplamente garantido que a democracia não se limitasse ao voto periódico. De acordo com este enunciado de direitos, iríamos muito mais longe: os trabalhadores e outros cidadãos organizados teriam amplos direitos de influenciar o processo de decisão política de um modo quase sistemático.

Não é possível abordar esta matéria sem proceder à desconstrução de alguns conceitos classicamente utilizados e sem responder à questão de saber quem participa e em que decisões, sob pena de se pensar que estamos a dizer o mesmo mas estarmos a falar uma diferente linguagem.

Em relação à desconstrução de conceitos, o essencial — até porque é constantemente repetido a propósito e a despropósito — parece-nos ser o de «sociedade civil». São conhecidas as peripécias que atravessou na filosofia e nas ciências sociais. Aqui, apenas importa sublinhar que é diferente a participação ou a contratualização de entidades públicas com sindicatos, comissões de trabalhadores, organizações de estudantes, ecologistas e feministas ou com grandes empresas e empresários, muitas vezes transnacionais. Muito frequentemente, quando o poder político se refere a contratos ou pactos com a «sociedade civil» e a contratualização e concertação é exclusivamente ou quase do grande poder económico que está a falar. O mesmo podemos dizer a respeito de acções de grupos de pressão. Normalmente, é utilizado um conceito operacional de grupo de pressão que engloba entidades patronais, associações de empresários, sindicatos, associações de ambiente e consumidores ou acção organizada para o tráfico de influências numa mesma categoria. A comodidade pode ser evidente, mas convém ter em conta que se está a lidar com realidades diferentes. E convém ter em conta que o tráfico de influências de uma associação de interesses económicos ou de uma grande empresa, por exemplo, não é o mesmo, social e politicamente, do que a acção reivindicativa de um sindicato ou do que a intervenção de associações de defesa do ambiente.

A postura de não aceitar as proclamações constitucionais e legais pelo seu valor aparente deve-nos, portanto, conduzir a proceder ao seu confronto com a prática.



Quando à actividade do Conselho Económico e Social, tem uma composição e um ritmo adaptados aos interesses do Governo e encontra-se relativamente secundarizada no processo de decisão política que mais interessa aos trabalhadores. De qualquer modo, a sua composição, e o sistema de alianças que sistematicamente o Governo procura, faz com que pouco ou nada acrescente à legitimidade e representatividade das decisões. Por outro lado, há matérias em que o sistema de planeamento nacional está claramente preterido. É isto que acontece, em especial, em relação ao Plano de Desenvolvimento Regional, elaborado para efeito de negociação do Quadro Comunitário de Apoio. Noutros aspectos, a prática é de privilegiar acordos que não passam de um aval a políticas governamentais, unilateralmente decididas; a haver contratualização, em termos globais, processa-se essencialmente entre o Governo e o patronato, funcionando esta estrutura apenas como um «notário» de acordos feitos noutros lugares.

Quando à participação na elaboração da legislação de trabalho, tem sido prática permanente o envio dos projectos às organizações representativas dos trabalhadores, porque o contrário implicaria inconstitucionalidade formal. Mas a disponibilidade para ouvir os pontos de vista dos trabalhadores é reconhecidamente escassa. Em geral perante projectos de diplomas prejudiciais aos direitos dos trabalhadores, só a luta, e não propriamente um processo de participação em termos formais, permitiu obter alguns resultados. A participação deixa, assim, de ser um processo com conteúdo real para se transformar num mero ritual sem conteúdo e sem projecção prática; ou melhor, com uma única projecção prática, permitir aos sindicatos estarem alertados mais cedo para a luta. Recordem-se os mais de mil pareceres de organizações representativas de trabalhadores contra as alterações à lei dos Despedimentos ou contra a lei da greve: nem uma res-

posta, sugestão ou crítica foi acolhida pela maioria da Assembleia da República.

Refira-se ainda o facto de os representantes eleitos pelos trabalhadores de unidades do sector público, designadamente empresas públicas, para integrarem os respectivos órgãos sociais e de fiscalização, e que foram efectivamente eleitos, não terem chegado a tomar posse.

Quando às comissões de trabalhadores e aos seus direitos, verifica-se um esvaziamento prático do controlo de gestão; o direito à informação, com frequência não é garantido; as informações são sonegadas em alguns casos; a intervenção na reorganização das unidades produtivas por vezes é transformada numa mera formalidade, sem conteúdo nem efectivo alcance prático. São frequentes os casos de indiferença perante pareceres fundamentados por parte de estruturas representativas de trabalhadores, que se pronunciam contra despedimentos colectivos ou contra a aplicação do *lay-off*. Há situações em que nem mesmo a pura forma é respeitada, não sendo sequer pedido o parecer prévio das comissões de trabalhadores.

Quando à representação em órgãos de segurança social, o seu papel não é adequadamente valorizado em muitos casos. Noutros, arrasta-se a aceitação de nomeações e tomadas de posse. No caso concreto de Évora, por exemplo, entre outros, há mais de um ano que é recusada a tomada de posse da representação sindical.

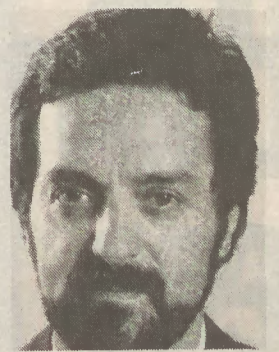
Uma das mais importantes questões é a situação da contratação colectiva, em que se acumulam casos de bloqueamento das negociações. É o caso da TELECOM e da TAP e de outros que se arrastam há anos, como a indústria gráfica, o sector têxtil e vestuário, os transportes, a construção civil, o comércio retalhista, etc.

Refira-se ainda que a avaliação do grau de democracia participativa e até do alcance das tendências neocorporativas não pode hoje ser concretizada sem ter em conta a integração europeia. Como é sabido, a Comissão da CE sempre procurou contactos estreitos com organizações profissionais e sindicais. Em geral, a actividade dos «lobbies», que foi crescendo ao longo do tempo, obteve um novo impulso com a previsão do mercado interno. Compreende-se que assim seja, designadamente se tivermos em conta os poderosos interesses que são afectados.

No caso concreto dos sindicatos, e apesar de a política social ser um parente pobre entre as políticas comunitárias, são muitas as questões em que se justifica a audição e, mais do que isso, uma verdadeira participação. Nesta matéria, há uma opção a tomar: a primeira alternativa é manter a linha da «Europa das elites», que procura chegar ao máximo aprofundamento comunitário por via económico-administrativa e define como primeira prioridade a União Económica e Monetária e as políticas de convergência nominal para a atingir; a segunda, é colocar em primeiro plano os direitos de uma mão-de-obra transnacionalizada, os níveis de emprego, o desenvolvimento dos países e regiões mais atrasados, a coesão económica e social. Seja como for, as matérias de que se ocupa hoje a CE são tantas e tão vastas que a questão da democracia participativa não se pode deixar de colocar também a nível comunitário.

Em conclusão: mantém-se uma forte diferença entre os direitos de participação proclamados e o papel dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores efectivamente verificado. Esta questão só pode ser resolvida com uma alteração das orientações políticas dominantes e pela conquista de uma política de esquerda, que tenha a participação democrática como um aspecto essencial do seu projecto.

O movimento sindical constitui um dos mais importantes instrumentos de participação dos trabalhadores, de solidariedade e de intervenção social. É a resposta da generosidade ao egoísmo, é a resposta da solidariedade ao individualismo, é a resposta da causa da cidadania do mundo do trabalho à regressão social e à exploração.



LUÍS SÁ
Membro da Comissão Política

O movimento sindical constitui um dos mais importantes instrumentos de participação dos trabalhadores, de solidariedade e de intervenção social. É a resposta da generosidade ao egoísmo, é a resposta da solidariedade ao individualismo, é a resposta da causa da cidadania do mundo do trabalho à regressão social e à exploração.

CDU apoiada em Lisboa num grande encontro-convívio

Cerca de 400 participantes, onde avultavam numerosas individualidades, reuniram-se na passada segunda-feira no Páteo Alfacinha, em Lisboa, para afirmar o seu apoio à CDU - Coligação Democrática Unitária, no quadro das eleições legislativas que este ano se realizam. Tratou-se de um encontro-convívio promovido pela DORL do PCP que, transbordando por dois salões e o amplo pátio, constituiu, só por si, uma vigorosa afirmação da vitalidade da CDU no nosso panorama político. Às 20.30, quando o jantar-volante já estava devidamente servido aos convivas e a animação se instalara, usaram da palavra os oradores previstos. Discursos breves, sucessivamente proferidos por António Galhordas, como independente, Blasco Hugo Fernandes, pela ID, e Isabel de Castro, pelos Verdes. Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, encerrou as intervenções com um discurso de improviso, que resumimos no final.

O encontro-convívio de apoiantes CDU promovido pela DORL do PCP estava marcado para as 18.30, altura em que a multidão começou a afluír ao Páteo Alfacinha. Uma hora depois, já os dois amplos salões de rés-do-chão e primeiro andar, bem como o amplo pátio, propriamente dito, abarrotavam de gente. Enquanto na cozinha se ultimava o óptimo jantar-volante que começou a ser servido pelas 19.30, a churrascaria montada no pátio, ao ar livre, ia afinando o apetite com vários petiscos devidamente acompanhados por um excelente tinto, que cada um tirava directamente do barril. Um mimo.

Numerosas individualidades fizeram questão em estar presentes neste encontro-convívio, entre dirigentes do PCP, dos Verdes e da ID, independentes, eleitos autárquicos, dirigentes sindicais e de organizações de trabalhadores e intelectuais. Sem sermos exaustivos e a título de exemplo, assinalamos a presença de dirigentes do PCP como Carlos Brito, José Casanova ou Octávio Pato, Carvalho da Silva, Coordenador da CGTP-IN, e dirigentes sindicais como João Silva, Arménio Carlos ou Manuel Correia, membros da ID como Blasco Hugo Fernandes ou Corregedor da Fonseca, figuras de relevo nas autarquias do Distrito como João Amaral, presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Rui Godinho, vereador e presidente-substituto da Câmara Municipal de Lisboa, António Abreu e Rego Mendes, também vereadores na Câmara da capital, Daniel Branco, presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, ou Demétrio Alves, presidente da Câmara Municipal de Loures, independentes como o general Vasco Gonçalves, o almirante Rosa Coutinho, o comandante Vasco Costa Santos, José Emílio da Silva, Dulce

Rebello ou Gilberto Lindim Ramos, Mário Jorge, presidente do Sindicato dos Médicos do Sul ou os médicos João Camilo e João Proença, Paulo Sucena, presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, intelectuais como Borges Coelho, Mário Alberto, Artur Ramos, Modesto Navarro, Fernando Torres, Gonçalves Preto ou José Lopes de Almeida, membros da DORL do PCP como Elvira Nereu, Helena Medina, Carlos Grilo, Rosa Rabiais, Margarida Aboim Inglez, Paula Henriques ou Romeu do Rosário, o deputado do PCP António Filipe, etc. Uma nota, ainda, para as várias dezenas de jovens presentes.

Pelas 20.30, José Casanova deu a palavra aos oradores previstos, para breves intervenções. António Galhordas falou em primeiro lugar, assinalando vibrantemente, e como independente, a importância do PCP na vida e na luta do povo português ao longo de muitas décadas, sempre profundamente enraizado nas massas e, ele próprio, representando o melhor do povo português, pelo que afirmava, mais uma vez, a sua presença ao lado do Par-



tido e da CDU em mais esta batalha. Falou depois o presidente da ID, Blasco Hugo Fernandes, que zurziu energicamente a ruínoza governação do PSD, bem patente na "taxa de mortalidade das empresas portuguesas, que cresce de ano para ano" e defendendo que a solução para os problemas do País passa, necessariamente, por "uma alternativa progressista assente no homem e no progresso social".

Por último, Isabel de Castro, do Partido Os Verdes, defendeu, em exemplos concretos, que não há nenhum fatalismo a obrigar o povo português a sujeitar-se a tanta degradação e que "é possível alterar este estado de coisas".

Carlos Carvalhas: Estamos numa altura de viragem

Carlos Carvalhas falou de improviso, proferindo uma intervenção deliberadamente breve.

Após saudar todas as forças que integram a CDU, assinalou

"anormalidade" é mais um elemento que confirma a razão que assistia ao PCP quando reclamava a dissolução da Assembleia da República, a demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas, "assunto que, agora, está praticamente arrumado, pois o tempo foi-se esgotando e as eleições deverão ser, de facto, em Outubro", considerou o dirigente do PCP.

PS não quer alternativa mas simples "alternância"

O Secretário-Geral do PCP criticou também o PS, acusando-o de não pretender uma real alternativa à política desastrosa do PSD, mas uma simples "alternância" onde, com alguns toques de cosmética, deixará o essencial da política económica e social na mesma, mantendo a política até aqui prosseguida pelo PSD. É o que se infere quando o PS afirma aceitar a tutela de Maastricht, com as pesadas consequências que se conhecem para os interesses do País, ou preconiza, no seu

"contrato de legislatura", uma maior "flexibilidade" no mundo laboral, o que se traduzirá por mais desregulamentação e redução de direitos dos trabalhadores ou, ainda, quando fala em aumentos de salários abaixo da produtividade, o que significa que a repartição da riqueza continuará a lesar quem trabalha. "Embrulhou, inclusivamente, os seus Estados Gerais com frases muito bonitas, como a de que a Educação é a sua paixão. Mas na prática, aceita e propõe-se

seguir a mesma política de desresponsabilização do Estado perante a Educação", assinalou Carlos Carvalhas.

Neste quadro, "é uma necessidade e há reais possibilidades de reforçar a CDU", afirmou o Secretário-Geral do PCP, alertando, ao mesmo tempo, para a ideia demasiado simplista de que "o que é preciso é correr com eles" - simplismo, aliás, que o PS procura aproveitar, apontando para o chamado voto útil nas suas listas. Todavia, o voto garantidamente útil para "correr com eles" e para se ter uma política de esquerda, é na CDU. Os votos na CDU "contam sempre, para correr com a direita", e "para derrotar a política de direita, só com o reforço da CDU tal verificará", pois a Coligação Democrática Unitária é a única grande força política que apresenta um projecto alternativo e que, garantidamente, honra os seus compromissos.

E terminou, frisando: "Estamos numa altura de viragem, no nosso país! Vamos para a luta com determinação!"



que as próximas eleições se vão realizar "num quadro novo, que permite uma alternativa democrática e de esquerda". Todavia há que prestar atenção às "manobras e desenvolvimentos" no comportamento do PSD, nomeadamente através de uma actuação dual, onde, por um lado, usa as vantagens de estar no Governo e, por outro, procura apresentar-se como alternativa a si próprio.

Aqui, o Secretário-Geral do PCP chamou a atenção para a estratégia eleitoralista que o PSD está a desenvolver através do seu Governo, assente num calendário de inaugurações previsto para Maio, Junho e Julho e não hesitando em retardar ou acelerar obras em curso para atingir os seus objectivos. E Carlos Carvalhas assinalou também três objectivos que explicam a actual "estratégia de tensão" desenvolvida pelo PSD: uma, para desviar as atenções dos problemas e dos malefícios da sua política, outra, para induzir a ideia de que, sem o PSD, a vida nacional mergulhará na desestabilização, a terceira, para conter a intervenção do Presidente da República. Esta estratégia de confrontação e de

Tem futuro a agricultura portuguesa?

«Agricultura portuguesa - que futuro?» foi o tema de uma iniciativa integrada no «Debate com o país», realizada num hotel de Lisboa e onde estiveram agricultores, técnicos, engenheiros agrónomos, elementos da direcção da Confederação Nacional da Agricultura e professores universitários. Um debate que procurou equacionar causas para a actual situação de crise e apontar algumas pistas para a debelar e onde pontificou a necessidade de alterar profundamente o papel do Estado português, internamente e nas suas relações com a União Europeia. Ideia defendida pela maioria dos participantes, sustentadas nas opiniões do painel convidado que integrava Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP, os professores Manuel Belo Moreira e João Castro Caldas e o engenheiro agrónomo Carlos Amaro.

Agostinho Lopes, que fez a intervenção de abertura, começou por questionar se estaríamos, ou não, «condenados a uma divisão internacional do trabalho agrícola (e não só), determinada por outros, e que conduz, fatal como o destino, à quase completa destruição da nossa agricultura?». Outra pergunta feita pelo membro da Comissão Política do PCP foi a de se «nada mais restará senão aceitar as condicionantes impostas pelo GATT, pela actual PAC, sem ou com segunda reforma?».

Perante uma agricultura «completamente determinada pelas estratégias do capital transnacional, pelos interesses de alguns grandes produtores do Norte da Europa, pela guerra económica entre os três pólos do capitalismo desenvolvido», a questão fundamental levantada por esta intervenção seria a de se «tem ou não o povo português (e todo e qualquer povo) direito a ter uma agricultura e garantir um patamar mínimo de produção alimentar?».

Questões a que se acrescenta a de se é possível aceitar, não numa posição de homens «de esquerda ou de direita, mas apenas de homens», a «lógica suicidária dos povos do planeta para que aquela divisão internacional do trabalho empurra o mundo?»

Tentando diagnosticar margens de manobra no actual momento histórico que permitam agir contra este processo, Agostinho Lopes defendeu uma estratégia do Estado português que integre «como principais frentes de negociação e luta» - aproveitando para tal a revisão do Tratado de Maastricht em 1996 - a reconsideração, entre outros, do processo da União Económica e Monetária (UEM) e dos seus critérios de convergência nominal e da manutenção da total livre circulação de capitais.

«Basta lembrar aqui que, decorrente da UEM, se assistiu a um processo deflacionário, suportado em grande parte pelos agricultores e noutra parte pelos trabalhadores (segundo S. Pinto, se a variação da inflação no Grupo Alimentação e Bebidas tivesse sido igual à médias dos outros grupos de produtos, a inflação seria, em 1993, de 9,8%, e não 6,4% como foi), e à manutenção de elevadas taxas de juro, responsáveis pelo pesado endividamento que hoje se abate sobre as explorações e cooperativas agrícolas, e pela brutal drenagem de valor produzido pelo sector agrícola para o sector bancário e financeiro», disse Agostinho Lopes.

A posse da terra

Posta à discussão pelo orador foram ainda quatro áreas de preocupação: «sob que estruturas agrícolas vamos construir uma política agrícola que responda aos objectivos e interesses dos agricultores, dos trabalhadores agrícolas, da defesa do Mundo Rural e do País?»; «que resposta para o completo estrangulamento do desenvolvimento económico e social de um terço do território do País, Alentejo e parte do Ribatejo, onde a recuperação da propriedade de extensão latifundiária novamente fez regressar o desemprego, a emigração, o desespero, o desânimo, e mesmo a fome, e a regressão da agricultura?»; qual a definição

possível de «políticas sectoriais e regionais necessárias para tentar ultrapassar (defraudar) a margem de manobra da integração comunitária, para permitir prosseguir uma actividade agrícola conforme os objectivos traçados»; e, finalmente, a consideração de que deve fazer-se uma abordagem do Mundo Rural, «como um complexo de problemas em que a produção agrícola ocupa um lugar central e imprescindível, mas que devemos articular com a evolução de outras vertentes e políticas».

A este propósito Agostinho Lopes fez referência ao papel dos serviços públicos e componentes regionais e locais do aparelho de Estado (como os serviços do Ministério da Agricultura), unidades descentralizadas de empresas públicas (EDP, CTT, etc.), aos problemas da estrutura, funcionamento e financeiros das autarquias locais, e toda a questão da regionalização do País.

Eleitoralismo

«A política de direita provocou uma significativa redução da população activa agrícola e o cumulativo processo de desertifi-



cação esvaziou económica e socialmente extensas áreas do mundo rural português, reduziu o peso económico da actividade agrícola no PIB nacional. Isto traduz-se numa leitura (que vem sendo feita) da redução do peso político eleitoral da agricultura, só virtualmente compensado pela evidente influência das lutas do campesinato nos sectores urbanos da sociedade portuguesa. Isto tem uma tradução directa ao nível da hierarquia de atenções e prioridades orçamentais e políticas de governos de partidos completamente determinados pelo eleitoralismo e conservação do poder», disse o dirigente comunista.

E a concluir: «como alguém disse, "a agricultura rende poucos votos". Mas não só. A recomposição de grupos monopolistas com interesses fundamentalmente localizados nos sectores industriais e sobretudo nas actividades financeiras, determinou uma alteração na correlação das forças económicas (que as nacionalizações e a Reforma Agrária tinham equilibrado e subordinado ao poder político), onde o sector agrícola aparece agora com um peso claramente diminuído e incapaz de fazer frente politicamente aos interesses dominantes e de classe daqueles grupos».

Razões que levam Agostinho Lopes a sublinhar a exigência, para uma nova política agrícola, de um governo com uma composição e um programa que tenham uma postura de «confronta-

mento (ou, pelo menos, de subalternização)» dos interesses e poderes económicos e políticos que colocaram a agricultura portuguesa e o Mundo Rural na actual situação.

A internacionalização

Dos problemas colocados à agricultura portuguesa pela internacionalização e especulação financeira nos mercados falou o Prof. Doutor Manuel Belo Moreira. Dando exemplos das situações vividas nos diversos países europeus de domínio das grandes empresas capitalistas cuja lógica é financeira e não propriamente produtiva. É o caso dos que apresentam projectos com o objectivo de receber subsídios comunitários para depois abandonarem os empreendimentos prometidos.

«Em que é que o espaço agrícola português poderá interessar ao grande capital global?», perguntou o professor do Instituto Superior de Agronomia. «Para além daqueles que já cá estão, como a Nestlé ou a Parmalat, se calhar não há sectores atractivos para este grande capital», e, caso existisse algum, «certamente o que ele procurará será a zona mais dinâmica da agricultura portuguesa, ou seja a faixa litoral do país, e eventualmente alguma mancha, como é o caso dos vinhos, onde há produção».

Tal significaria que esse capital com lógica de produção, «deixará grande parte do país ao abandono», concluiu.

«A única excepção será a do capital global interessado na florestação que é um dos grandes riscos que corremos», dada a influência das celuloses e o tipo de florestação que querem fazer.

Por seu lado, o Prof. Doutor João Castro Caldas referiu-se à estrutura fundiária e agrária existente no nosso país: «estivemos sempre habituados a pensar o Portugal agrícola em termos do grande latifúndio do sul e da pequena exploração familiar do norte e centro do país», o que leva sempre a falar-se de um «entrave da questão fundiária» para a resolução dos problemas agrícolas.

Recordando a Lei do Arrendamento (no norte e centro) e a ocupação de terras do início do processo da Reforma Agrária, constatou-se ser difícil de apenas por via legislativa quebrar relações de gerações o que em parte viria a acontecer por via do mercado, o aparecimento de novos líderes locais não directamente ligados à posse da terra e o fenómeno da emigração.

No sul, aconteceu uma reapropriação das terras ocupadas, a entrega aos antigos proprietários com eventual posterior venda a outro grande proprietário.

A verdade é que a questão da posse da terra volta a estar na ordem do dia. É o caso do quadro da nova PAC que em relação ao sul «associa à propriedade fundiária uma política de subsídios desde que se promova a extensificação», o que resulta na prática no desemprego das populações, não leva a

investimento, não cria riqueza.

Razões que levam este professor do Instituto Superior de Agronomia a considerar que a questão da posse da terra «não pode continuar a ser omitida do discurso e do combate político porque não é uma questão encerrada, é antes um problema em aberto».

E o PS?

O Engenheiro Agrónomo Carlos Amaro responsabilizou o Governo pela situação actual e «a aceitação das políticas comunitárias como uma fatalidade a que o país não pode fugir».

«Lavam-se as mãos das responsabilidades passadas e procuram-se fazer esquecer o paraíso prometido». Referindo-se também à internacionalização das economias, «uma realidade objectiva do final século XX», Carlos Amaro apontou a modificação da correlação de forças resultante do desmonoramento dos países socialistas.

Carlos Amaro considerou também que o próprio Partido Socialista, nos projectos que apresenta para o sector, está, no fundamental, a aceitar os pressupostos negativos que colocaram e colocam a agricultura portuguesa e o Mundo Rural na grave situação em que está.

Debate
com o País

para
uma nova
política

PCP

PCP denuncia escândalo na privatização da Telecom

Opção pelo negócio contra o País e os utentes

Perante o silêncio do PS, envolvido com o PSD na rede de interesses económicos que cobiça as telecomunicações, prepara-se a venda da PT por um valor abaixo do real. O grupo Espírito Santo avaliou, quer comprar e vai colocar as acções no mercado.

O Governo do PSD, no quadro da sua política de reconstituição do poder do grande capital, está a promover um escandaloso processo de privatização da Portugal Telecom que, no cada vez mais estratégico e lucrativo sector das telecomunicações, atinge profundamente os interesses nacionais. A Portugal Telecom tem, de longe, um papel dominante no sector. Representa um lucro anual de vários milhões de contos, por um conjunto de serviços cada vez mais complexo, diversificado e em expansão, prestado a grandes e pequenas empresas nacionais e internacionais e a utentes domésticos. A estes últimos, fornece um serviço de elevado interesse social. Perante uma política e um processo extremamente negativo para o interesse do País, o PCP entendeu oportuno vincar a sua posição sobre a situação actual e o processo de privatização.

Fê-lo na passada quinta-feira, em conferência de imprensa dada no centro de trabalho da Soeiro Pereira Gomes. Francisco Lopes, da Comissão Política do Partido, apresentou um extenso documento sobre as modificações em curso no sector, a situação na empresa e as posições dos comunistas. Com ele,



Interesses e políticas

A evolução e as perspectivas mostram bem a importância estratégica das telecomunicações, que hoje atraem grupos económicos até aqui não vocacionados para o sector: elas são cada vez mais fonte de lucros fabulosos e podem ser utilizadas como uma arma de domínio político e, portanto, da conservação do seu poder.

É neste quadro que está em curso o processo de privatização da Portugal Telecom. As tentativas para confundir as consequências da abertura dos mercados, concorrência, competitividade, eficiência e evolução tecnológica, com privatização visam mistificar propositadamente o problema. A privatização, cuja primeira fase está em curso, é uma opção ideológica e um choro de negócio para alguns, que

de, pela subavaliação da empresa em centenas de milhões de contos e pela retirada ao património público de lucros anuais de muitos milhões de contos.

O conjunto das três empresas principais fundidas ou a fundir na PT (TP, TLP e CPRM) foi várias vezes avaliado desde 1992, em revistas e jornais, por especialistas que lhe atribuíram um valor entre os mil e os 1300 milhões de contos (sem incluir a TDP). Ainda recentemente, a consultora Janes Capel Europe fazia a avaliação em mil milhões de contos (Visão, 21/12/94). O próprio Luís Todo Bom, no Expresso de 3/12/94, respondeu: "O número apontado oscila entre os 800 e os mil milhões de contos" e "penso que deverá andar por um valor intermédio". É por isso escandaloso que a avaliação da Portugal Telecom aponte para apenas 650 milhões de contos. Situação que não é alterada pela evocação de que as acções podem subir de valor no leilão por acção do mercado. A empresa pertence ao povo português e aos trabalhadores do sector, que pagaram todo o investimento nela realizado, e representa um lucro anual de várias dezenas de milhões de contos (23,1 milhões de contos em 1994).

O escândalo da privatização, com a subavaliação, aumenta quando se sabe da existência de consórcios (como aquele em que está integrado o Grupo Espírito Santo) que foram avaliadores, são colocadores das acções nos mercados de capitais e vão ser também compradores, ganhando somas fabulosas em todos os tabuleiros e deixando no ar um jogo viciado em que o povo português é o grande lesado, num processo inadmissível que o PCP reclama que seja prontamente interrompido.

O PCP chama a atenção para que a política de privatização conduzida pelo PSD, com tão nefastas consequências para o País, tem o apoio do PS e é concretizada com a participação de responsáveis do PS na administração da PT, destacando-se também as particulares responsabilidades de membros do PS na realização de um acordo que contém graves cortes de direitos dos trabalhadores, e na acção repressiva autoritária, com o recurso a formas de coacção sobre as negociações e os trabalhadores como a proibição de entrada de dirigentes sindicais na empresa, e a inconstitucional discriminação salarial.

PCP intervém

Para amanhã, por iniciativa do Grupo Parlamentar comunista, deverá ser chamado a ratificação, na AR, o decreto-lei da privatização da Portugal Telecom.

Na próxima segunda-feira, no Centro Jean Monnet, em Lisboa, os deputados do PCP no Parlamento Europeu e a Coordenadora Nacional do PCP das Comunicações promovem uma audição sobre *Telecomunicações, Desenvolvimento e Democracia*. Nesta iniciativa, entre outros, participam os eurodeputados Sérgio Ribeiro e Aline Pailler. Esta deputada do PC francês (jornalista despedida da televisão depois de aceitar candidatar-

Serviço ou lucro?

No Interior, o carácter social do telefone assume uma importância tal que não pode ser lançado na lógica do mercado, sob pena de se atentar contra os direitos dos povos ao desenvolvimento. A existência de uma empresa ou de um sector totalmente privatizado, como admitia o ministro da Comunicações - por muitas profissões de fé que sejam feitas, do tipo das referidas no contrato de concessão recentemente assinado -, fará com que a política de preços seja virada para a obtenção de lucros, entrando o tarifário em liberalização selvagem, apresentando-se na prática com baixas de tarifas aos grandes clientes e agravamento para os pequenos.

No âmbito da preparação do processo de privatização já foram, na linha desta política, aplicados aumentos brutais nas tarifas, quer entre outros aspectos, pelo aumento dos preços, nas tarifas locais, nas assinaturas e nas instalações, quer pela diminuição do tempo de conversação. O factor social, ou seja, o serviço público de telecomunicações, está a ser atacado e desaparecerá. Parafraseando um ex-ministro, quem quer telecomunicações, paga-as. Por outro lado, com a lei do lucro e do mais forte a reger em absoluto as estratégias no sector, quem garantirá então os investimentos que ainda são necessários para o desenvolvimento básico, de difícil e/ou de parcial recuperação, se as empresas de Telecomunicações nacionais, privatizadas, passarem a escolher as zonas preferindo as do Interior e o tipo de investimento sem terem em conta os interesses nacionais?

Público ou privado?

Toda a evolução do presente no desenvolvimento do sector, tanto no campo tecnológico como no campo social, foi conseguida na Europa por empresas que são ou foram públicas ou de capitais públicos.

Chegados aos anos noventa, a abertura dos mercados e o próprio estádio tecnológico, a competitividade e as técnicas de mercado são agora factores determinantes da gestão. É a abertura programada dos mercados a nível europeu para 1998 (que em Portugal pode ser derogado para 2003). Mas a direita e o grande capital estão interessados no fim dos monopólios públicos por serem públicos e não por serem monopólios. Efectivamente em todo o mundo e em Portugal também, a direita tudo faz para reconstituir monopólios privados.

A necessidade de uma postura muito mais dinâmica e "agressiva" da PT perante a crescente concorrência, não está ligada à privatização. As empresas portuguesas de capitais públicos, quando geram burocracia, corrupção, nepotismo e incapacidade de competição (situação que também acontece em empresas privadas) fazem-no pela dependência total dos seus órgãos de gestão face ao poder político e pela forma como a direita o exerce.

Há razões mais que suficientes para manter a PT com capitais públicos, preparando-se a empresa para a competição que a crescente concorrência acarreta, nomeadamente com o estabelecimento de *joint ventures* para objectivos programados.



traz graves prejuízos para o interesse nacional, a soberania, o desenvolvimento do País, o serviço social e os direitos dos trabalhadores do sector.

O PCP manifesta a sua total oposição à privatização da Portugal Telecom e alerta para o enorme escândalo que está já a constituir a primeira fase da privatização, prefigurando-se um duplo esbulo ao Estado e à comunida-

de pelo PCF) é porta-voz do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica; tem intervindo activamente na discussão sobre a chamada «sociedade de informação», a partir do relatório do grupo Bangeman da Comissão, e está a preparar um relatório parlamentar para a próxima sessão plenária do PE.

Neste momento, explicou Francisco Lopes, respondendo a perguntas dos jornalistas, a prioridade, para os comunistas, é «esgotar os meios das instituições políticas, onde se define a política de telecomunicações para hoje e para o futuro, e onde as responsabilidades têm que ser assumidas pelas forças políticas». Contudo, adiantou, «estudaremos outras possibilidades que possam contribuir para o esclarecimento da situação e para que este processo não tenha seguimento».

Animação cultural na cidade do Porto

■ Jorge Sarabando

Por iniciativa da bancada do PSD, realizou-se uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal do Porto sobre a actividade do pelouro de Animação Cultural. A CDU considerou oportuna a realização desta reunião, mas a sua intervenção foi movida pelo propósito de contribuir para uma reflexão comum que promova uma necessária e urgente viragem na política de animação cultural da cidade. E acreditamos que, nesta matéria, como em outras de maior interesse público, todos ganham com a sobriedade, o rigor e a clareza, a busca de consensos e soluções, e não com a vozzeria e o espectáculo a que o PSD e o PS por vezes recorrem, visando dar a imagem de grandes oponentes, mais aparentes do que reais.

1. As nossas propostas de política cultural assentam em algumas ideias básicas, expostas no Programa Eleitoral, que fundamentam uma escala de prioridades.

Interessa-nos em primeiro lugar a valorização e o fomento da produção artística e cultural local, condição de melhoria de qualidade e de um equilibrado intercâmbio cultural.

Desejamos o alargamento e a renovação dos públicos, o que implica maiores acessibilidades e a criação de hábitos culturais na população, designadamente na escolar.

Pugnamos pelo diálogo com os agentes culturais e a sua institucionalização.

No que respeita à interactividade das entidades que intervêm nesta área, condição potenciadora de sinergias que urge desenvolver, e duma visão integrada, e não casuística, da animação cultural, consideramos essencial promover uma articulação estratégica entre a Câmara Municipal do Porto, outras Câmaras sobretudo as da Área Metropolitana, a Secretaria de Estado da Cultura (pese embora o que isso possa ter tido de penoso com os titulares dos últimos anos) e a Universidade, Instituto Politécnico e outras Escolas.

2. Verificamos que a política iniciada no anterior mandato e prosseguida no actual, contendo inegáveis pontos positivos, obedece a uma orientação que importa corrigir e alterar.

O Porto dispõe hoje de um razoável conjunto de espaços, ainda que insuficiente, vocacionados para a actividade cultural. Recordamos que o PCP se bateu durante muitos anos pela aquisição do Rivoli e do S. João, sobranceira e sistematicamente rejeitada pelos dois maiores partidos.

Entendemos que se não forem tomadas as medidas acertadas, corremos o risco de ficar com belos «continentes» mas sem conteúdo. Existirão as paredes, um belo património arquitectónico, mas faltará a cultura viva e criadora, que é produzida por pessoas que precisam de estabilidade, confiança e estímulos adequados.

Pesa uma preocupante indefinição tanto quanto à utilização futura como quanto à gestão destes espaços. Virão a constituir bases de produção cultural, polos dinamizadores? As formulações conhecidas são vagas, apontam para o improvisado e a intermitência.

E, no entanto, ao Porto falta uma Companhia de Ópera, e o Círculo Portuense de Ópera vive com as dificuldades sabidas.

Falta uma Companhia de Bailado, embora o dr. Santana Lopes tenha anunciado que a Companhia Nacional de Bailado seria sediada no Porto já na época de 93/94, promessa feita durante a sua estonteante visita à nossa cidade, aquando da compra do Teatro S. João.

Falta uma verdadeira Orquestra Sinfónica, que já houve mas hoje não há. E não deixa de ser curioso que outras Câmaras da Área Metropolitana tenham tomado a dianteira no financiamento do projecto já esboçado.

Falta uma Companhia Municipal de Teatro, numa cidade que já perdeu tantos grupos por ausência de apoios e não podemos perder a ocasião para recomendar à Câmara maior preocupação, apoio e carinho para com os grupos existentes. Recordo as demoradíssimas obras do Teatro do Campo Alegre, de que o único sinal visível é uma placa já amarelecida pelo tempo (responsabilidade partilhada com outras entidades) e o espaço condigno que urge encontrar para o TEP, grupo que já faz parte do património cultural da cidade.

Sabemos como a precarização está na ordem do dia, como os recibos verdes são como uma espécie de oitava praga do Egipto que invadiu o nosso país. Mas se o sr. Presidente da Câmara — como disse ao seu camarada António Guterres em visita recente a propósito do futuro Centro Cultural — quer equiparar o Porto às grandes metrópoles da Europa, então há-de reparar que, não apenas as grandes, mas também pequenas e médias cidades europeias têm a sua orquestra, as suas companhias artísticas, e não disporão algumas de espaços tão nobres como a nossa cidade.

E uma pergunta se impõe neste momento; tem a Câmara consciência da grandeza do investimento a efectuar nas obras do Rivoli, da sua utilidade real para que não venham a transfor-

má-lo num Centro Cultural de Belém à escala do Porto?

3. Um Pelouro de Animação Cultural não pode limitar a sua actividade a financiar obras e a gerir subsídios, frequentemente distribuídos segundo critérios incompreensíveis.

É motivo de preocupação que a política seguida nos últimos anos tenha promovido sobretudo o consumo, a importação de grupos estrangeiros — sempre bem-vindos naturalmente — mas que não tenha favorecido o aumento da produção cultural e artística própria e o esperado florescimento cultural da segunda cidade do país, cada vez mais distante de Lisboa.

Tem aumentado, felizmente, o número de escolas superiores artísticas. Mas como vai ser a integração futura dos seus alunos? A Câmara Municipal do Porto não pode menosprezar esse promissor capital humano em formação. Pode e tem o dever de criar alguns incentivos para a valorização e fixação desses alunos, designadamente dos mais qualificados, contribuindo para evitar que todos os anos se percam no ingrato e por vezes frustrante jogo da oferta e da procura.

Também as Festas da Cidade podiam ser orientadas mais vinadamente, em diálogo com colectividades e artistas, para a promoção de actividades culturais.

Importa articular melhor a Escola e a Autarquia, pois a prática conhecida é ainda incipiente e está longe de explorar todas as potencialidades existentes.

A criação de instâncias de diálogo é uma condição necessária para uma gestão integrada de espaços, tanto na cidade como na Área Metropolitana. Se a situação actual não se modificar, continuamos a não conseguir implantar um funcionamento em rede que é absolutamente indispensável, com a malha urbana existente, as carências e desequilíbrios bem conhecidos.

Sem funcionamento em rede não são possíveis programas de itinerância, não é possível otimizar o aproveitamento de recursos humanos e materiais, muitas iniciativas não terão a dimensão e a projecção que merecem. Haverá mais dificuldades no necessárisimo recrutamento, formação e aproveitamento pleno de pessoal técnico qualificado.

O relacionamento da Câmara Municipal do Porto com a Secretaria de Estado da Cultura é essencial. É uma questão política mas é também uma questão funcional, para a qual importa encontrar soluções e métodos eficazes e apropriados. Há decisões que a Câmara não poderá impedir, como a surpreendente e injustificável transferência da sede da delegação da SEC do Porto para Vila Real. Se não for um arroubo demagógico do mais centralista dos governos depois de Abril, este é mais um capricho que retrata bem o seu autor.

Mas há outras decisões em que a Câmara podia ter intervido de forma determinante.

A Câmara e a SEC tiveram tempo de sobra, mais de um ano, para encontrar uma solução útil e condigna para a utilização da restaurada Cadeia da Relação. Também aqui faltaram os canais de diálogo que permitiriam uma ampla e certamente eficaz consultação. E faltou competência e agilidade. Não conseguiu e agora vamos ter aquele espaço, cujas obras custaram caro ao erário público, como não se cansou interessadamente o governo de anunciar, entregue a uma escola privada. Escola que é descrita pelo seu responsável como destinada a alunos altamente qualificados, cerca de vinte, com preferência para directores diocesanos, professores de seminários e faculdades de Teologia, mestres-capela e quejandos. Seria um escândalo se não fosse apenas uma triste realidade na política de um governo tão avaro no financiamento do ensino público e tão pródigo nos incentivos ao ensino privado. Devemos sublinhar que nada temos contra o ensino privado assim como o cooperativo, que desempenham um papel

supletivo útil e por vezes imprescindível. Mas lembramos que o Estado e o Poder Local têm responsabilidades e competências, constitucionais e legais, de que não podem nem devem abdicar tanto no domínio da cultura como no da educação pública.

Será possível que a Câmara Municipal do Porto permita a consumação de decisão tão grave sem uma palavra nem um gesto? Estamos ainda a tempo de agir.

Por tudo isto, seria uma medida reveladora de coragem política, mas que marcaria indelevelmente o actual mandato, a criação de um Conselho Municipal de Cultura, dividido em secções, que seria um factor de transparência e de democracia participativa que só honrava a Câmara.

4. Mas apoio à produção cultural, mais diálogo, mais democratização têm sido ideias tutelares do nosso programa e da nossa acção.

Ideias que induzem perguntas que não podemos calar.

— Quando se repõe o horário de encerramento da Biblioteca Municipal às 23h00, já que a sua antecipação para as 20h00 lesa tanto os potenciais utentes?

— Quando e onde reabre o Museu de Etnologia, há anos encerrado — aliás, tão apetecido pela Câmara da Maia — e que medidas têm sido tomadas para prover a conservação do seu espólio?

— Que incentivos têm sido oferecidos às editoras sediadas no Porto e aos autores para publicarem obras alusivas à cidade?

— Que fez a Câmara para retomar o projecto do Museu da Literatura?

— Quando se instala o tão reclamado Gabinete de Apoio às Colectividades?

5. Mas o tema mais imediato é a animação da cidade, designadamente no centro da cidade. Animação que é necessária, dando prioridade às pessoas. A CDU apresentou recentemente, na Assembleia Municipal do Porto, um conjunto de propostas que tinham em conta a necessidade urgente de combater a desertificação da cidade. A desertificação, a desumanização da cidade, não se combate com a proliferação irracional de megacentros comerciais mas com a fixação de moradores e com novos habitantes. Curiosamente, o PS, de forma sectária, rejeitou algumas das medidas propostas pela CDU, para dias depois assumir a sua paternidade tomando-as por suas e boas.

A animação é necessária, não com a marginalidade e a delinquência, que geram a insegurança e a intranquilidade públicas, mas a animação da cultura, do teatro, de boa música, de espectáculos de qualidade, que geram mais cultura e enraízam hábitos culturais.

Cabe aqui uma palavra sobre a Feira Popular. Como é possível que a Câmara não invista naquele recinto onde podiam realizar-se espectáculos de interesse, consentindo no encerramento do Chapiro?

Verifica-se que nesta como noutras áreas a Câmara prefere conjugar os verbos no tempo futuro. Grandes projectos no futuro, mas no presente falta a intervenção oportuna e eficaz.

Há unidades hoteleiras, restaurantes e similares que podem desempenhar, neste plano, um importante papel. Mas é necessário melhorar o regime de atribuição de licenças, são necessários incentivos, dando sequência a iniciativas já lançadas.

Este é mais um domínio que exige o diálogo, a cooperação, a coordenação entre diversas entidades:

- a Associação de Comerciantes;
- a Associação de Industriais de Hotelaria (e quero aqui realçar o magnífico trabalho iniciado, e lamentavelmente interrompido, neste sector pela vereadora Ilda Figueiredo);
- as organizações de trabalhadores;
- a STCP, pois bem sabemos como os transportes nocturnos escasseiam e foram reduzidos para além do razoável;
- a PSP, a quem se reclama medidas eficazes de vigilância e protecção.

Estamos seguros que é possível compatibilizar a animação do centro da cidade com a segurança e a tranquilidade dos cidadãos.

É um esforço que vale a pena e tem de ser desenvolvido em conjunto.

A CDU tem estado disponível para considerar soluções possíveis, com equilíbrio, bom senso e o pleno respeito pelos direitos dos cidadãos.



PPD/PSD

Um congresso e um partido em suposto processo de sucessão (II)

■ Pedro Ramos de Almeida

1. O XVII Congresso do PPD/PSD (17/19.II.95), já em tempo de multifacetada e adiantada crise política e económica monopolista, pretendeu converter a crescente exigência popular de reformulação da natureza e acção do Estado num simples processo interno de sucessão de poderes, entre membros da sua direcção.

Esta mal confessada reorganização estatal e partidária, na aparência destinada, prioritariamente, a garantir a continuidade e uma certa e formal renovação da acção governativa neoliberal da direita, de facto consagra – e paralelamente escamoteia – o crescendo do poder «moderador» (*) de Aníbal Cavaco Silva (ACS).

A concretização da trilogia – um presidente, uma maioria, um governo – que é uma via potencialmente opressiva e de risco fascinante num Estado de desenvolvimento desigual e antagónico, como é a actual República Portuguesa – teria agora, simplesmente, uma nova ordem (tal como a reescrevemos atrás). E, do mesmo passo, seria desde já reprogramada, legitimando o seu eventual adiamento, dado o claro risco de um próximo insucesso eleitoral legislativo do partido governamental...

Mas, como cada dia mais se confirma, «a trilogia», que afinal o que exprime é a multiplicação do poder pessoal «moderador» de ACS, nunca é abandonada. Pelo contrário: aproveitando sempre o anacrónico divisionismo anticomunista da esquerda e a gula do poder pelo PS, no mercado capitalista e imperialista, a direita e o seu Governo PPD/PSD crescentemente adoptam e reinventam novos caminhos para a materialização desta trilogia – base ideológica «totalitária» do poder político monopolista e pessoal de ACS.

Nos próximos tempos, este é o perigo potencial que mais directamente ameaça a liberdade. Um mal que importa conjurar reforçando, mais e mais, a intervenção económica, cívica, política e cultural das massas populares; unindo as várias frentes de acção e luta; estendendo e consolidando a democracia participativa; denunciando e combatendo o risco das «maiorias absolutas», em Estados, como o português, em que o desrespeito pelas oposições é uma secular e opressiva tradição nacional; ampliando e teimando e reampliando ainda e sempre a acção pela convergência social e política em prol da liberdade.

Só a iniciativa popular pode vencer e derrubar os obstáculos que hoje se opõem ao domínio da natureza e da sociedade pelo homem!

A luta de massas é o motor da liberdade na história!

2. A história do esvaziamento e exaustão do sentido popular da democracia portuguesa, nascida na revolução de Abril/Maio de 1974, é sobretudo a história da ocupação do Governo da República pelo PPD/PSD.

Uma tal ocupação, que crescentemente se aproxima de uma usurpação, só foi possível graças à divisão da esquerda, sobretudo da servida e alimentada pelo anticomunismo, em que o PS teve e tem, nestes últimos vinte anos, um obsessivo papel.

Nos 21 anos da actual República portuguesa, que se celebraram em Abril (252 meses de 25 de Abril 74 a 25 de Abril 95), dirigentes, militantes, homens que de uma ou outra maneira se identificaram com o PPD/PSD foram, de longe, os principais titulares e ocupantes do poder:

Durante 92 meses, 36,5% do total do tempo vivido em democracia (XI e XII Governos constitucionais de ACS, desde 7.VIII.87), o governo pertence-lhe, e aos independentes seus aliados, em exclusivo, assente como está na maioria absoluta conquistada nas eleições para a Assembleia da República (1987 e 1991).

Durante outros 24,5 meses, 9,7% do período referido, o PPD/PSD faz também parte de uma coligação (AD) dotada de maioria absoluta, em que tem um papel predominante no poder governamental (3.I.80 a 23.XII.82 – VI, VII e VIII Governos Constitucionais, de F. Sá Carneiro – VI – e Pinto Balsemão – VII e VIII).

Isto é, nestes 21 anos, o PPD/PSD tomou conta do poder, em regime de maioria absoluta, durante 116,5 meses, ou seja, muito

perto de 10 anos. Mais de 46% do total. Em maioria absoluta, repito!

E para além destes governos, o PPD/PSD esteve presente noutros seis (I, II, III, IV e VI Governos Provisórios e IV Governo Constitucional) durante 25 meses – perto de 10% dos Governos post-25 de Abril). Dirigentes seus – Mota Pinto e Cavaco Silva – foram ainda primeiros-ministros de Governos constitucionais sem maioria absoluta: no IV (6,5 meses) e no X (17 meses) – ou seja, um total de 23,5 meses, outra vez perto de 10% dos 21 anos.

Isto é: o PPD, e o PPD/PSD, esteve presente em 65,5% dos 21 anos abrangidos pelos governos posteriores ao 25 de Abril! E nos 6 Governos Provisórios esteve em cinco; e nos 12 Governos Constitucionais ocupou sete!

Como se vê, não é por falta de Governos PSD e das suas maiorias absolutas que a República Portuguesa permanece colada ao carro-vassoura da Europa! Mas é, certamente, sem-



pre pelos abusos feitos à sua sombra que as manchas de pobreza alastram, a corrupção se expande, a independência se perde e que, muitas vezes, as liberdades perigam!

Como não responsabilizar, gravemente e principalmente, o PPD/PSD, do surto de limitações, carências e abusos antidemocráticos que se vive presentemente em Portugal?

No fim disto tudo, são os portugueses que «não deixam trabalhar» ACS e o PPD/PSD, ou serão antes eles que se governam à nossa custa, e crescentemente agem contra a vontade popular?

Que cada um faça as contas... E apure a soma na clareza das parcelas.

3. Em 21 anos, 17 congressos! Não há fartura que não prove carências! Esta é uma importante característica do perfil directivo e orgânico de um partido social-democrata e realmente de direita, marcado pela sua natureza e contradições monopolistas, pelas variadas alianças e contrastes dos senhores das suas estruturas e regiões.

Em vez de uma livre participação e controle democráticos, de um caminho orgânico não unilateral e que volte sempre a ser recomeçado de baixo para cima; em lugar de uma linha ideológica definida como objectivos sociais claros, mastigados e aprofundados – uma guerra de senhores, um senhorialismo partidário todo poderoso, mas contraditório e quesilento nos seus diferentes níveis. Um partido de Governo assente em interesses de classe, que egoísta e pragmaticamente impõe e viola as suas próprias normas, utiliza e corrompe as próprias bases...

O PPD foi criado em 6.V.74, dez dias mal passados sobre o 25 de Abril, pelo impulso designadamente de Sá Carneiro (FCS),

Pinto Balsemão (PB) e Magalhães Mota (MM), conhecidos expoentes da ala liberal caetanista, vencida e ultrapassada pela Revolução de Abril/Maio.

Em 23/24.XI.74 reúne em Lisboa o seu I Congresso. FSC é o seu dirigente reconhecido. É também neste Congresso que FSC, sem condições naquele momento para atacar de frente a revolução de Abril/Maio, se vê obrigado a legitimar, por palavras, o avanço português para o socialismo, esperançado de o poder atacar em melhores condições no futuro.

Escreve-se assim, com todas as letras, no Programa do PPD, aprovado neste I Congresso: «O PPD pretende reunir todos os que aceitam o ideal do socialismo». E adiante: «O capitalismo multiplicou por toda a parte as desigualdades, a dependência económica e política, a alienação e a desagregação sociais. E ameaça o futuro da humanidade através do rápido esgotamento dos recursos naturais, da destruição da natureza e da poluição do ambiente. Estas características gerais do capitalismo agudizaram-se, sob muitos aspectos, em Portugal.»

Mas, passada a revolução, a história dos dezasseis restantes congressos do PPD/PSD será sobretudo a repetida expressão das divisões e das contradições entre os seus dirigentes, até ao triunfo do centralismo monopolista e cavaquista.

Em XI.75, o Congresso Extraordinário de Aveiro é culminado pelo abandono de 21 deputados (plataforma «Política Social-Democrata para o Socialismo»). Entre eles Emídio Guerreiro, J. A. Seabra, Graça Moura, Mota Pinto (MP).

Em XI.1976, novo Congresso Extraordinário (Leiria): o PPD passa a designar-se PPD/PSD. FSC é Presidente e MM secretário-geral.

FSC afasta-se da direcção do Partido (22.VIII.77) e é substituído por Sousa Franco.

No V Congresso (Porto), em I.1978, FSC recusa a presidência. Sousa Franco preside à Comissão Política e Sérvulo Correia é secretário-geral.

Em VII.1978, no VI Congresso (Lisboa), FSC retoma a presidência, derrotando o grupo «Opções Inadiáveis» que, entretanto, continua maioritariamente no Grupo Parlamentar.

O VII Congresso (Lisboa), VI.1979, adia a aprovação da candidatura de Ramalho Eanes e opõe-se à formação de um novo Governo.

Em 4.XII.80 morre FSC, num desastre de avião, em plena campanha de candidatura do Gen. Soares Carneiro à Presidência da República.

A 20.II.81, PB vence o VIII Congresso, em que 1/3 dos votos apoiam a linha radical de direita.

Em XII.81, no IX Congresso, PB é reeleito presidente do partido e confirmado como Primeiro-Ministro. O sector crítico mais à direita ocupa 1/3 dos lugares do Conselho Nacional.

Em Montechoro (Algarve), MP vence, em II.83 o X Congresso. Presidente, Nuno Rodrigues dos Santos; troika de vices: MP, Eurico de Melo (EM) e Nascimento Rodrigues.

O XI Congresso, III.84, é antecedido da demissão de EM. Três tendências: Mota Pinto, (que vence, mas morre um ano depois) que defende o bloco central com o PS; Mota Amaral (PB e João Salgueiro) e, na extrema direita, a «Nova Esperança» (Lisboa – Marcelo Rebelo de Sousa, José Manuel Júdice e Pedro Santana Lopes).

Em V.1985, XII Congresso (Figueira da Foz): ACS aparece como delegado e sai Presidente do Partido. EM é vice-presidente, de novo.

Depois, com a centralização do poder estatal e partidário em ACS, os congressos ir-se-ão espaçando: XIII (VI.1986, Lisboa); XIV (VI.1988); XV (IV.1990); XVI (XI.1992). E a confirmação do poder partidário incondicional de ACS, a mais moderna expressão política do poder imperialista em Portugal.

(*) «Poder moderador» – Segundo a Carta Constitucional de 1826, art.º 71.º, «é a chave de toda a organização política e compete privativamente ao Rei, como Chefe Supremo da Nação, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos».

Dá, de facto, ao Rei, já «Chefe do Poder Executivo», o direito de interferir em todos os restantes poderes (legislativo e judicial).

Os cristãos e o terror nazi

Os mártires sem altar

■ Jorge André

Decorre este ano a passagem de meio século sobre a derrota militar nazi de 1945. Desmoronou-se, então, um reinado de terror. Mas o que entretanto se passou continua vivo na memória dos homens. Os milhões de mortos que o nazismo causou, o holocausto judaico, as destruições, as mutilações e as torturas praticadas por bárbaros sádicos, executores de um projecto de loucos, deixaram marcas profundas na consciência histórica dos homens. Recordar-se, para que não se repita. Lembramos as guerras de agressão, as matanças minuciosamente planificadas, os gaseamentos e os crematórios, as escolhas à entrada nos campos, a vida e a morte nesses lugares de concentração e extermínio, o trabalho escravo posto ao serviço das grandes fortunas nazis, os horrores do despovoamento dos territórios do Leste europeu, os enforcamentos e as decapitações, o banditismo da política de reféns, a tragédia das experiências em seres humanos, as celas «de estar em pé», os mortos nos «muros negros» ou na pedreira de Buchenwald, a bestialidade de processos das SS, da Gestapo e da Wehrmacht, a eutanásia, o genocídio dos ciganos e de outras minorias étnicas, as chacinas de comunistas, quadros religiosos e militares, intelectuais e resistentes, o extermínio maciço de populações inteiras, como em Lidice, Ouradour ou Atenas, no bairro Néa-Kokkinia, as matanças indiscriminadas de tripulações de navios torpedeados, etc. Todos estes crimes foram minuciosamente concebidos, por vezes a milhares de quilómetros de distância dos locais onde foram praticados.

Mal se compreenderia que nestas páginas de observação eclesial omitíssemos uma referência aos dramas e aos sofrimentos que milhares de católicos, de protestantes e de ortodoxos foram obrigados a suportar na sociedade concentracionária hitleriana. Merecem-nos um imenso respeito esses «mártires sem altar» que, frequentemente, tombaram sem saberem porquê, só por serem na vida sacerdotes ou porque afirmavam um ideário cristão.

Não deixaremos, porém, de realçar como já nessa altura era patente haver uma clara contradição entre o católico médio, como cidadão, e o comportamento das altas hierarquias com sede no Vaticano. Procuraremos distinguir, permanentemente, esses dois aspectos centrais que, aliás, se avolumaram para além da guerra e representam, actualmente, um factor essencial para a compreensão do mundo católico.

*
* *

Em Dezembro de 1944 ou Janeiro de 1945, já a guerra se aproximava do seu termo e a derrota nazi era evidente, chegaram ao campo de Dachau cerca de 2800 sacerdotes católicos e protestantes, sobretudo polacos, provenientes dos campos de Buchenwald e de Mauthausen. Como Dachau já estivesse superlotado, os SS limitaram-se a empurrar os padres para dentro de dois barracões cuja lotação tinha sido prevista para um máximo de 200 pessoas. Esgotados, minados pela fome, pela fadiga e pelo tifo, os sacerdotes foram morrendo a um ritmo impressionante. Os carcereiros ajudavam, aliás, a aumentar o número de vítimas, massacrando à paulada os padres que não respondiam às suas perguntas, feitas em alemão, língua que muitos dos presos não falavam. Quando Dachau foi libertado, três meses mais tarde, apenas 480 eclesiásticos tinham conseguido sobreviver a estas condições.

No campo, entre os sacerdotes presos, os mais respeitados eram, indubitavelmente, os padres Piguet, Joos e Riquet. Este, certo dia, conseguiu mesmo a façanha de ordenar diácono um jovem alemão que dentro de poucas horas iria morrer. Enquanto durou o acto litúrgico, numa capela secretamente improvisada, a segurança exterior foi garantida pela organização comunista clandestina do campo.

Este episódio — um, de entre os milhares de casos semelhantes ocorridos no universo concentracionário nazi — cita-se porque contém em si aspectos que ilustram a medida exacta da participação confessional na resistência ao terror fascista.

Calcula-se que cerca de 5000 padres, pastores evangélicos e popes ortodoxos tenham perecido às mãos dos algozes nazis. Trata-se, provavelmente, de números bem inferiores aos reais, visto que a Gestapo não «contabilizava» os velhos que chegavam à entrada dos campos e seguiam directamente para as câmaras de gás ou as vagas sucessivas dos homens, mulheres e crianças, arrebanhadas ao acaso pelas «destacamentos especiais», assassinadas a tiro e enterradas, umas sobre as outras, muitas vezes ainda vivas, em valas comuns que os SS, mais tarde, procuraram destruir. Noutros casos, os padres eram apanhados no meio das operações repressivas, como em Varsóvia, num convento redentorista da Rua Wolska, quando cerca de trinta sacerdotes católicos foram alinhados nos claustros e varridos à metralhadora. Ninguém sabe recordar os nomes desses mártires do fascismo.

Mas convém observar que, tal como de resto acontecia com a esmagadora maioria da população dos campos para onde tinham sido deportados, quase nenhum dos sacerdotes internados estava ali por ter participado activamente em actividades da Resistência. Os nazis torturavam e matavam por razões burocráticas. Alguém, a milhares de quilómetros de distância, decidira que os sacerdotes deviam ser mortos. E os seus carrascos matavam-nos, imperturbavelmente, porque assim tinha sido decidido em Berlim. Era o «fuhreprinzip», da incondicional obediência ao chefe.

Na maior parte dos casos, os padres presos nas suas paróquias nem sequer passavam pelos terríveis interrogatórios da Gestapo. Ou eram imediatamente massacrados pelos SS ou seguiam directamente para os campos de concentração onde partilhavam com os outros prisioneiros o calvário diário da angústia e do terror.

No entanto, noutro sentido, deve reconhecer-se que a Gestapo não agia às cegas no mundo religioso. Dispunha de departamentos especializados nesta área, nomeadamente o AMT IVB, orientado para a vigilância e informação, e o AMT VII, especializado em documentação confessional. Estes departamentos foram por fim confiados à direcção do conhecido SS Obersturmbanführer Adolf Eichmann, o principal responsável pela «solução final» do problema judaico.

Deste modo, juntando os relatórios dos seus agentes infiltrados nas comunidades eclesiais e as informações benévolas recebidas de crentes nazis, a polícia de estado tinha perfeito conhecimento de tudo quanto se passava nas igrejas alemãs. Quando o número de padres ameaçava ultrapassar a quota consentida pelo poderoso Himmler, uns quantos deles eram enviados para os campos de concentração. Mas, se as actividades detectadas fossem de natureza política, então leigos ou eclesiásticos recebiam tratamento igual ao dos restantes suspeitos. Eram encarcerados e entravam nos circuitos do terror.

Quando a Gestapo prendia alguém, o preso aguardava sozinho, pelo menos durante quinze dias, a realização do primeiro interrogatório que vinha a ocorrer, de súbito, geralmente a meio da noite, quando ele menos o esperasse.

Nestes interrogatórios, as modalidades da tortura eram frequentemente deixadas ao sabor da imaginação criativa dos torcionários. Mas algumas delas generalizaram-se rapidamente: os espancamentos, a estúpida, a tortura do sono, os choques eléctricos, as queimaduras com cigarros, o arrancar das unhas, a brocagem de dentes sem anestesia, o ajoelhar sobre uma régua triangular, o «baloço de Bogger», a suspensão pelos polegares, as celas «de estar em pé», o desmembramento de braços e pernas, etc.

Católicos activos que tentaram instalar redes de resistência autónomas de natureza confessional sofreram estas abjectas provações. Podemos recordar alguns nomes de jovens idealistas que chamaram a si a transcendente responsabilidade de ligar o nome da igreja alemã à resistência efectiva às atrocidades nazis, como aconteceu na Universidade de Munster, com o grupo «Rosa Branca»: o professor Karl Hubert, os irmãos Hans e Sophie Scoll e o seu amigo Christopher Probst. Através de panfletos, tentaram levantar o povo alemão contra os nazis. Uma vez presos pela Gestapo, foram torturados e, finalmente, mortos na forca ou degolados.

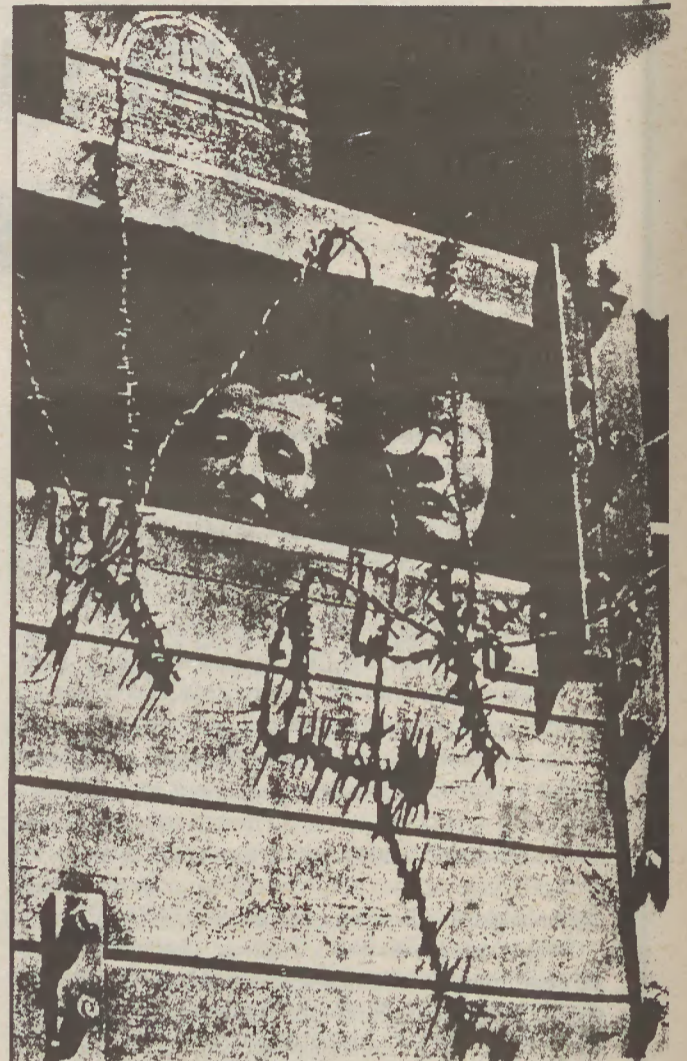
Pouco mais se poderá encontrar quanto a redes de resistência antinazis de matriz e direcção exclusivamente católica, durante os doze anos da «ascensão e queda do III Reich».

*
* *

Os crentes alemães, católicos e protestantes, encontraram, entretanto, outras formas de participação na luta antinazi.

Em primeiro lugar, muitos aderiram aos núcleos de resistência orientados pelo partido comunista alemão na clandestinidade. Cita-se, geralmente, como exemplo deste tipo de luta que se inspirava na criação de uma vasta frente de unidade, o caso da Capela Vermelha (Rotte Capela) cujas actividades, iniciadas em 1938, apenas se extinguiram em Dezembro de 1942, com a prisão e execução de cerca de 60 resistentes comunistas e católicos antinazis. Mas outros grupos de resistência mista continuaram a actuar, sobretudo entre o operariado alemão, como os de Uhring, Lechleiter, Baum, Gall, Schulze, Saefkow, Bastlein, etc., nas fábricas Osram, Estaleiros de Manheim, oficinas Siemens e metalurgias de Hamburgo e de Leipzig. Todos eles reuniam católicos, protestantes e comunistas.

A outro nível, a ala não-nazi das duas igrejas cristãs da Alemanha, alarmadas, primeiro com a orientação anti-religiosa do estado nazi, depois com o acumular das derrotas militares, procuraram soluções alternativas que garantissem a sobrevivência de uma administração forte mas mais de acordo com os quadros políticos das democracias ocidentais. Destacaram-se, nesta fase, homens como Karl



Barth, Niemoller, o bispo de Wurtemberg Wurm e o pastor Dietrich Bonhoefer que, no rescaldo do atentado contra Hitler, em Julho de 1944, foi enforcado e pendurado num gancho de magarefe.

A política nazi em relação às igrejas cristãs da Alemanha era friamente reflectida. Impunha-se, sobretudo, reduzir a influência das igrejas a uma conveniente dimensão. Mas o povo alemão era ariano e tinha os seus direitos sagrados.

No caso das regiões ocupadas, as estruturas religiosas podiam e deviam ser destruídas, com excepção das igrejas católicas de França e de Itália, provisoriamente respeitadas por atenção ao poderoso Vaticano.

A destruição de templos foi particularmente brutal na União Soviética, tal como reconheceu o Tribunal de Nuremberga que julgou alguns dos criminosos de guerra nazis: «As tropas alemãs destruíram na URSS 1760 igrejas de rito ortodoxo grego, 237 igrejas romanas católicas, 67 capelas, 532 sinagogas e monumentos muitos valiosos da fé cristã como, por exemplo, Kiewo-Paherskaja, Lavra, Nowy Jerusalém, etc.» Este documento, reconhecido por um tribunal aliado acima de toda a suspeita, deve contribuir para lançar a dúvida no espírito daqueles que pretendem não ter havido na nação soviética liberdade de culto.

Por outro lado, o aparelho nazi utilizava formas insidiosas para lançar a divisão no interior do próprio clero. O terror que esmagava os crentes, os párocos e os religiosos, poupava sistematicamente o episcopado. A tal ponto que podem citar-se exemplos de padres que a Gestapo prendera e se encontravam em campos de concentração e foram automaticamente libertados logo que a direcção dos campos soube terem sido elevados ao episcopado por decisão do Vaticano.

Vários bispos, sobretudo alemães e franceses, utilizaram o púlpito, umas vezes para reivindicarem privilégios que as concordatas reconheciam às igrejas e o estado nazi não respeitava. Outras vezes por motivos mais nobres, fazendo a denúncia das perseguições aos judeus, condenando a prática da eutanásia ou reclamando contra as prisões arbitrárias. Estiveram neste número nomes como os de Sproll, bispo de Ratenburgo; von Galen, bispo de Munster; Bornwesser, bispo de Treveris; do cardeal Faulhaber, arcebispo de Munique, do arcebispo von Freiburg, e de outros nomes conhecidos da hierarquia. Nada de grave, por causa disso, lhes aconteceu. Fossem eles simples padres, e logo se veria... Só porque terminava cada missa dizendo «E agora, irmãos, rezemos pelos judeus», o pároco de Santa Edwiges, em Berlim, foi preso, deportado para Dachau e friamente assassinado a caminho do campo.

Em próximo número do «Avante!», tentaremos completar estes quadros dando uma ideia dos compromissos então tomados pelo Vaticano para com os sistemas nazifascistas, através da assinatura de concordatas. E veremos, também, como infelizmente importantes organizações religiosas se envolveram na fuga de criminosos de guerra implicados nos mais horrendos crimes contra a humanidade.

Racismo e xenofobia

Combates novos contra velhos conceitos

■ Octávio Augusto

A oportunidade de uma reflexão, ainda que incompleta, sobre os problemas do racismo e da xenofobia, justifica-se em primeiro lugar porque estes fenómenos são uma realidade cada vez mais presente no nosso país e, por outro, porque em 21 de Março foi assinalado o Dia Internacional Contra o Racismo.

É um facto que pela Europa fora se vão sucedendo incidentes associados a fenómenos de racismo e de xenofobia. A presença de cidadãos emigrantes nesses países tem sido um pretexto, a juntar a muitos outros, para o ressurgimento de organizações de extrema-direita, que têm vindo a consolidar a sua implantação e influência.

Não são só perseguidos e maltratados os cidadãos de origem africana ou asiática. Ainda recentemente, trabalhadores portugueses na Alemanha foram alvo de acções criminosas de bandos neonazis.

O bode expiatório

Os emigrantes tornam-se cada vez mais o *bode expiatório* daqueles que não vêem, ou não querem ver, que o capitalismo é um sistema apodrecido e gerador de desigualdades económicas e sociais.

Em Portugal, face à crise, à falta de emprego, de habitação e à intensificação da exploração, face à insegurança e ao aumento da delinquência, não falta quem procure também servir-se dos imigrantes para justificar tudo isto.

E muitos dos que o fazem são os mesmos que têm uma atitude de indignação quando uma notícia relata que compatriotas são mal-tratados, injuriados, segregados ou desenfreadamente explorados nas terras de emigração. São duas faces da mesma moeda engendradas pelo mesmo modo de produção. Mas há quem as olhe de maneira diferente!

PSD - autoritarismo e arrogância

Vivemos numa sociedade em que vão sendo demasiados os elementos de desumanidade que confrontam os cidadãos com a mais elementar consciência cívica.

Daí resulta a exclusão social, produto da desausturada reconstrução do poder económico e político de novos e recalcitrados monopólios e engordada pela mão-de-obra semiescrava importada para a construção das auto-estradas do cavaquismo.

Para as classes dominantes e seu Governo, aos imigrantes e excluídos compete-lhes ser explorados por definição, marginalizados por vocação e manipulados por princípio, para dividir os trabalhadores e o movimento sindical, para debilitar as ideias e forças da democracia e do progresso social.

É neste quadro que a xenofobia e o racismo se afirmam como vectores da governação do PSD e se traduzem em medidas de política, ou surgem como instrumentos de propaganda mais ou menos disfarçada ou subliminar.

Para o PSD, a política de imigração é, significativamente, da competência do Ministério da Administração Interna. Compete-lhe a produção legislativa, a implementação dos instrumentos de Schengen, a política de vistos e de asilo, a legalização e regularização de imigrantes, o controlo, o acolhimento e expulsão de estrangeiros, a tutela das Forças de Segurança, dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e informação de Segurança (SIS).



O MAI/Dias Loureiro é autor das tiradas mais xenófobas do vasto estendal do cavaquismo, ao brandir um montão de argumentos copiados dos alfarrábios alemães da *Europa Fortaleza*, sobre os *perigos terríveis* das migrações dos países do Sul, depois, misturando perigosamente imigração ilegal com índices de criminalidade e dificuldades acrescidas para a segurança social dos portugueses.

Mas foi no *acervo* da legislação nacional, decorrente de Schengen, que se explanou a sua política; na nova *lei dos estrangeiros*, que instituiu um regime extremamente limitativo e não atendeu nem a aspectos humanitários, nem a responsabilidades tradicionais com os países africanos de expressão portuguesa e com o Brasil; na desumanizada *lei de asilo*, contestada por instituições muito diversas, e que deu origem à crise institucional do Verão de 1993; na *legalização extraordinária de estrangeiros*, que apesar de muitas lutas, conduziu a que grande parte dos imigrantes se mantenha em situação ilegal, alvo de fácil exploração e chantagem; nos chamados *centros de instalação temporária*, que após recuo motivado pela pressão de diversas organizações e da opinião pública, instituiu a detenção de estrangeiros até à consumação de eventual expulsão.

A política e as reais intenções do Governo transparecem ainda mais claramente no frequente envolvimento das forças de segurança — GNR e PSP —, em clamorosas ilegalidades, actos de brutalidade e sevícias contra as minorias étnicas, como de resto contra os socialmente excluídos e *naturalmente* contra os cidadãos que manifestam na rua a sua oposição a este Governo e a esta política.

Da acção do PSD no Governo ressalta a actuação do Serviço de Estrangeiros, arrogante e autoritário, xenófobo, qual guarda pretoriana da *Europa de Schengen*, preservando-a do *perigo migratório*, e criando graves conflitos com o Presidente da República, a Igreja, instituições diversas e países amigos.

E o ideário, estratégia e tática da política deste Governo aí estão. É o acicatar do racismo e da xenofobia, é a transformação habilidosa de asilados e imigrantes em marginais e criminosos, é a *guerra santa* maquiavelicamente promovida contra um *inimigo estrangeiro*: os *bandos de jovens negros*, de tudo

culpados. Culpados da criminalidade e da droga. Da insegurança e do desemprego, da miséria e até da descapitalização da Segurança Social.

É o *bode expiatório* fabricado, no tal *relatório do SIS*, perdido, sem dúvida por acaso, ao alcance da chefia de Redacção de um semanário.

Aí está, resumida e incompleta, a política do Governo nesta área.

PS - que diferenças?

Infelizmente, esta política, nos seus elementos estruturantes, tem gozado do beneplácito de várias forças políticas, designadamente do Partido Socialista. Também aqui o PS tem usado a tática do *passo em frente e flic-flac à retaguarda*. Na acção política é *cúmplice* e não raras vezes apoiante do PSD em matérias tão importantes como aquelas que resultam do acordo de Schengen. Mas, logo de seguida, vem colocar-se em *bicos de pés* e, numa correria desenfreada, é o primeiro a chegar ao aeroporto para aí poder posar para a posteridade ao lado da(o)s muita(o)s *Vuvus* vítimas da sua actuação dúplice.

Outros servem-se do combate ao racismo como um instrumento de promoção pessoal ou política. Despreocupados com as consequências da sua actuação, vão empolando os problemas, falam dos seus sonhos como se fossem realidade e transformam a *árvore em floresta*. Vêm racistas por todo o lado e instrumentalizam movimentos e iniciativas em seu proveito. Pensam que Portugal fica no Bairro Alto, estão convencidos que a sociedade está dividida em cores, não falam nem nunca ouviram falar de explorados e exploradores. Mas ainda lhes sobra algum tempo para reuniões e almoços com membros do Governo, onde trocam alguns silêncios por subsídios e promoções.

*

Também nesta área, o nosso Partido tem assumido uma postura diferente, nas palavras e nos actos. Na Assembleia da República, nas autarquias, nos sindicatos, nas Associações, os comunistas vêm desenvolvendo um trabalho assente em propostas concretas, alicerçadas no profundo conhecimento das realidades e nos princípios que defendemos.

Entendemos o racismo e a xenofobia não como um fenómeno natural, inevitável e inerente ao homem, mas como um instrumento que ao longo da história esteve e está ao serviço das classes dominantes.

Importa pois encarar o combate ao racismo e à xenofobia como posição de solidariedade para com as suas vítimas, mas também como uma acção transformadora da sociedade.

**JUVENTUDE CONTRA O RACISMO
XENOFOBIA - ANTI-SEMITISMO - INTOLERÂNCIA**

ESPECTÁCULO

Países representados ANGOLA - ARGENTINA - BRASIL - CABO VERDE
GUINÉ - MOCAMBIQUE - PANAMÁ - PORTUGAL - SENEGAL - UGANDA

Artistas DANY SILVA - TITO PARIS - MENINOS D'AVÓ - FERNANDO GIRÃO
MARIA GUINOT - LUIS PORTUGAL - RITA GUERRA - MARIA ALICE - JORGE RIVOTTI
MANUEL PARIS - JAIR - RUI DUNA - NAVEGANTE - TORMENTA
TROPICAL FRUTA TROPICAL - GENERAL D - EQUINOX - TANTO MAR - ROGÉR
JOSÉ CARVALHO - KOTCHY - VAISS - SAPO - MÁRIO FONSECA - MINGO
COSTA NETO - PAULA DUQUE - ZÉ PINHO - DUDAS - QUIM NASCIMENTO
TÓ ANDRADE - JOSÉ JORGE - LUCINHO - FILIPE LARSON - MÁRIO
GARNACHO - MÁRIO GRAMAÇO - ZEZE N GAMBÍ - NANDINHO

Apresentação CRISTINA VALENTE - MARIA JOÃO SILVEIRA **Som FÁRIA**

29 MARÇO '95 - 21.00 HORAS - TEATRO S.LUIS

TEATRO ANTI RACISTA

PONTOS CARDEAIS

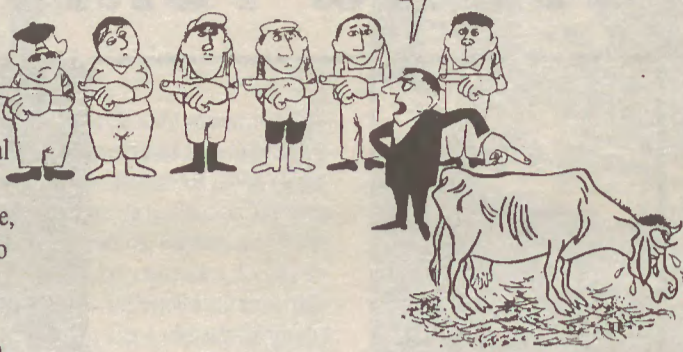
Doutrinas

Segundo explicou, em comunicado, a embaixada do Canadá em Lisboa, o apresamento do navio de pesca espanhol "Estai" em águas internacionais e a prisão do seu comandante justifica-se num quadro em que "o Canadá tem o direito de tomar medidas contra os espanhóis ao abrigo da doutrina da necessidade, que se aplica quando interesses essenciais de um Estado são ameaçados por um perigo grave e iminente e não há outros meios de o travar". Independentemente das razões e interesses específicos invocados pelo Canadá nesta guerra da palmeta, é bastante insólita esta doutrina da

necessidade agora invocada. Deve ser filha da célebre doutrina dos interesses vitais dos EUA, com que os norte-americanos têm justificado todo o tipo de agressões a outros Estados, mesmo situados nos antípodas. O extraordinário é estes senhores do mundo ainda sentirem necessidade de inventar fórmulas que lhes dourem as arbitrariedades. Por que não têm coragem de assumir, simplesmente, o que fazem e dizem o que é óbvio? E o óbvio é que o capitalismo só tem uma lei - a da selva. O que coloca, linearmente, os seus mandantes ao nível das bestas. Deve ser por isso que ainda perdem tempo a desculpar-se com doutrinas...

Negócios da Cavacolândia

A Portugal Telecom assinou esta semana o contrato de concessão do serviço público de telecomunicações, válido por 30 anos e ao abrigo do qual a empresa se compromete a entregar ao Estado, anualmente, quatro milhões de contos como renda de concessão. Para Ferreira do Amaral, ministro da tutela, este curioso negócio "reveste-se de um significado particular, na medida em que representa o encerrar de um capítulo de excepção no desenvolvimento das telecomunicações nacionais, desde sempre a cargo do Estado através de empresas que criou para tal



efeito e que agora as preparou em termos de reestruturação e reorganização para os novos tempos de liberalização dos serviços e de concorrência aberta". A "concorrência aberta" dos "novos tempos" mostra o que vale, mais adiante, neste

"aluguer" dum serviço público tão vital como as telecomunicações: é que o negócio estipula também que o Estado se compromete a pagar o serviço público de telecomunicações, desde que este traga prejuízo efectivo para a empresa que o alugou, prejuízo que será descontado na "renda" dos quatro milhões de contos.

Ou seja: o Estado criou e pagou as empresas de telecomunicações, entregando-as agora, de mão beijada, ao capital privado, que as passa a explorar em seu proveito e sem investir um tostão. Como se isto não bastasse, em caso de prejuízo, o "rendeiro" Telecom lava as mãos e fica com a garantia suplementar que será o Estado (ou seja, nós todos) a pagar as suas incompetências. De facto, isto só na Cavacolândia.

Espumas

"O PSD é a espuma, nós somos a corrente", afirmou António Guterres, no seu novo estilo de "busca-frases" para colmatar a ausência de ideias concretas para derrotar a direita e contribuir para a criação de uma alternativa de esquerda à desastrosa política dos consulados cavaquistas. Convenhamos que, como argumento político, esta afirmação do secretário-geral do PS sofre de... espuma a mais.

O desagravado

O ex-líder parlamentar do PSD, Duarte Lima, convocou uma solene conferência de Imprensa para apresentar as conclusões de um inquérito (a que chamou, abusivamente, "relatório") da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI) que comprovava, segundo ele, a sua total inocência sobre os grossos negócios imobiliários de que o acusavam. Acontece que o inquérito da DGCI apenas refere que Duarte Lima não deve nada ao fisco, o que não adianta grande coisa no esclarecimento dos seus alegados "negócios"...

FRASES da SEMANA

"Depois de ver com atenção os Estados Gerais, concluo que o PS não pode aspirar a mais que ser irmão gémeo do PSD."

(António Pinto Leite - «Expresso-Revista», 19.03.95)

"O PSD é a espuma, nós somos a verdadeira corrente."

(António Guterres - «Público», 19.03.95)

"Aquilo que cada vez mais distingue esquerda e direita numa perspectiva moderna prende-se com as questões da cidadania, com a sensibilidade às questões sociais, com a valorização da cultura e da educação."

(idem)

"Não me preocupa ser de esquerda ou de direita."

(Laborinho Lúcio - «O Diabo», 21.03.95)

"Via com bons olhos a candidatura de Cavaco a Belém."

(idem)

"Tenho de acreditar que toda a pessoa é recuperável."

(idem)

"Dizer [que a resolução dos problemas dos portugueses (...) passa pela restauração monárquica] é perseguir a mesma ilusão dos revolucionários de 1910 - que acreditavam que o problema português não era de estruturas mas de regime, e que o derrube da monarquia traria necessariamente consigo a felicidade. Viu-se."

(Editorial - «Expresso», 18.03.95)

"Quanto à afirmação de alguns músicos portugueses de que sou "ponta de lança do Governo", só posso comentar que estão redondamente enganados. No entanto, esse seu erro levou-os a pretenderem usar-me como "trampolim" para indirectamente atingir e atacar quem tem o poder de decisão, o que pode, efectivamente, criar um ambiente de trabalho altamente negativo."

(Álvaro Cassuto, em carta ao director do «Público», 18.03.95)

PONTOS NATURAIS Políticos

- Alguns políticos não são corruptos, a não ser quando se descobre.
- Quem se serve da política, serve sempre mau senhor.
- Para um político, a ambição nunca é legítima.
- Um político só muda de ideal quando nunca o teve.
- Há políticos que, depois de receberem as 30 moedas, tomam o gosto ao dinheiro.
- Um político representa sempre os interesses de alguém. E às vezes representam tão bem que parecem actores.
- Um político viaja sempre na sua classe.
- Há políticos que são políticos.
- Não foi Marx quem descobriu a luta de classes; antes dele, já os políticos a conheciam e praticavam.
- Um bom político sabe de tudo e não se esquece de nada.
- Roma entrou em declínio quando começou a pagar aos traidores.
- O político plebeu é o político nobre.
- Os políticos conhecem-se pelos adjectivos que usam.
- Depois do 25 de Abril, floresceram os políticos que nunca o haviam sido antes.
- A política dá-te felicidade ou dá-te proveito?
- Quando um político come bem, geralmente está bem comido.
- A política não é uma arte nem uma ciência. É apenas uma técnica.

• Direitos, de quem?
Privilégios, de quem?
Uma política define-se por duas simples respostas a duas simples perguntas.

• Não há nenhum político, por mais hábil, capaz de esconder sempre a sua política.

• Em política, todos os judas se enforcam. A figueira é que muda de nome.



Mário Castrom

